

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Leonardo Reis

O Integralismo nas páginas d'A Gazeta: o caso da Sessão Doutrinária Integralista, 1934-
1935

Florianópolis, 2022

Leonardo Reis

O Integralismo nas páginas d'A Gazeta: o caso da Sessão Doutrinária Integralista, 1934-1935

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel e Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

Florianópolis, 2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Reis, Leonardo

O integralismo nas páginas d'A Gazeta : o caso da
Sessão Doutrinária Integralista, 1934-1935 / Leonardo Reis
; orientador, Adriano Luiz Duarte, 2022.
92 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. História. 3. Integralismo. 4. A Gazeta: a
voz do povo. 5. Sessão Doutrinária Integralista. I. Luiz
Duarte, Adriano . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em História. III. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Adriano Luiz Duarte, Orientador e Presidente, pela Professora Kelly Yshida, Titular da Banca, e pelo Professor Clayton Hackenhaar, Suplente, designados(as) pela Portaria nº 17/2022/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Leonardo Reis**, subordinado ao título: **"O Integralismo nas páginas d'A Gazeta: o caso da Sessão Doutrinária Integralista"**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Adriano Luiz Duarte a nota final 10,0 da Professora Kelly Yshida a nota final 10,0. e do Professor Clayton Hackenhaar a nota final.-.; sendo aprovado com a nota final 10,0 O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia primeiro de agosto de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 25 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Adriano Luiz Duarte



Documento assinado digitalmente

Adriano Luiz Duarte

Data: 25/07/2022 20:26:00-0300

CPF: 090.451.888-67

Verifique as assinaturas em <https://u.fuoc.br>

Prof.a Kelly Yshida



Documento assinado digitalmente

Kelly Yshida

Data: 25/07/2022 20:38:25-0300

CPF: 072.352.889-65

Verifique as assinaturas em <https://u.fuoc.br>

Prof. Clayton Hackenhaar

Candidato Leonardo Reis



Documento assinado digitalmente

LEONARDO SOUZA BASTOS DE OLIVEIRA R

Data: 26/07/2022 22:26:23-0300

CPF: 090.178.739-45

Verifique as assinaturas em <https://u.fuoc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Leonardo Reis entregou a versão final de seu TCC cujo título é "**O integralismo nas páginas d'A Gazeta: o caso da sessão doutrinária integralista, 1934-1935**", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 29 de julho de 2022



Documento assinado digitalmente

Adriano Luiz Duarte

Data: 25/07/2022 21:19:59-0300

CPF: 050.451.088-67

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Assinatura Orientador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO 1: UMA BREVE HISTÓRIA DA AIB.....	20
1.1. A Sociedade de Estudos Políticos (SEP).....	20
1.2. Características fundamentais da AIB.....	25
1.3. O fim da AIB: Estado Novo e a Associação Brasileira de Cultura (ABC).....	35
2. CAPÍTULO 2: A AIB EM SANTA CATARINA.....	43
2.1. Santa Catarina: querelas políticas entre a Primeira e a Segunda República.....	43
2.2. A AIB chega a Santa Catarina.....	48
2.3. Estado interventor, AIB e teuto-brasileiros.....	56
3. CAPÍTULO 3: A SESSÃO DOUTRINÁRIA INTEGRALISTA COMO PRODUTO D’A GAZETA.....	62
3.1. O Jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa.....	62
3.2. Breves considerações sobre A Gazeta.....	69
3.3. A Sessão Doutrinária Integralista.....	76
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
5. FONTES.....	91
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91

AGRADECIMENTOS

Sou extremamente grato à experiência acadêmica que tive dentro da UFSC, tanto em razão dos professores e professoras que tive e dos conhecimentos que me proporcionaram, quanto em função dos momentos prazerosos que tive enquanto graduando. Aqui me refiro ao tempo que passei nas bibliotecas do SED e BU estudando, no bosque, no RU ou em qualquer lugar em que pudesse desfrutar do Campus.

Quero agradecer ao Professor Dr. Adriano Luiz Duarte por ter aceitado o convite de orientação que lhe fiz, bem como os conselhos e ensinamentos que me deu em nossas reuniões de alinhamento para com o TCC. Aprendi muito, e se esse trabalho possuir algum equívoco, é de minha responsabilidade, somente.

Agradeço ao amparo e carinho que tive de minha mãe, Janiani, e minha vó, Selma, principalmente durante o início da pandemia. Agradeço a ajuda que meu pai, Cássio, e minha madrastra, Marta, me deram e vêm me dando neste ano de 2022. Suporte fundamental que tenho recebido e que certamente agregou muito para que eu pudesse chegar até aqui.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer aos meus amigos e amigas que me conhecem antes da universidade, mas também àqueles/as que me conheceram já durante o período de graduando. Cada um/a me ajudou de uma forma diferente, com uma intensidade diferente, em um momento específico. A vocês todos/as, a minha total gratidão por vocês terem cruzado o meu caminho e me ensinando tanto sobre muitas coisas. Muito obrigado pela amizade, pelo carinho, por me acolherem em diversos momentos bastante complicados e também por dividirem o tempo valioso de vocês comigo; pelas conversas, risadas e tudo mais: Isabela Dias, Ian Lucas Piran, Eduardo Ronconi, George Lucas, Anderson Vieira, Samuel Thielen, Guilherme Thielen, Roque Lemos, Roque Matheus, Tony Foter, Gabriel Pedra, Thiago “Pureza” Machado, Will Gomes, Lucas Martha, Fernanda C. O. Cruz, Maria Eduarda Carmes, Erika Lopes... Só não me desculpo por ter esquecido o nome de alguém porque minha memória não é lá das melhores. Mas saibam que carrego cada um e uma de vocês nos meus pensamentos e coração.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização do integralismo em Santa Catarina por região.....	50
Quadro 2 - Nominata dos candidatos da AIB à Câmara Federal nas eleições de 1934 e suas respectivas profissões.....	53
Quadro 3 - Nominata de candidatos da AIB à Assembleia Constituinte Estadual nas eleições de 1934 e suas respectivas profissões.....	54

RESUMO

A Ação Integralista Brasileira foi o maior movimento de massas da extrema-direita brasileira até o presente momento. A sua presença se estendeu ao território catarinense, onde angariou muitos adeptos, participou de eleições locais/regionais e estaduais, elegeu personalidades políticas, bem como mediu forças com grupos políticos catarinenses bastante tradicionais, como a família Ramos e a família Konder. Nesse trabalho, analisamos os escritos integralistas daquilo que batizamos de Sessão Doutrinária Integralista, uma série de escritos integralistas com fins propagandísticos e doutrinários que se fizeram presentes nas páginas d'A Gazeta entre agosto de 1934 e junho de 1935. A Gazeta foi um periódico tradicional que circulou na Grande Florianópolis entre os anos 1934 e meados dos anos 1980. Buscamos compreender o tipo e a forma do conteúdo integralista, isto é, o que era escrito e como era escrito com fins de veiculação para os públicos d'A gazeta. Junto disso, analisamos a própria postura d'A Gazeta em justificar a permissão que deu à AIB para que pudesse espalhar a sua palavra em suas páginas. A finalidade disso tudo foi a de mostrar como A Gazeta foi cúmplice da AIB ao amplificar o alcance das mensagens fascistas mesmo não sendo um Jornal oficialmente integralista.

Palavras-chave: AÇÃO INTEGRALISTA BRAISLEIRA; A GAZETA; SESSÃO DOCTRINÁRIA INTEGRALISTA

ABSTRACT

The Brazilian Integralist Action was the biggest far-right group in the history of Brazil until nowadays. Their presence reached the State of Santa Catarina, where they got many supporters, participated in local, regional and state elections, elected political personalities as well as disputed against traditional political groups from Santa Catarina, such as the Ramos family and the Konder family. In this research, we analyzed the integralist writings which we named the integralist session, a series of integralists writings with doctrinal and propagandist proposals that were presented in the pages of A Gazeta between august 1934 and june 1935. A Gazeta was a traditional newspaper that was sold in the region of Grande Florianópolis between the years of 1934 and the middle of 1980. We aim to comprehend the content and the form of those integralist writings, that is, what and how it was written in order to understand the publication to the newspaper audience. Besides this, we analyzed the own posture of A Gazeta when it justified the permission that was given to Brazilian Integralist Action so they could spread their words in Gazeta's pages. The ultimate goal was to show how A Gazeta allied itself with the Brazilian Integralist Action by amplifying their fascists messages even though they were not an officially integralist newspaper. Keywords: BRAZILIAN INTEGRALIST ACTION; A GAZETA; INTEGRALIST DOCTRINARY SESSION

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi o de analisar e compreender o tipo de escrito integralista presente nas páginas d'A *Gazeta: a voz do povo*, mais especificamente dentro de uma sessão diária à qual demos o nome de sessão doutrinária integralista (SDI). Esse nome não consta como algo dado pela *A Gazeta* ou pelos integralistas. Batizamos desta forma em função da natureza e intencionalidade doutrinária dos escritos, que visou o público da região da Grande Florianópolis. Todas as edições deste jornal, compreendidas entre agosto de 1934 e junho de 1935, foram acessadas por meio da Hemeroteca Digital Catarinense¹. Essa pesquisa, inclusive, foi somente possível graças a acessibilidade à Internet e a disponibilidade dos documentos no sítio eletrônico supramencionado. Por conta da pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador do novo coronavírus (CoVid-19), essa foi a única maneira possível que encontramos para analisar, investigar e compreender A *Gazeta* e a sessão doutrinária integralista.

Além disso, buscamos mostrar as contradições do próprio periódico impresso, que não se intitulava integralista, mas que contribuiu fortemente para a veiculação dos ideais fascistas em solo catarinense e que tinha no anticomunismo um elemento em comum com a Ação Integralista Brasileira (AIB). Detivemo-nos a analisar somente esta sessão sem levar em consideração o conteúdo externo a ela (ainda que seja importante para compreender a totalidade do posicionamento e postura d'A *Gazeta* e suas ligações com a AIB) nas mais de 200 edições do periódico onde a sessão se faz presente. De uma forma geral, a SDI tem como premissa e objetivo final doutrinar a população da Grande Florianópolis através do apelo emocional, religioso, financeiro, trabalhista, social etc., onde busca sensibilizar esta parcela da sociedade para com a finalidade de trazê-los às fileiras integralistas e, conseqüentemente, poder arregimentar ainda mais este movimento em solo catarinense. A sessão é composta por diversos tipos de conteúdo que se entrelaçam, como o antiliberalismo, anticomunismo, antisemitismo, autopromoção integralista, apelo ao proletariado, entre outros. Para melhor evidenciar as contradições d'A *Gazeta* e compreender o que era veiculado por este impresso e pela AIB, analisamos os escritos separadamente, de acordo com o tema central, mesmo tendo ciência de que determinado conteúdo poderia aparecer num outro tópico de escritos.

¹ As edições d'A *Gazeta* estão disponíveis através dos seguintes links: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/agazeta/agazeta1934.html>, para as edições do ano de 1934, e <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/agazeta/agazeta1935.html> para as edições do ano de 1935.

Para alguém que se interesse em conhecer a respeito da ideologia integralista, seja sob a roupagem da AIB, da Associação Brasileira de Cultura (ABC), ou até mesmo configurada nos moldes do Partido de Representação Popular (PRP), é necessário que tenha o saber histórico, político e social da conjuntura brasileira da década de 1920 e 1930. No nosso caso, iremos tratar de alguns eventos político-históricos que marcam os anos 1930-1937 para que possa fazer muito mais sentido a importância histórica da AIB na breve Segunda República brasileira. 1930 é o ano divisor de águas que marca o fim da Primeira República e o início da Segunda República. A Primeira República foi comandada pelas elites regionais, pelos 12 barões do café; ninguém que não tivesse grandes quantias de capital e influência política tinha voz neste Brasil das elites. Na década de 1920, estava em vigência a Política dos Governadores, um fenômeno político em que paulistas e mineiros se revezavam para com a administração do Brasil. Às vésperas do golpe de estado de 1930, Washington Luís era o Presidente da República e seria sucedido por Júlio Prestes, até então presidente do estado de São Paulo, que havia vencido as eleições de 1929, derrotando o candidato da Aliança Liberal (AL), Getúlio Vargas.

Segundo Schwarcz e Starling

O equilíbrio político que fragmentou a distribuição do poder através de um arranjo não escrito entre o governo federal e as elites regionais – a Política dos Governadores – foi rompido pelo próprio presidente da República, Washington Luís. Ninguém esperava que ele insistisse na candidatura de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, à sua sucessão, pondo fim à alternância de mineiros e paulistas na condução da política nacional (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 351)

O apoio de Washington Luís a Júlio Prestes foi fundamental para que anos mais tarde, em 1930, ocorresse o levante político organizado pela Aliança Liberal que resultaria no golpe conhecido como a *Revolução de 1930*. Este ato não foi o único elemento, como veremos a seguir, mas acendeu a luz vermelha no âmbito das querelas políticas no Brasil naquele período. No ano de 1926, o presidente brasileiro era Artur Bernardes, representante de Minas Gerais. Os mineiros, zelando pela Política dos Governadores, indicaram um paulista para poder suceder a Bernardes no cargo presidencial: Washington Luís, “um legítimo representante dos interesses de São Paulo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 352) Para as eleições seguintes, a esperado seria a de que os paulistas viessem a indicar um mineiro para disputar as eleições presidenciais e ocupar o Palácio do Catete, dando sequência ao *Status Quo* da Política dos Governadores. Não foi o que de fato aconteceu.

O escândalo da ruptura da Política dos Governadores ocorreu durante uma cerimônia de inauguração da estrada de rodagem entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nessa

cerimônia, estavam presentes o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o próprio Washington Luís. Antônio Carlos esperava ser agraciado com o discurso de Washington Luís, indicando-o como o seu sucessor presidencial. Washington Luís surpreendeu o presidente de Minas Gerais quando, em alto e bom tom, declarou publicamente apoio a Júlio Prestes como “o futuro presidente da República”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 353)

Antônio Carlos havia entendido o recado, e, em 1929, quando Washington Luís oficializara a escolha por Júlio Prestes, decidira apostar todas as suas fichas em uma organização política que reuniria em suas fileiras diversas tendências-dissidências políticas que tivesse poderio político o suficiente para poder encarar Júlio Prestes e Washington Luís de igual para igual; assim, nasceria a Aliança Liberal (AL). A AL era um projeto tão ambicioso que Antônio Carlos teve de abandonar a sua candidatura para poder investir seu tempo neste projeto, e mandou avisar Washington Luís que “os mineiros já estavam comprometidos com outro candidato.” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 353) As fileiras da Aliança Liberal eram formadas por “forças regionais não associadas ao café” e pelos “tenentes revoltosos da década de 1920.” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 353) Para concorrer contra Júlio Prestes, a AL formou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, presidentes do Rio Grande do Sul e da Paraíba, respectivamente. O primeiro concorreria para Presidente da República e o segundo, por sua vez, para Vice-Presidente. Infelizmente, para os interesses da AL, Júlio Prestes se consagrou vencedor das eleições e viria a ser o futuro Presidente da República, podendo dar continuidade aos projetos políticos de Washington Luís e das elites cafeeiras do estado de São Paulo. A Aliança não aceitou a vitória de Júlio Prestes e não admitiria a sua posse como presidente da República. Para isso, iria às armas, se necessário. A partir daí, a AL aguardaria qualquer evento político que pudesse ser utilizado contra o poder estabelecido como pretexto à sua desestabilização. Não demorou muito para que as ambições da Aliança fossem atendidas; um novo capítulo da história republicana brasileira iria viabilizar-se a partir do episódio seguinte: o assassinato de João Pessoa. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling escrevem que

No final da tarde do dia 26, João Pessoa foi assassinado, com três tiros à queima-roupa, enquanto tomava chá e debatia a situação política, em companhia de correligionários, na elegante e concorrida Confeitaria Glória, no Recife. O autor dos disparos não era um pistoleiro de aluguel e a morte do presidente da Paraíba não havia sido encomendada por terceiros (...). João Dantas, o assassino, era advogado, foi preso em flagrante e confessou ter cometido o crime motivado por fatores pessoais (...)" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 357)

A morte de João Pessoa serviu de pretexto para que a AL iniciasse um levante contra Washington Luís e toda a burguesia nacional alinhada aos seus interesses. O assassino de João Pessoa era João Dantas, um “aliado do coronel José Pereira, poderoso chefe sertanejo do município de Princesa, quase na divisa entre Paraíba e Pernambuco, líder de um levante armado contra as medidas adotadas por João Pessoa para enquadrar a autonomia de mando dos coronéis.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 358) O assassinato de João Pessoa, que estava vinculado a querelas políticas somente paraibanas, ou seja, regionais, acabou ganhando dimensões nacionais, pois Washington Luís era opositor radical de Pessoa e ambicionava pela sua destituição da presidência da Paraíba. Sendo assim, a AL “não podia imaginar pretexto melhor para iniciar um levante, e acusou o Catete de fomentar a rebelião para, ato contínuo, intervir na Paraíba.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 358)

Como consequência, em 3 de Outubro de 1930 tivemos o início da Revolução de 1930. Sob o comando geral do General Goés Monteiro, a ação armada eclodiu em três estados em momentos distintos: no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba. Neste último estado, o levante “eclodiu com algumas horas de atraso.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 359) Em uma semana a situação militar no Rio Grande do Sul fora dominada pelos rebeldes; em questão de três semanas, a AL conseguiu dominar os estados de “Pernambuco, Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.” O estado da Bahia ainda não estava sob domínio da AL, mas Salvador estava “sitiada pelas forças da Aliança Liberal”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 360)

O confronto mais esperado estava para ocorrer em São Paulo, na divisa com o estado do Paraná, na cidade de Itararé; mas, no fim das contas, os aliados de Washington Luís acabaram cedendo e deflagrando a derrota dos legalistas. Nessa altura do conflito, Washington Luís já não contava também com muitos militares de alta patente, que acabaram seduzidos por Getúlio Vargas. “Às sete da manhã de 24 de outubro, a menos de trinta dias do fim de seu mandato, Washington Luís estava deposto; detido e encaminhado para o Forte de Copacabana, seguiria, um mês depois, para exílio na Europa.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 361) Washington Luís estava fora do jogo, assim como Júlio Prestes, que jamais assumiria o cargo de Presidente da República, posto que lhe fora subtraído por Getúlio Vargas, escolhido pela Junta Governativa Provisória como o sucessor presidencial de Washington Luís.

Mesmo após uma reviravolta na política brasileira, com o golpe orquestrado pela AL e a tomada de poder por parte de Vargas, o recém-empossado Chefe do Executivo não teria vida

fácil até, pelo menos, 1937. Os anos de governo provisório lhe dariam muitas dores de cabeça. Na sequência ao golpe, tivemos já algumas mudanças substanciais na máquina pública brasileira. Primeiro, “o Executivo assumia plenos poderes e passava a ter condições de promover uma radical intervenção no sistema político”; segundo, o “Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Assembleias Municipais foram [todas elas] dissolvidas”; terceiro, “os políticos eleitos durante a Primeira República perderam seus cargos, os presidentes dos estados foram substituídos por interventores”; e, em quarto, “a imprensa de oposição foi censurada.” (SHCWARCZ; STARLING, 2015, p. 361) O fato mais curioso disso tudo é que pela primeira vez na história do país, até então, “todos os postos de poder no país estavam sendo ocupados por civis e militares não eleitos.” (SHCWARCZ; STARLING, 2015, p. 361)

As elites regionais brasileiras se mantiveram mesmo com o golpe de 1930 e com as mudanças políticas; elas tinham forças o suficiente para conseguir tirar Vargas do poder se acaso tivéssemos eleições. Ora, justamente por isso, dois fenômenos políticos assombravam Vargas, ao ponto de ele sequer querer tocar no assunto: Assembleia Nacional Constituinte e realização de novas eleições. Vargas sabia que com uma nova Constituição Federal muita coisa mudaria, e não ao seu favor; outrossim, tendo eleições, facilmente seria derrotado por algum político que representasse os interesses oligárquicos do café, que ainda era um produto bastante forte, tornando o Brasil simplesmente um agroexportador monocultor. Enquanto se mantinha no poder, mesmo que de forma provisória, Vargas concretizou uma série de mudanças, como “anistia aos tenentes, remodelamento do Exército, criação dos ministérios do Trabalho, Indústria, Comércio, e da Educação e Saúde Pública, reforma do ensino e da educação pública.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 362)

Entre as várias reformas, a gestão provisória de Vargas chamou a atenção no que diz respeito às questões trabalhistas. Por um lado, Vargas criou as leis de proteção ao trabalhador, onde instituiu a “jornada de oito horas, regulação do trabalho da mulher e do menor, lei de férias, instituição da carteira de trabalho e o direito a pensões e à aposentadoria.”; por outro lado, “reprimiu qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado”, isto é, “sufocou, com particular violência, a atuação dos comunistas.” Por fim, “liquidou com o sindicalismo autônomo, enquadrando os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado e excluiu o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios da legislação protetora do trabalho.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 362)

Durante o governo provisório (1930-1934), o maior inimigo da gestão de Vargas continuava sendo o estado de São Paulo com suas elites sedentas pelo poder. A oposição aumentava gradativamente desde o Golpe de 1930, principalmente após a criação do Conselho Nacional do Café (CNF), “órgão criado pelo governo federal para enfrentar a crise mundial” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 364) que estava abundante desde 1929 com o crash da Bolsa de Valores de Nova York. O CNF tirava a autonomia política de São Paulo e das elites cafejeiras como um todo, sendo a responsabilidade administrativa, agora, imputada ao Palácio do Catete. A insatisfação de setores da burguesia paulista somado à falta de autonomia do estado de São Paulo e o crescente sentimento regionalista paulista fizeram com que ocorresse o início da insurreição dos paulistas contra Getúlio Vargas; era São Paulo contra o Brasil. No dia 9 de julho de 1932, “cerca de 20 mil soldados – entre as guarnições federais e a Força Pública – engatilharam suas armas contra o governo Vargas.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 364)

O proletariado industrial paulista foi o único setor que se manteve afastado dos conflitos. Essa camada de trabalhadores não se sentiu representada pelos interesses da burguesia e das pessoas como um todo que se enfileiravam nos fronts de combate. E, de fato, os trabalhadores industriais foram aliados no momento dos conflitos, pois “enquanto durou a guerra (...), os dirigentes paulistas mantiveram suas fábricas sob estreita vigilância e as lideranças operárias, se possível, trancadas na cadeia.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 365) De resto, temos a participação de estudantes da Faculdade de Direito; as fábricas tiveram de se adaptar à indústria de guerra; colônias de imigrantes sírios e italianos prestaram socorro aos feridos e o clero católico deu suas bênçãos aos combatentes. Vargas estava num momento político conturbado, pois era pressionado de todos os lados para realizar a Assembleia Constituinte, seja pelos seus opositores, seja por aqueles que não necessariamente estavam do seu lado, mas que lhe ajudaram a ascender enquanto Presidente da República. Dessarte, as elites regionais que o apoiaram queriam poder, não à toa o apoiaram no golpe de 1930. A Segunda República não estava tomando o rumo que população brasileira almejava, o que não impediu Vargas de manter o seu capital político. Agora que a oposição paulista dava sua cara a tapa, Vargas mobilizara as forças que estavam ao seu lado para combatê-los. Novamente, convocou o general Goés Monteiro para ser a mente organizadora das forças pró-Vargas. O militar

Montou uma estrutura de defesa para o Rio de Janeiro, sufocou qualquer tentativa de golpe militar na capital da República e jogou na guerra 80 mil homens do Exército e da Marinha, muitos vindos do Norte e do Nordeste, contra 70 mil paulistas. O estado

de São Paulo foi cercado por terra, aviões do governo federal abriram sua artilharia sobre as trincheiras dos rebeldes, o porto de Santos foi bloqueado, e a ‘guerra paulistas’ mobilizou o país todo. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 365)

São Paulo não resistiu às forças pró-Vargas e, no dia 1 de outubro de 1934, assinou sua rendição. Apesar da derrota, o estado de São Paulo conseguiu avanços significativos, pois Vargas anunciara a convocação da Assembleia Constituinte, que era um dos motivos de os 17 paulistas terem se voltado contra o Palácio do Catete; Vargas, portanto, acabou “fixando o calendário eleitoral para 3 de maio de 1933.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 362) Com a nova Constituição Federal e Vargas eleito presidente em 1934, o Brasil passou a viver em um período de “interregno institucional entre os anos 1934 e 1937.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 362)

Tais querelas se estenderiam de 1934 a 1937, pois após este período, com a instituição da ditadura do Estado Novo por meio de um Golpe de Estado, Vargas silenciaria quase que por completo todo e qualquer movimento organizado, de natureza político-ideológica tanto de direita quanto de esquerda, que se opusesse às suas pretensões governistas-ditatoriais e também do Exército. É claro que o fenômeno da polarização/radicalização política não foi um evento exclusivamente brasileiro ou latino-americano; pelo contrário, foi um fenômeno global, tendo suas raízes localizadas no coração da Europa – Alemanha e Itália, principalmente. A década de 1930, por assim dizer, é um período histórico com suas particularidades políticas, como a própria “efervescência ideológica” (NAPOLITANO, 2016, p. 100), que também não é própria deste decênio, mas que se intensifica nele. Especificamente no caso do Brasil, tínhamos, de um lado, representando a bandeira da esquerda revolucionária, ou extrema-esquerda, os comunistas organizados no Partido Comunista Brasileiro (PCB); do outro lado, tínhamos os fascistas, representando a extrema-direita, representados pelos integralistas que arregimentavam a Ação Integralista Brasileira desde 1932 em todo o país.

Além dessas duas forças políticas, fazemos menção também à Aliança Nacional Libertadora (ANL). A ANL era uma “frente de massas atuando dentro da ordem para promover grandes campanhas em favor dos direitos de cidadania” e que era formada por “tenentes que não acompanharam Vargas” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 370 e 368) após 1930. Esse grupo fazia oposição tanto à gestão Vargas à AIB, se identificava “com propostas sociais reformistas”, e desejavam “recuperar o rumo da República, que julgavam ter se desviado após a vitória da Aliança Liberal, em 1930.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 369) O

reformismo da ANL era radical e antifascista, pois visava aprofundar as propostas que foram deixadas de lado pela AL, como a “suspensão definitiva do pagamento da dívida externa, nacionalização dos serviços públicos, reforma agrária, aumentos dos salários, garantia dos direitos e das liberdades individuais – incluindo a liberdade religiosa – e combate ao racismo.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 369) Vargas estava atento aos passos que a ANL dava. Seu governo precisava de apenas um pretexto para pôr fim ao movimento, que acabou surgindo em 18 quando Luís Carlos Prestes encaminhou um manifesto redigido à ANL e lido em um comício por Carlos Lacerda, onde dizia:

Brasileiros! Vós que nada tendes a perder e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar! Arrancaí o Brasil das garras do imperialismo e de seus lacaios! Todos à luta pela libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora! (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 370)

Era tudo o que Vargas precisava para conseguir colocar a ANL na ilegalidade, o que fora, de fato, feito. Vargas precisava ainda se ver livre dos comunistas e seus simpatizantes. O comunismo estava em franco enfraquecimento no Brasil, e após a Intentona Comunista, ocorrida em 1935, com os insucessos insurrecionais, Vargas conseguira definitivamente derrotar um de seus inimigos. “O levante comunista derrotado, além de reforçar o anticomunismo das elites civis e militares brasileiras, serviu para consolidar o poder pessoal de Getúlio Vargas no comando do Estado brasileiro.” (NAPOLITANO, 2016, p. 110) Faltava agora se livrar da AIB, mas não somente, pois

Com a ANL fechada e os comunistas na cadeia, Vargas liquidou as forças de oposição situadas à esquerda do seu governo; cioso do poder, a ele só faltava livrar-se do curto experimento democrático, inaugurado com a Constituição de 1934. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 373)

A relação do governo Vargas com a AIB é bastante complexa e buscamos tratar dessa situação em momento apropriado. O que podemos adiantar é que enquanto Vargas pôde manipular os integralistas, ele o fez. Os manipulou a fim de arregimentar seu capital político com os próprios integralistas e poder derrotar a esquerda comunista no país. Em seguida, com os comunistas já bem enfraquecidos e com a ANL posta na ilegalidade, Vargas decidiu contrariar os integralistas, pois não admitiria nenhum grupo, nenhuma milícia tentando disputar o poder do Brasil com ele. Ao mesmo tempo, estava preparando calmamente os detalhes finais para a implementação de sua ditadura. Vargas era um ditador nato, e, para isso, fez o possível para enfraquecer e colocar a AIB na ilegalidade imediatamente após a instituição da ditadura

estadonovista. Inclusive, por não poder participar das eleições de 1937, já que a Constituição de 1934 o impedia, Vargas tinha um motivo a mais para jogar o jogo conforme as suas regras e rasgar de vez a Constituição.

Em 1937, Vargas e as Forças Armadas colocaram o Brasil em regime ditatorial que durou longos 8 anos. A cartada final de Vargas foi se aproveitar de um documento falso, o Plano Cohen, peça-chave forjada por Olympio Mourão Filho. Além de ser falso, o documento tinha nome judaico, justamente para se aproveitar do espírito antissemita bastante forte na sociedade brasileira e mundial. O documento surtiu efeito junto aos brasileiros porque foi associado aos eventos da Intentona Comunista de 1935. Vargas apelou para o antissemitismo e para o anticomunismo para conseguir maior apoio da sociedade e das alas militares para não ter resistência quando do ato de instituição da sua ditadura. Constava na carta redigida por Mourão Filho possíveis ações comunistas em território brasileiro, como, por exemplo, “incêndio de prédios públicos, saques, fuzilamentos sumários de civis” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 374), entre outros.

A partir deste episódio, Vargas tinha sinal verde para dar continuidade aos seus planos ditatoriais. Marcos Napolitano (2016, p. 114) escreve que já no final do mês de setembro, o Congresso Nacional se encontrava dominado pelos governistas, onde fora aprovado o novo ‘estado de guerra’, que suspenderia as garantias constitucionais por um período de três meses. A partir daí, o caminho para o golpe ficou mais fácil, e, por isso mesmo, segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 374), no décimo dia do mês de novembro, as forças pró-Vargas cercaram o Congresso, mandando os funcionários/membros para casa, colocando a Polícia Militar na rua, “impôs uma nova Constituição ao país e batizou o golpe de Estado.”

Encerrou-se, assim, a breve Segunda República, que mais fora uma extensão da Primeira do que qualquer outra coisa, apesar de algumas mudanças estruturais como as comentadas anteriormente. É bastante evidente que o que propomos nesta breve introdução ao primeiro capítulo não diz respeito à totalidade dos eventos históricos ocorridos entre os anos 1930-1937. O fato de descrevermos brevemente o que consta acima é justamente para que a compreensão acerca da AIB seja mais exitosa. Na sequência, já com o entendimento básico sobre a conjuntura da Segunda República, passaremos a buscar compreender a complexidade por trás da geração da AIB.

CAPÍTULO 1 – UMA BREVE HISTÓRIA DA AIB

Por ser um fenômeno político e ideológico bastante complexo, a fim de que possa ser possível o entendimento a respeito do desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira, decidimos separar este primeiro capítulo em três partes: a primeira parte dirá respeito àquilo que antecede propriamente a AIB, ou seja, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que, como se verá a seguir, deu forma e conteúdo ao que viria a ser, em 1932, a AIB. Na sequência, analisaremos a AIB em si, bem como alguns elementos políticos, ideológicos e culturais que orbitam a organização fascista na conjuntura político-histórica brasileira da década de 1930. Por fim, o foco do debate será a Associação Brasileira de Cultura (ABC), movimento cultural que teve origem com a dissolução da AIB após a instituição do Estado Novo por Vargas. Aqui, residirão as análises acerca do “ponto final” do integralismo na história do Brasil. Na verdade, como bem sabemos, a ideologia integralista transcende a década de 1930, bem como transcende a AIB, mas o que nos interessa se restringe ao período 1930-1937.

1.1. – A Sociedade de Estudos Políticos (SEP)

Segundo Hégio Trindade (1979, p. 73), o período pré-integralista “inicia quando Plínio Salgado incorpora à ação política os temas nacionalistas vinculados à sua experiência modernista. Esta fase se caracteriza pelo processo de maturação de uma nova doutrina política, após o rompimento com o Partido Republicano Paulista.” Ainda, segundo o autor, os contornos da ideologia em elaboração de Plínio Salgado “se definem durante sua viagem ao Oriente e à Europa, de abril a outubro de 1930.” Plínio Salgado estava desiludido “com o partido ao qual pertencia”. Por causa disso, “medita sobre a política brasileira à luz da experiência europeia da sua época. Neste período, a ideia fascista se insinua de forma explícita em seu espírito.” (TRINDADE, 1979, p. 73)

Em 1930, Plínio Salgado “deixou o Brasil para uma viagem de quase quatro meses no Velho Mundo”, onde pôde visitar países como “Egito, Palestina, Turquia, Grécia, Itália, Bélgica, Holanda, Suíça, Dinamarca, Espanha, Portugal, Inglaterra, vários países do Oriente Médio e, claro, o destino principal, a Itália dos camisas-negras.” (GONÇALVES, NETO, 2020, p. 10) De todos os países visitados pelo futuro Chefe Nacional, a ida à Itália foi o grande divisor de águas no espírito de Salgado. Lá, o intelectual conservador acabou se sentindo maravilhado, emocionado com o que vira e sentira. Por meio de uma correspondência enviada ao escritor Ribeiro Couto, Salgado afirmava “estar admirado com a Itália, que exalava entusiasmos nas ruas, e pensava em algo semelhante para o Brasil, com a formação de um povo que soubesse colocar os interesses da pátria acima dos interesses de classe.” (GONÇALVES, NETO, 2020, p. 11)

O encontro entre Salgado e Mussolini durou aproximadamente 15 minutos, rendendo mútuos elogios. Salgado, bastante empolgado, “dizia estar frente a frente com o gênio criador da política do futuro, o profeta do mundo contemporâneo.” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 9) O saldo do encontro foi bastante positivo para Salgado, pois promoveu “um efeito profundo no brasileiro, que acreditou com veemência que era realmente a versão nacional daquele que tanto admirava na Itália.” (GONÇALVES, NETO, 2020, p. 9-10)

Mesmo se inspirando fortemente em Mussolini e no regime fascista em vigência na Itália, Salgado “buscava colocar-se em posição de destaque no cenário político brasileiro”, já que um dos seus interesses era o de ser “uma espécie de marco zero” (GONÇALVES, NETO, 2020, p. 11-12) na política brasileira. Aqui, “marco zero” pode significar muitas coisas ao mesmo tempo. Primeiro, que Plínio Salgado, supostamente, almejava ser um político que contribuiria para renovações, isto é, atualizações políticas, fazendo com que o Brasil pudesse alcançar voos maiores para além do cenário latino-americano para que pudesse ser equiparado economicamente, comercialmente, enfim, aos países do capitalismo central (EUA, Alemanha, Reino Unido, Itália etc.). Nesse sentido, além de participar dessas renovações, Salgado pretendia ser reconhecido como um dos atores políticos que estiveram envolvidos nessas empreitadas. Ele queria ser tido como a referência dos novos tempos, uma pessoa que servisse de inspiração às novas gerações brasileiras.

Segundo, Salgado pretendia trazer ao Brasil algo inédito, tendo como influência aquilo que vira na Itália, ou seja, um movimento extremamente conservador, fascista, e paramilitar que implicaria em mudanças radicais no sistema político brasileiro, na questão religiosa, moral,

ética, enfim, deste país. Anos mais tarde, em 1932, esse movimento seria a AIB. Porém, no momento em que volta ao Brasil, a Ação Integralista Brasileira, no formato como foi concebida no ano de sua fundação, não estava no horizonte político de Salgado. Em 1930, as suas ideias ainda estavam numa fase embrionária, mas o jornalista fazia de tudo o possível para conseguir desenvolvê-las e permitir a organização de um movimento que estivesse no mesmo patamar, ou próximo, ao que estava vigente na Itália. É claro que diversas comparações entre AIB e fascismo italiano foram feitas por periódicos, intelectuais, políticos etc., o que desagradou bastante Plínio Salgado. E isso afetava suas ambições em ser o “marco zero” no Brasil, pois o tornaria uma farsa, alguém que foi buscar lá fora o remédio para curar os males do Brasil.

Plínio Salgado estava eufórico quando de seu retorno ao Brasil, pois queira pôr em prática suas “concepções teóricas” que foram sendo desenvolvidas ao longo de seu processo de amadurecimento intelectual. Porém o jornalista “retornou ao Brasil e desembarcou no dia 4 de outubro de 1930, um dia antes do movimento que derrubou o presidente Washington Luís.” (GONÇALVES, NETO, 2020, p. 13) Sem perder tempo, Plínio Salgado tratou de agir para criar, o mais rápido possível, um movimento que aglutinaria em sua estrutura diversos intelectuais conservadores a fim de estudarem a realidade brasileira: a *Sociedade de Estudos Políticos* (SEP).

A base de formação da Ação Integralista Brasileira reside tanto no jornal *A Razão* quanto na Sociedade de Estudos Políticos. A partir do periódico supracitado, Salgado organiza-se para formar um grupo de reflexão acerca da realidade brasileira, que no caso seria a SEP, “que pode ser caracterizado como o primórdio do integralismo.” (GONÇALVES, NETO, 2020, p. 13) É através da SEP que irá “nascer o manifesto integralista de 1932 e a Ação Integralista Brasileira (AIB).” (TRINDADE, 1979, p. 116)

A SEP resulta da aglutinação de diversas tendências das direitas brasileira, isto é, de grupos que podem ser denominados como “pré-integralistas ou protofascistas” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 13), e um dos seus objetivos era notadamente a de compreender a realidade brasileira para, assim, poder forjar um grupo, um movimento político altamente hierarquizado e estruturado, “tendo como princípio um forte nacionalismo conservador e revolucionário.” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 13) É bastante evidente que a AIB não foi de fato a primeira organização de direita na história do Brasil, sendo antecedida por outros movimentos de inspiração fascista, como a “Ação Social Brasileira (Partido

Nacional Fascista), Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista e o movimento neomonárquico Ação Imperial Patrianovista Brasileiro.” (GONÇALVES, NETO, 2020, p. 13)

Algumas informações se desencontram conquanto a inauguração da SEP. Primeiro, Hélgio Trindade (1979, p. 116) informa que a SEP foi formada no dia 24 de fevereiro de 1932, para depois alegar que a “assembléia de fundação da SEP teve lugar em 12 de março”. (TRINDADE, 1979, p. 117) Rosa Cavalari (1999, p. 13), por sua vez, informa que a fundação da SEP “foi realizada em março de 1932 em São Paulo.” De qualquer forma, Cavalari (1999, p. 13) alega que o propósito da SEP era a de “criar uma nova mentalidade no país e a coordenar os estudos da nova ideia.” De que a SEP “seria a base do novo movimento, a Enciclopédia da Revolução.” Nessa reunião, “por iniciativa de Salgado em São Paulo, na sede do jornal *A Razão*,” estavam presentes “Cândido Motta Filho, Ataliba Nogueira, Marcio Graciotti, João Leães Sobrinho, Fernando Callage e vários estudantes da Faculdade de Direito.” (TRINDADE, 1979, p. 116) Plínio Salgado, em um de seus discursos, define o papel da SEP:

Senhores, por toda a parte ouço a palavra revolução; de todos os lados nos chegam ecos de ingentes reclamos que, em meio à confusão dominante no país desde outubro de 1930, apelam para o ‘espírito revolucionário’. Na verdade, tudo indica que o Brasil quer renovar-se, quer tomar posse de si mesmo, quer marchar resolutamente na História. Clama-se pela justiça social e por mais humana distribuição dos bens; exige-se do Estado que intervenha, com poderes mais amplos, tendentes a moderar os excessos do individualismo e a atender os interesses da coletividade. Neste momento, congrego-vos para estudarmos os problemas nacionais e traçarmos em consequência destes estudos os rumos definitivos de uma política salvadora.’ (TRINDADE, 1979, p. 117)

Ainda em sua fala, Salgado apresenta os princípios fundamentais da SEP, “que serão aprovados pelos participantes da sessão”:

‘a – Somos pela unidade da Nação; b – Somos pela expressão de todas as suas forças produtoras no Estado; c – Somos pela implantação do princípio de autoridade, desde que ele traduza forças reais e diretas dos agentes da produção material, intelectual e da expressão moral do vosso povo; d – Somos pela consulta das tradições históricas e das circunstâncias geográficas, climatéricas e econômicas que distinguem nosso país; e – Somos por um programa de coordenação de todas as classes produtoras; f – Somos por um ideal de justiça humana, que realize o máximo de aproveitamento dos meios de produção, em benefício de todos, sem atentar contra o princípio da propriedade, ameaçado tanto pelo socialismo quanto, como pelo democratismo, nas expansões que aquele dá à coletividade e este ao indivíduo; g – Somos contrários a toda a tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo e as suas projeções morais; somos contra a tirania dos indivíduos contra a ação do Estado e os superiores interesses da Nação; h – Somos contrários a todas as doutrinas que pretendem criar privilégios de raças, de classes, de indivíduos, grupos financeiros ou partidários, mantenedores de oligarquias econômicas ou políticas; i – Somos pela afirmação do pensamento político brasileiro baseado nas realidades da terra, nas circunstâncias do mundo contemporâneo, nas superiores finalidades do homem e no aproveitamento das conquistas científicas e técnicas do nosso século’. (PLÍNIO SALGADO APUD TRINDADE, 1979, p. 117-118)

A partir de então, “iniciam-se as atividades da SEP sob a coordenação de um órgão coletivo (Grupo de Centralização) do qual fazem parte Ataliba Nogueira, Mário Graciotti, Alpinolo Lopes Casali e José de Almeida Camargo.” (TRINDADE, 1979, p. 118) Para poder compreender de forma eficiente a realidade brasileira dentro dos moldes ideológicos do grupo, a SEP se organizou internamente em várias comissões de estudos: “economia pedagógica, constitucional e jurídica, higiene e medicina social, geografia e comunicações, história e sociologia, religião, política internacional, educação física, arte e literatura e agricultura.” (TRINDADE, 1979, p. 118)

Internamente, a SEP estava dividida entre duas tendências: “a tendência majoritária aglutina-se em torno de Salgado”, e reuniu “um grupo de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo do qual fazem parte Alfredo Buzaid, Rui Arruda, Ronland Corbisier, Almeida Sales e Ângelo Simões Arruda.” Essa ala da SEP tendeu a considerar “os estudos e os debates na SEP como uma atividade instrumental a serviço da ação (...)” (TRINDADE, 1979, p. 119) “A segunda tendência, representada pelos monarquistas do movimento ‘Patrionovista’, embora possuam ideias comuns com o primeiro grupo, são partidários de um regime fundado sobre a realeza e o catolicismo.” (TRINDADE, 1979, p. 119) Os patrionovistas não tardarão a abandonar a SEP em função “da ausência de uma definição clara da SEP sobre (...) [os] elementos fundamentais da concepção monárquica tradicional.” (TRINDADE, 1979, p. 119)

Plínio Salgado utilizou a SEP para poder “articular os intelectuais e os movimentos dispersos da extrema-direita.” (TRINDADE, 1979, p. 120) Nesse sentido, acaba retomando contato com grupos de intelectuais do Rio de Janeiro, por meio de “Augusto Frederico Schmidt, e de Santiago Dantas, ao qual pertencem os acadêmicos em Direito da *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, o diretor de *Hierarchia*, Lourival Fontes, e dois futuros dirigentes integralistas, Raimundo Padilha e Madeira de Freitas.” (TRINDADE, 1979, p. 120) Salgado entrou em contato também com “Olbianio de Mello e Severino Sombra.” (TRINDADE, 1979, p. 121) Porém, “As circunstâncias do contato entre Salgado e Sombra no Ceará são mais difíceis de serem estabelecidas.” (TRINDADE, 1979, p. 121)

“A evolução dos fatos até a criação da A.I.B prova que Salgado soube manipular com habilidade os grupos ideológicos convergentes em favor de seus planos políticos.” (TRINDADE, 1979, p. 121-122) No mês de maio de 1932, a SEP “organiza em São Paulo sua terceira sessão, ocasião em que Salgado propõe, com apoio da tendência majoritária, a criação

de uma ‘nova comissão técnica, denominada Ação Integralista Brasileira’.” (TRINDADE, 1979, p. 122) A intenção de Salgado é a de ““transmitir ao povo, em uma linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da SEP’.” (TRINDADE, 1979, p. 122) Dessa reunião resultou um relatório em que é mencionada “as condições da organização deste novo setor”, ou seja, nela consta que Salgado “propôs que se organizasse, subordinada e paralela à S.E.P., uma campanha de ação prática, no sentido de se infiltrar em todas as classes sociais o programa político da S.E.P.” (TRINDADE, 1979, p. 122); tal campanha dizia respeito à Ação Integralista Brasileira. “A proposição não é bem acolhida por todos os membros, gerando algumas dissensões internas, mas a maioria virá a endossá-la.” (TRINDADE, 1979, p. 122)

Estava perto de existir, enfim, a AIB, pois faltava apenas a “última etapa do processo de formação do integralismo”, que nada mais era do que a “redação de um manifesto para divulgar publicamente a AIB” (TRINDADE, 1979, p. 123) A decisão de formar a AIB é tomada ainda no mês de maio, “mas este só começará a existir realmente cinco meses mais tarde, com a publicação do Manifesto de Outubro de 1932.” (TRINDADE, 1979, p. 123) “O Manifesto é publicado, finalmente, em 7 de outubro de 1932, marcando o lançamento oficial da Ação Integralista Brasileira como movimento político independente.” (TRINDADE, 1979, p. 123) A partir daí, e de forma paulatina, a AIB “transforma-se no principal partido da extrema-direita fascizante dos anos 30 em busca do poder político.” (TRINDADE, 1979, p. 125)

1.2. Características fundamentais da AIB

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi o maior movimento organizado e partido político de massas fascista da história do Brasil até os dias atuais, ao qual teve implantação nacional e reuniu “cerca de meio milhão de aderentes.” (TRINDADE, 1979, p. 1) O símbolo que representou tal movimento, e que se faz presente no neointegralismo, é a letra grega Sigma (Σ), “símbolo matemático que indica o projeto de um Estado único e integral e a soma dos números infinitamente pequenos.” (GONÇALVES, NETO, 2020, p. 15) Além do símbolo, a AIB também possuía seu lema próprio: *Deus, Pátria e Família*. Sobre o nome do movimento-partido, o termo *Ação Integralista Brasileira* sugeriria a “desvinculação da ideia de partido,

concebido como representante de interesses particularistas, indicador preciso do decadente sistema político democrático liberal.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 44)

Ação “ênfatizava o primado e o culto da mobilização, da força, inclusive da violência”; *Integralista*, “derivado de integral”. (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 44) A AIB era extremamente nacionalista e prezava pela unidade do povo brasileiro em um momento em que o senso de brasilidade estava em fase embrionária. Todos os três termos se conectam fortemente, mas a terceira categoria está fielmente conectada à segunda. *Brasileira* “sugeriria a defesa dos interesses nacionais contra os partidos estaduais, os objetivos regionais e oligárquicos e ainda aqueles considerados internacionalistas, como os afeitos ao Partido Comunista.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 44) Portanto, tanto *Ação*, quanto *Integralista* e *Brasileira* remetem ao fato de que o povo brasileiro deveria estar munido de consciência teórica e prática para que pudessem estar preparados, de forma unida, para lutar pelos propósitos do Brasil, contra qualquer ameaça interna e externa, ajudando a construir um país ideal, dos sonhos.

O contexto político e social em que surge a AIB é marcado pela “ascensão de ideias radicais de direita” e “receptividade das ideias autoritárias.” (TRINDADE, 1979, p. 97) “Esse fato se constata pela presença nas livrarias de uma abundante literatura sobre o fascismo italiano e o novo Estado português.” (TRINDADE, 1979, p. 97) Há também significativa expansão de “publicação de livros analisando a situação política brasileira numa perspectiva antiliberal”, e de “revistas e movimentos ideológicos de orientação política fascista, monarquista ou corporativista.” (TRINDADE, 1979, p. 97) Some-se a isso o fato de que o país vivia, entre os anos 1930 e 1937, “um quadro de intensa polarização no terreno político”, permitindo “o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com a ideia de mudança.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 35) Outro aspecto importante para a penetração do fascismo diz respeito à polêmica “em torno da convocação ou não da Constituinte”, pois “deixa o terreno livre à penetração das ideias de extrema-direita.” (TRINDADE, 1979, p. 97) Além disso, em virtude do “impacto da Revolução Soviética e pela incapacidade das democracias liberais de fazerem face à ameaça socialista, dois fenômenos considerados como sinais da decadência do liberalismo”, fica evidente que a geração brasileira de 1930 “é sobretudo uma geração antiliberal” (TRINDADE, 1979, p. 99-100) e, sobretudo, anticomunista. “Este antiliberalismo ideológico se reforça com a tendência à centralização do poder político inspirada nos modelos autoritários europeus.” (TRINDADE, 1979, p. 100)

O surgimento da AIB em um momento de incertezas políticas e econômicas “não é um fato isolado, mas resulta da cristalização das ideias radicais de direita no Brasil nos anos 30 e da convergência dos movimentos precursores que Salgado buscará integrar.” (TRINDADE, 1979, p. 97) Os propósitos da ideologia integralista eram compartilhados por outros movimentos fascistas: “Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista); Legião Cearense do Trabalho²; Partido Nacional Sindicalista³ e o movimento monarquista Ação Imperial Patrionovita.” (TRINDADE, 1979, p. 103)

Ao contrário dos movimentos supramencionados, a AIB obteve êxito em sua empreitada, pois foi um movimento de impacto nacional. A Legião Cearense do Trabalho (LCT), por exemplo, “teve uma penetração regional importante”, mas os demais movimentos fascistas foram organizações que reuniram “um pequeno grupo de indivíduos e com audiência política restrita, cuja relevância é ter precedido e reforçado a convergência ideológica de direita.” (TRINDADE, 1979, p. 103)

De movimento cultural⁴ a partido político, a AIB foi “criada por Plínio Salgado e seus asseclas no dia 7 de outubro de 1932⁵, em São Paulo, através de um manifesto – *Manifesto de Outubro*⁶ – lido em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo” (CAVALARI, 1999, p. 13) e existiu “legalmente até dezembro de 1938, um ano após o golpe do Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas, que colocou os partidos políticos na ilegalidade.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 35) “Em sua ideologia, organização e ação política, o integralismo pertence à constelação ideológica dos movimentos e partidos fascistas europeus que surgiram entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo na Alemanha.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 36) “Embora tenha atuado por um período de apenas seis anos, a AIB foi, sem

² Movimento originado em 1931 “e dirigida por Severino Sombra.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 35)

³ De Minas Gerais, “fundado por Olbiano de Melo.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 35)

⁴ “O Integralismo apresentava-se sempre como um movimento de cultura. Embora tenha se tornado partido político a partir de 1935, não se apresentava como tal.” (CAVALARI, 1999, p. 41)

⁵ “Apesar de datar do mês de maio, o movimento ficou conhecido nacionalmente em outubro [de 1932]. Devido à Revolução Constitucionalista iniciada em 9 de julho, Plínio Salgado e os demais membros [da SEP], por prudência ou cálculo político, adiaram o lançamento para um momento mais oportuno.” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 14)

⁶ O Manifesto de Outubro é composto por 10 capítulos: “‘Concepção do Universo e do Homem; Como Entendemos a Nação Brasileira; O Princípio de Autoridade; O Nosso Nacionalismo; Nós, os Partidos Políticos e o Governo; O que Pensamos das Conspirações e da Politicagem de Grupos e Facções; A Questão Social, como a Considera a Ação Integralista Brasileira; A Família e a Nação; O Município, Centro das Famílias Célula da Nação; e O Estado Integralista’.” (CAVALARI, 1999, p. 15); “Com ampla repercussão, o *Manifesto* foi publicado com uma tiragem de 20 mil exemplares e distribuído na capital paulista e em várias regiões do Brasil.” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 14, grifos dos autores)

dúvida, a mais importante organização fascista na história do Brasil.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 36).

A AIB é apenas uma das três manifestações práticas do integralismo, ideologia que “deve ser compreendida, nas operações internas, com imagens aterradoras de crise, voluntarismo totalitário, constante explicação monolítica que procura ser a chave do passado, do presente e do futuro.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 44) As demais manifestações se deram por meio da *Associação Brasileira de Cultura* (ABC) e do *Partido de Representação Popular* (PRP), movimento cívico-cultural e partido político, respectivamente, que buscaram manter viva a ideologia integralista através de roupagens diferentes. O integralismo “se caracteriza como movimento de massas de corte nacionalista, antiliberal e anticomunista. Ele emerge no contexto do avanço das ideias autoritárias nos anos 1930.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 39) Porém, tais características não são suficientes para possibilitar a sua definição ao ponto de darmos conta da totalidade do seu conteúdo militante-político-ideológico.

Desde os primórdios da AIB, a agenda política deste movimento dizia respeito à doutrinação da população brasileira dentro dos propósitos fascistas e à eliminação dos seus inimigos, independentemente do meio utilizado para tal, pois isso abriria espaço para a ascensão integralista por intermédio da aceitação popular e consequente alcance do poder por meio das vitórias que poderiam ocorrer durante as eleições estaduais e federal, já enquanto partido político, a partir de 1934. Entre os alvos da AIB a serem combatidos, estavam o liberalismo, bem como “as instituições liberais” (TRINDADE, 1979, p. 229) e os “preceitos liberais da República Velha e também aos descaminhos da Revolução de 1930,” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 35), o comunismo e o socialismo, o capitalismo internacional, o judaísmo, a maçonaria, o materialismo e o ateísmo, o cosmopolitismo, a maçonaria, o estrangeirismo e os regionalismos, objetivava extinguir os partidos políticos e legados do Iluminismo, entre outros. “Para combatê-los, na perspectiva de realizar os ideais da nova sociedade, a AIB organizou uma estrutura de vigilância e de controle.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 50)

Hélgio Trindade (1979) nos traz alguns apontamentos importantes acerca da oposição ao socialismo por parte do integralismo. O autor sugere a possibilidade de existência de três tipos distintos de *antissocialismo*. O primeiro tipo, segundo Trindade, o mais comum entre os teóricos integralistas, aproximava liberalismo e socialismo com o intuito de demonstrar a raiz comum entre os dois universos políticos: o materialismo. O segundo tipo de antissocialismo

considerava o socialismo e sua estrutura socioeconômica como concepções ligadas às doutrinas ‘fragmentárias’ do século XIX e que haviam sido superadas pela experiência ‘fascista’ integral. O último tipo de antissocialismo visava apelar ao medo e terror provocados nos espíritos dos militantes integralistas. (TRINDADE, 1979, p. 239) O mais curioso do posicionamento antissocialista por parte dos integralistas era a de que o socialismo, em suas concepções, “não seria a antítese do capitalismo, mas o resultado natural de sua evolução, porque ambos se apoiam nas mesmas bases materialistas.” (TRINDADE, 1979, p. 227-228)

O anticapitalismo integralista não era de fato um posicionamento que visava o fim do capitalismo. mas que tinha por finalidade a sua reformulação, e que teria a AIB como principal gestora dentro de um utópico Estado Integral. A lógica do anticapitalismo era que forças estrangeiras estavam determinando as demandas de mercado e tendências econômicas dentro do Brasil, e isso desagradava o Sigma em razão do seu patriotismo. Ou seja, tudo bem o capitalismo, desde que fossem forças internas, brasileiras, atuando para com a sua manutenção e desempenho. Héglio Trindade (1979) alega que a posição do integralismo diante do sistema capitalista apresentava ambiguidades, pois os escritos dos principais teóricos integralistas “utilizam uma linguagem, muitas vezes, fortemente anticapitalista, ao mesmo tempo em que a organização econômica proposta pela ideologia não põe em questão os princípios básicos do sistema. A única dimensão do capitalismo condenada por todos é o capitalismo internacional.” (TRINDADE, 1979, p. 234)

Trindade também (1979, p. 235) infere que o integralismo tinha planos específicos para o capitalismo em um possível regime do Sigma. O primeiro deles era que o integralismo propunha reformar o capitalismo em três níveis: primeiro, subordinando a produção aos interesses nacionais, a fim de romper seus vínculos com o capitalismo internacional; segundo, estabelecer o controle do Estado sobre a economia liberal; terceiro, introduzindo uma finalidade ética no desenvolvimento da economia. Em outras palavras, é evidente que o integralismo almejava transformar o capitalismo internacional, liberal clássico, num capitalismo doméstico, ou seja, nacional e social controlado pelo Estado Integral. Em outras palavras, como aponta Trindade (1979, p. 235), “embora o objetivo do fascismo seja o de revitalizar o capitalismo liberal em crise, através de um nacional-capitalismo sob o controle do Estado corporativo, o discurso ideológico exterioriza-se (...) numa linguagem anticapitalista.”

O antissemitismo também se fazia presente na ideologia integralista, ainda que não trouxesse consenso entre os militantes de ponta e de base. “Uma parte significativa dos

integralistas considera que todos os adversários do movimento formam um bloco sob a dominação judaica.” (TRINDADE, 1979, p. 228) Quando se fala em ódio aos judeus, logo vem o Nome de Gustavo Barroso, um dos três grandes líderes da AIB, mas ele não era de fato o único antissemita integralista, apenas o mais notório. Trindade (1979, p. 242) alega que, embora “se possa estabelecer uma gradação nas formas de antissemitismo integralista, o tema (...) incorporou-se à ideologia integralista em razão da grande receptividade do combate ao judaísmo entre os militantes de base.” E quando havia oposição ao antissemitismo de Gustavo Barroso, a postura contrária ao seu posicionamento não significava uma “posição neutra diante do problema judaico, mas uma rejeição de seu radicalismo.” (TRINDADE, 1979, p. 242), pois poderia manchar a imagem da AIB e do integralismo como um todo, podendo fazer com que o integralismo perdesse poder de influência.

“Para o integralismo, enquanto movimento fascista, tão importante quanto a ideologia defendida era o apelo à permanente mobilização”, seja por meio de “desfiles minuciosamente coreografados, comícios disciplinados, símbolos, palavras de ordem, bandeiras, canções, discursos dramatizados, estandartes, uniformes, insígnias e rituais.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 44-45) Tudo isso para que se configurasse “uma mística, um apelo messiânico que incitava à ação violenta.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 45)

A AIB se valeu das tecnologias disponíveis em seu tempo, como a fotografia, o rádio, o cinema “e de rituais e concepções propriamente ‘teatrais’ da política” para difundir o “seu apelo e representava, assim, uma faceta que parecia moderna no contexto dos anos 1930.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 45) Aliado a isso, diferentemente das oligarquias da Primeira República e até mesmo do pós-1930, a AIB tinha uma forma bastante peculiar de fazer política, pois a organizava de forma a contemplar as pessoas comuns, ou seja, “crianças e jovens, mulheres”; também organizava “desfiles públicos, palavras de ordem inflamadas, bandeiras, marchas e estandartes” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 45)

A AIB se valeu das tecnologias disponíveis em seu tempo, como a fotografia, o rádio, o cinema “e de rituais e concepções propriamente ‘teatrais’ da política” para difundir o “seu apelo e representava, assim, uma faceta que parecia moderna no contexto dos anos 1930.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 45) Aliado a isso, diferentemente das oligarquias da Primeira República e até mesmo do pós-1930, a AIB tinha uma forma bastante peculiar de fazer política, pois a organizava de forma a contemplar as pessoas comuns, ou seja, “crianças e jovens, mulheres”; também organizava “desfiles públicos, palavras de ordem inflamadas,

bandeiras, marchas e estandartes” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 45) Essa estratégia política fez com que o Sigma se destacasse enquanto movimento de massas, pois o integralismo “era dirigido basicamente às classes médias urbanas da década de 1930, período em que o Brasil passava por importantes transformações urbanas.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 45) Essas mesmas classes médias, em função do “alargamento da esfera do Estado nas mais diferentes áreas” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 45), pôde expandir-se, e, por isso mesmo, “ansiava (...) por reformas no sistema político e econômico.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 45)

Dessarte, a AIB atraía para suas fileiras essencialmente “setores das classes médias urbanas não representadas na política tradicional, que respondiam ao discurso de um movimento que se pretendia moderno”, ao mesmo tempo em que “prometia que as libertaria do poder das oligarquias regionais.” E é pelo fato de o integralismo defender “um Estado Forte” e “acima dos regionalismos”, que foi possível perceber a forte presença “de profissionais liberais e de intelectuais” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 47) nas fileiras desse movimento, mas não somente: “funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, advogados, médicos, professores, padres, pequenos agricultores, funcionários do comércio, militares”, enfim, “setores ainda não representados politicamente pelos partidos oligárquicos.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 46)

O Brasil, no período em que a AIB surgiu, estava passando por um processo de industrialização, urbanização e modernização, “e novos setores sociais e econômicos careciam de representação política.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 46) Apesar de ter ocorrido uma ruptura no sistema político-institucional brasileiro com a “Revolução” de 1930, fato é que a lógica política brasileira ainda continuava sendo semelhante, senão a mesma da Primeira República no sentido da não representatividade das camadas médias e populares, que continuavam sendo dominadas/comandadas por oligarquias políticas.

O gênero feminino também tinha o seu espaço de atuação dentro da estrutura administrativa, hierárquica e organizacional da AIB: através de “uma Secretaria Feminina responsável pela educação do Movimento, a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e de Plinianos (SNAFP).” (CAVALARI, 1999, p. 57) Nesse sentido, as *blusas-verdes*, como eram chamadas as mulheres integralistas, exerciam “um importante papel no processo de preparação para a revolução do espírito.” (CAVALARI, 1999, p. 56) “A mulher, devido a sua natureza, tinha grande contribuição a dar na tarefa de educação da consciência nacional, desde

que essa contribuição ocorresse de forma ordenada.” (CAVALARI, 1999, p. 56) Segundo Cytrynowicz e Maio

(...) as mulheres tinham várias funções na AIB, entre elas dedicar-se às suas famílias, e lares, procriar e educar crianças cristãs e patrióticas, proteger os lares contra o comunismo e cultivar valores ‘femininos’, como obediência, amor, sacrifício, pureza e espiritualidade, apoiando também os maridos na luta do movimento. As mulheres participaram ativamente na política e nas manifestações de massa da AIB. (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 46)

De acordo com a visão integralista, “a divisão sexual dos papéis socialmente determinados eram explicados pela natureza, pelo temperamento diferente dos dois sexos. Ao egocentrismo masculino contrapunha-se o alterocentrismo feminino.” (CAVALARI, 1999, p. 59, grifos da autora) Em outras palavras, ao homem “cabiam o raciocínio, a análise e a abstração; à mulher, a sensibilidade, os sacrifícios, as renúncias.” (CAVALARI, 1999, p. 59)

Na visão patriarcal do integralismo, “a vocação maternal, educativa, eminentemente social, define a fisionomia própria da mulher”, portanto, ela “encontrará a verdadeira esfera de ação, adequada ao sexo e aos seus deveres cristãos, no desempenho das funções do lar e da família, fundamentais para a educação física e moral da prole; da escola”, mas não somente, como também “de tudo quanto tenha relação com esses alicerces das sociedades moralizadoras e sadias (...)” (CAVALARI, 1999, p. 58) Era, portanto, reservado à mulher “a sacrossanta função de mãe de família, de senhora do lar, de educadora e modeladora do caráter dos homens, no sentido de altruísmo, da bondade e da grandeza da Pátria e bem da humanidade.” (PENNA APUD CAVALARI, 1999, p. 60)

Na estrutura integralista, a mulher ocupará um lugar enquanto “colaboradora do homem.” (CAVALARI, 1999, p. 58) Mesmo cada gênero tendo lá as suas peculiaridades na concepção integralista, homem e mulher deveriam atuar em conjunto, ou seja, “apesar de muitos diferentes (...) deveriam trabalhar em colaboração recíproca. Essas duas naturezas podiam enriquecer-se mutuamente através da colaboração e da união.” (CAVALARI, 1999, p. 59) As concepções integralistas de gênero são tais em virtude “da rejeição que o integralismo fazia das teorias masculistas, que esquecem o valor da mulher como pessoa moral e a isolam do convívio social”, bem como dos “conceitos feministas que negam a diferença entre a função social da mulher e do homem (...)” (CAVALARI, 1999, p. 59)

Para além da pauta educacional, a participação das mulheres nas fileiras do sigma remeteu também às questões de natureza eleitoreira, pois “o aproveitamento das energias

femininas pela AIB ocorreu (...) para a formação de uma massa eleitoral integralista, principalmente a partir de 1935”, pois neste ano a AIB “transformou-se em partido político” (CAVALARI, 1999, p. 62), e precisaria ter um contingente eleitoral suficiente para poder competir de igual para igual com os representantes das oligarquias políticas na época. A presença feminina era tão significativa nas fileiras do sigma que em 1936, “as mulheres constituíam aproximadamente 20% dos militantes do movimento.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 46) Além disso, a AIB realizou no mesmo ano “um Congresso Nacional Feminino, no Rio de Janeiro, e uma Convenção Trabalhista, em São Paulo, em 1937.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 46) “A reunião de mulheres tinha como lema ‘Crer, obedecer e preservar’.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 46)

Após a sua fundação, a AIB passou a se estruturar por meio da adesão dos camisas-verdes e através de sua expansão Brasil afora, iniciando o seu processo de interiorização com base na organização das “‘Bandeiras Integralistas’ para o Nordeste e Sul do país, lideradas por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, com o objetivo de difundir as ideias do movimento.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 36). “O movimento propagou-se por vários estados, entre os quais Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 36)

As características de mobilização das massas populares, de intenção de tomada do poder de forma escandalosa, enfim, inerentes ao integralismo o afastam, mas não muito, dos “movimentos de direita não fascistas, conservadores, autoritários [que] procuram preservar, resguardar, sejam aspectos de ordem social, sejam privilégios sociais, econômicos ou políticos, mantendo, portanto, um grau variável de autonomia das instâncias sociais e políticas.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 41)

“O primeiro ato público de relevo da AIB foi em 1933: uma marcha em São Paulo que reuniu cerca de 40 mil adeptos do movimento e marcou o lançamento de Miguel Reale como candidato da AIB à Assembleia Constituinte de 1934.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 36) No ano seguinte, foi realizado pela AIB o 1º Congresso Nacional, “em Vitória, no qual definiu sua estrutura organizacional e seus estatutos, e elegeu Plínio Salgado como chefe supremo e perpétuo.” Nesse mesmo congresso, “Gustavo Barroso foi designado chefe das milícias integralistas.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 37) De acordo com o *Monitor Integralista* (CAVALARI, 1999, p. 16), a AIB, a partir dos estatutos, passara a ser

uma associação nacional de direito privado, com sede civil na cidade de São Paulo e sede política no lugar onde se encontrar o Chefe Nacional do Movimento, e setores de

atividade em todo o território do Brasil (...), com a finalidade de: a) Funcionar como centro de estudos e cultura sociológica; b) Desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro; c) implantar no Brasil o Estado Integral. (CAVALARI, 1999, p. 16)

No 2º Congresso Nacional, realizado em Petrópolis, em 1935, esses estatutos foram modificados, fazendo com que o sigma passasse a ser “uma associação civil, com sede na cidade de São Paulo” (CAVALARI, 1999, p. 16) bem como a se transformar “em partido político com o intuito de concorrer às eleições presidenciais previstas para 1938.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 37) Dessarte, suas finalidades a partir de então passaram a ser: “a) funcionar como um partido político, de acordo com o registro já feito no Superior Tribunal Eleitoral e b) funcionar como Centro de Estudos e de Educação Moral, Física e Cívica.” (CAVALARI, 1999, p. 16) Além disso, o 2º Congresso serviu também para que houvesse na AIB uma modificação substancial conquanto à sua estrutura. Ocorreu, assim, a criação da “Câmara dos Quarenta, um conselho consultivo de notáveis, o Conselho Supremo, com dez membros, e a Corte do Sigma, que se torna a instância de poder mais importante, logo abaixo do chefe nacional.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 37)

Apesar de ter se transformado em partido político somente após o 2º Congresso Nacional, a AIB “atuou no Executivo e no Legislativo de diversas cidades e estados entre 1933 e 1937.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 37) Já às vésperas das eleições presidenciais que deveriam ter acontecido em 1937, no mês de setembro “a AIB obteve o registro como partido político junto ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral”, onde o presidenciável integralista escolhido foi Plínio Salgado “a partir de um plebiscito interno.” (CAVALARI, 1999, p. 18)

Com apenas três anos de existência em 1935, a AIB já contava com “1.123 núcleos organizados em 548 municípios e 400 mil ativistas” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 38), o que comprova a rápida expansão e interiorização do movimento fascista pelas diversas regiões brasileiras. Já nas suas primeiras participações em eleições políticas, a AIB, em 1935, conseguiu eleger “um deputado federal e quatro deputados estaduais.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 38) Nas eleições de 1936, “elegeu cerca de 500 vereadores, 20 prefeitos e 4 deputados estaduais, obtendo cerca de 250 mil votos.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 38) Para as eleições presidenciais, as mais importantes para a AIB, que ocorreria em 1938, “para eleger o candidato do partido (...), participaram quase 850 mil integralistas, cerca de 500 mil eleitores habilitados, sendo que o eleitorado do país era de cerca de três milhões de votantes.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 38)

No seu auge, a AIB experimentou a sua primeira grande crise com a instituição da ditadura do Estado Novo, implantada no final de 1937, por Getúlio Vargas em aliança com as Forças Armadas. Os integralistas foram pegos de surpresa não com a implantação da ditadura, mas com o fato de a AIB ter sido traída por Vargas, pois uma das primeiras ações de Vargas enquanto ditador foi a de dissolver todos os partidos políticos. Como a AIB era um partido político, acabou sendo posta na ilegalidade, isto é, dissolvida. Passemos agora a analisar os processos que levaram ao fim do partido fascista.

1.3. O fim da AIB: Estado Novo e a Associação Brasileira de Cultura (ABC)

O ano de 1937 marca o último capítulo da breve história e existência da Ação Integralista Brasileira. No dia 10 de novembro deste ano, Getúlio Vargas aplicou o segundo golpe político-institucional em menos de dez anos, instituindo, assim, a ditadura do Estado Novo, que contou novamente com “a participação das forças armadas.” (SILVA, 2007, p. 203) Não demorou muito para que Vargas instituisse o unipartidarismo, condenando todo e qualquer partido à ilegalidade.

Embora pareça contraditório, os integralistas contribuíram significativamente para a concretização teórico-prática da ditadura varguista, isto é, “exerceram papel fundamental no desenrolar dos fatos que levaram à instauração do regime autoritário estado-novista em novembro de 1937.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42) Por exemplo, a AIB “contribuiu com o sistema constitucional e com a posição doutrinária, acentuou o desprezo pelos regimes democráticos, auxiliou na repressão comunista, acentuou o clima de instabilidade e agitação que deu suporte ao discurso que justificou o TSN e as Dops.” (SILVA, 2007, p. 218) Também, foram “parceiros importantes do governo Vargas no combate ao liberalismo e ao comunismo. A militância aguerrida dos camisas-verdes nutria simpatias em segmentos das elites políticas e militares.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42)

A virtude do seu “caráter mobilizante e sua estrutura organizacional à semelhança da corporação militar, sobre a qual tinha grande ascendência, especialmente na Marinha, se destacava ainda por ter serviços de espionagem e articulações com os países do eixo

nazifascista que suscitavam receios dentro do governo.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42) Justamente por isso, “a AIB era um aliado essencial para a estratégia golpista, não obstante gerasse apreensões quanto aos objetivos de preservação de um projeto político autônomo em face do plano getulista.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42)

Segundo Giselda Brito Silva (2007, p. 203), “a implantação da ditadura estadonovista (...) é associada à obra dos integralistas que (...) teriam lhes fornecido [a Vargas e às Forças Armadas] não apenas as bases teóricas para a fundamentação de projetos antidemocráticos como os planos par sua implantação e legitimidade em 1937.” Aos camisas-verdes “são imputadas não apenas as responsabilidades de ter uma larga participação nas práticas discursivas que contribuíram para a produção de um consentimento social dos projetos de Estado autoritário e antidemocrático, mas uma participação direta na elaboração dos planos que desembocaram no golpe de 10 de novembro de 1937.” (SILVA, 2007, p. 203)

Pode-se inferir, portanto, que o “golpe dentro do golpe” (SILVA, 2007, p. 217), ou seja, a instituição do Estado Novo dentro de um regime político já marcado pelo golpe da “Revolução” de 1930, foi semeada pela AIB em conjunto com Getúlio Vargas e as Forças Armadas, e que essa criação se voltou, mais tarde, contra a própria AIB. Giselda Brito Silva (2007, p. 203-204) alega que a participação da AIB no preparo do Estado Novo transcende as questões teórico-práticas anteriormente elencadas. Para ela, a participação integralista pode ser localizada “em três lugares articulados entre si”, que são:

a) nas (...) construções teórico-doutrinárias de um Estado forte e autoritário, que teriam servido de fundamentação para o Estado Novo; b) nos conflitos públicos com os comunistas, contribuindo para legitimar os discursos e a ação repressiva policial num campo político diagnosticado pela desordem e agitações promovidas pela esquerda e direita, posteriormente defendidos pelo Estado Novo; e, c) na exibição de força e competição política com o Governo em torno das eleições presidenciais, tendo Plínio Salgado como candidato à presidência como Chefe Nacional de um partido que se expandia por todo o País.

É evidente, portanto, que as pretensões da AIB para com o futuro do Brasil dizem respeito à implantação de um regime ditatorial nos moldes da ideologia integralista, isto é, de um *Estado Integral*, que, organizado, implantado e, principalmente, administrado por integralistas, seria governado pelo *Chefe Nacional*, Plínio Salgado. Era o que todo integralista almejava e, de fato, aguardava. Era a luz no fim do túnel que ilustrava as esperanças dos camisas-verdes e que acabou se apagando quando do golpe orquestrado por Getúlio Vargas, com a contribuição das Forças Armadas, onde acabou sendo instituído o Estado Novo, regime

ditatorial com praticamente os mesmos princípios, finalidades e estrutura organizacional-burocrática do Estado Integral.

O alijamento dos camisas-verdes na ditadura estadonovista com relação às questões administrativas do Estado e a consequente extinção da AIB enquanto partido político evidencia a ambígua relação entre camisas-verdes e o Governo Vargas, existente desde 1932, quando da inauguração da AIB. Essa relação foi marcada desde sempre por desconfianças e manipulações de ambos os lados, e que teve no seu auge, a partir de dezembro de 1937 com a extinção do Sigma, a concretização da traição por parte de Vargas para com os integralistas. Essa atitude, mais cedo ou mais tarde, aconteceria de acordo com quem primeiro conseguisse tomar o poder presidencial, pois teria o apoio tanto das Forças Armadas, quanto da burguesia e das alas católicas. Vargas só conseguiu aplicar o golpe e se sustentar na ditadura estadonovista porque estava fortemente amparado por esses setores, coisa que Plínio Salgado sequer chegou perto de conseguir.

Um sintoma do delicado “relacionamento” entre o Governo Vargas e os camisas-verdes é de que Vargas sempre usou os integralistas para seus propósitos governistas para combater os comunistas, ao mesmo tempo que utilizava dos recursos do Estado para a vigilância policiaesca aos próprios integralistas. Isso prova que Vargas jamais confiou plenamente nos militantes fascistas, uma vez que não permitiria o “avanço da proposta integralista no campo político” (SILVA, 2007, p. 214), principalmente porque “os integralistas possuíam uma milícia que era treinada para perseguir os comunistas, sugerindo que aqueles atuavam em paralelo à força policial contra os comunistas.” (SILVA, 2007, p. 212)

Além disso, os camisas-verdes “se envolviam em conflitos públicos e armados com os comunistas, assumindo o papel de policiamento da sociedade. Tomando para si a responsabilidade policial de combater os inimigos da Nação, como se fossem uma ordem pública.” (SILVA, 2007, p. 213) Também, logo após a Intentona Comunista os integralistas acreditavam que estavam tendo uma ampliação da liberdade política, pois “ficaram soltos e agitados (...) declarando-se os verdadeiros defensores da ordem e da segurança nacional e competindo com a polícia.” (SILVA, 2007, p. 211) Apesar de essa liberdade política ser relativa, Vargas não podia permitir a ascensão de uma força política e paramilitar paralela à sua, à do Estado.

Sobre a liberdade política, cabe mencionar que ela era bastante relativa, variando de lugar para lugar. Existem evidências de que a polícia, “centralizada por Filinto Müller no Rio

de Janeiro, escalava diariamente investigadores para anotar o que eles [os integralistas] diziam contra o Governo e como atuavam contra os comunistas” (SILVA, 2007, p. 213), comprovando que as relações entre Vargas e Plínio Salgado foram, sim, sempre marcadas por desconfianças.

A repressão preventiva de Vargas tem outra justificativa: de que de 1935 a 1937, os camisas-verdes passaram de “promotores da ordem a fomentadores da desordem” (SILVA, 2007, 210), tornando-se, assim, “uma ameaça verde, paralela a uma “ameaça vermelha”.” (SILVA, 2007, p. 213) Houvera, nesse meio tempo, inclusive, “o aumento da vigilância e controle policial sobre suas atividades, além de buscas e apreensões em seus núcleos a pretexto da política em localizar armas utilizadas nos conflitos públicos com os comunistas.” (SILVA, 2007, p. 211) A repressão preventiva da gestão Vargas pretendeu manter os integralistas sob controle e evitar sobremaneira, num possível futuro, um levante da AIB que culminaria certamente em um golpe fascista, não apenas autoritário como foi o golpe estadonovista.

Giselda Brito Silva (2007, p. 210), baseando-se em prontuários do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e já confirmando o que foi citado anteriormente, alega que as relações entre o governo Vargas, sua polícia e a AIB “podem ser analisadas em toda a sua complexidade de aliança e desconfiança através dos documentos da AIB adquiridos pelas buscas e apreensões, dos jornais da época e dos documentos produzidos pela própria polícia.” Em resumo, a relação entre Vargas e a AIB foi de desconfiança com manipulação.

A partir daí, o governo “passava a produzir, discursivamente, a presença de dois inimigos e ameaças nacionais⁷.” (SILVA, 2007, p. 214) Ou seja, conforme “se tem nos discursos de legitimação do Estado Novo depois de 1937, especialmente depois de 1938, a ameaça vinha de todos os lados: da esquerda e da direita.” (SILVA, 2007, p. 214) O mais curioso de tudo é que a “propaganda estado-novista surgiu com base nos mesmos discursos antes pronunciados pelos integralistas contra a desordem e agitação dos comunistas, legitimando o regime e sua polícia contra os dois dentro de um consentimento social.” (SILVA, 2007, p. 214)

Ao contrário de Vargas, que se mostrou eficiente no trato tanto do comunismo quanto do fascismo, enfraquecendo-os para que não se tornassem ameaças ao seu governo, Plínio

⁷“(…) ‘era preciso criar dois terrores: o terror comunista e o terror do fascismo. Só assim se abriria margem para a continuação de Getúlio Vargas’.” (SILVA, 2007, p. 224)

Salgado mostrava-se incrédulo com relação a tudo o que estava ocorrendo, isto é, acerca da extinção da AIB pelo próprio Vargas. Salgado se baseava na “reação e aliança com Vargas, mostrando-se mesmo ofendido com as posturas vigilantes e de controle em alguns Estados.” A posição de confiança por parte dos integralistas para com Vargas é localizada na “relação harmoniosa com o Governo (...) na forma como eles atuavam no campo político, declarando a vitória política em seus comícios, desfilando com seus braços estendidos em Anauê, em direção ao Catete, com Plínio pedindo a Vargas que tomasse providências contra os interventores que prejudicavam e perseguiram os integralistas.” (SILVA, 2007, p. 214-215)

É evidente que a postura de Plínio Salgado, de não ter tomado atitude com relação ao fim da AIB, não pode ser universalizada ao ponto de se pensar que todo e qualquer integralista aceitou pacificamente este ocorrido. Houveram integralistas que aceitaram a situação e, inclusive, ingressaram no governo ditatorial de Vargas, ao passo que houveram aqueles que se rebelaram contra Vargas no *Putsch* Integralista de maio de 1938, sendo presos ou até mesmo mortos pela polícia varguista. Após a AIB ter sido posta na ilegalidade, “Plínio Salgado apelou várias vezes para a amizade que acreditava ter com o Governo (...)” (SILVA, 2007, p. 215) Declarava “por cartas e depoimentos sua colaboração com os planos do Estado Novo e no combate contra o inimigo nacional, afirmando não entender o porquê os integralistas ‘estavam sendo tratados como suspeitos’.” (SILVA, 2007, p. 215)

Getúlio Vargas aproveitou-se da falta de ação de Salgado no que diz respeito à elaboração e “participação dos integralistas na implantação da ditadura (...). Pois, enquanto formulava discursos e projetos de um Estado autoritário e intervencionista com práticas anticomunistas, suas atividades acabaram dando ao Governo as justificativas necessárias para pôr fim às suas atividades (...)” (SILVA, 2007, p. 215) Outrossim, o Governo acabou ampliando ainda mais a vigilância sobre os integralistas, aumentando “o campo de atuação policialesca, legitimando a presença de um Estado forte diante da agitação entre o período de 1935 e 1937, fomentados por integralistas e comunistas.” (SILVA, 2007, p. 215)

A maneira como a AIB passara a ser tratada após o golpe estadonovista pelo Governo demonstra apenas que o integralismo já não tinha mais utilidade a Vargas, visto que “o Estado Novo foi apresentado como o regime que teria vindo para ‘estabelecer a ordem ameaçada pela agitação das ideologias exóticas externas que atuavam no país’ (...)” (SILVA, 2007, p. 216) Em outros termos, a antiga AIB e a ideologia integralista passaram a ser, então, os alvos a serem eliminados.

O rompimento da “relação” entre Vargas e Salgado começa com o “desfile dos integralistas em frente ao palácio do Catete, por meio do qual o chefe integralista tentou demonstrar seu apoio aos planos do Governo, obtendo, entretanto, um resultado contrário ao esperado, pois despertou o medo de Vargas.” (SILVA, 2007, p. 218) Mas foram três os fatores fundamentais para o afastamento entre Vargas e Salgado: “pressão externa dos EUA, ameaça ao poder de Getúlio com uma organização paramilitar e perda do apoio do exército.” (SILVA, 2007, p. 218)

Após a implantação do Estado Novo, os núcleos “integralistas foram fechados e os jornais proibidos de propagar a doutrina integralista.” (SILVA, 2007, p. 220) Mas a censura varguista já se fazia sentir nos integralistas já desde novembro de 1935, “justificadas pelo clima de agitação que provocavam com os comunistas”, e que diziam respeito a “censuras no campo da atuação política.” (SILVA, 2007, p. 221)

Apesar de certa ingenuidade de Salgado, ou jogo político em aparentar querer se aproximar de Vargas, “é importante perceber que os integralistas, durante todo o período de sua atuação oficial (1932-1937), teriam se aproveitado da situação de perseguição aos comunistas para reproduzir uma falsa imagem de ligação com o Governo e, assim, propagar-se politicamente.” (SILVA, 2007, p. 222-223) O encerramento das atividades da AIB fica ainda mais evidente após os pronunciamentos de Getúlio Vargas à Nação “logo nos primeiros momentos de implantação do Estado Novo, especialmente reforçado depois de 1938, [e que] consolidam o fim das atividades integralistas no País (...).” (SILVA, 2007, p. 223)

Tanto os velhos partidos como os novos em que os velhos se transformaram, sob novos rótulos, nada exprimem ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas... O perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas à Nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais. (GETÚLIO VARGAS APUD SILVA, p. 223)

A situação dos integralistas ficou ainda mais desfavorável: após “o ataque armado dos integralistas em 11 de maio de 1938, esse discurso se reforça”, ou seja, a partir da Intentona Integralista, os integralistas acabaram se tornando “o principal inimigo do País, porque, segundo os discursos de Vargas, ‘disfarçava-se de amigo’.” (SILVA, 2007, p. 224)

“Uma vez consumado o golpe, Vargas, no início de dezembro de 1937 suprimiu todos os partidos políticos. Juntamente com eles, a Ação Integralista Brasileira.” (CAVALARI, 1999, p. 18) Após este decreto, a AIB precisaria se reinventar através de uma nova roupagem. Com

isso, “adaptando-se aos novos tempos, transformou-se novamente em sociedade civil com a denominação de Associação Brasileira de Cultura (ABC)” (CAVALARI, 1999, p. 18) O que antes era um partido político, voltara a ser um movimento cultural. Giselda Brito Silva (2007, p. 229) informa que essa transformação ocorreu no dia 11 de novembro de 1937, dia subsequente ao golpe. Já Cytrynowicz e Maio (2019, p. 42) trazem a informação de que Salgado registra o antigo partido como Associação Brasileira de Cultura somente em janeiro de 1938.

Mesmo após a extinção da AIB e já transformada em ABC, “os integralistas, em 15 de novembro de 1937, expressaram publicamente seu apoio a Vargas. A persistência da atuação partidária independente da AIB teve influência decisiva na resolução de Vargas de proibir sociedades com o mesmo nome dos partidos políticos existentes até o golpe de 1937.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42) Assim como nos tempos de AIB, a ABC fora presidida por Plínio Salgado, “e os demais cargos foram ocupados por elementos da cúpula integralista.” (CAVALARI, 1999, p. 19) Outrossim, “a estrutura e a direção da nova associação permitiram que a AIB. continuasse, ainda que de forma velada⁸, sua campanha doutrinária.” A ABC⁹ tinha como a sede e foro o Distrito Federal. A seguir algumas das finalidades da ABC:

- a) incrementar os sentimentos espiritualistas e as virtudes cristãs do povo brasileiro; b) promover estudos e pesquisas sobre problemas culturais da nacionalidade; c) instituir serviços de assistência mútua em benefício de seus sócios; d) promover, através de departamentos de cultura física, o desenvolvimento eugênico e o recreio de seus membros; e) criar escolas e organizações de escotismo para ministrar educação completa a jovens até a idade de 16 anos, de ambos os sexos. (A OFFENSIVA APUD CAVALARI, 1999, p. 18)

A campanha integralista teve continuidade até “maio do ano seguinte, quando a AIB parece ter mudado de tática, substituindo a tática educativa pela violenta¹⁰.” (CAVALARI, 1999, p. 19) Esse período marca o já mencionado *Putsch* Integralista, também conhecido como a Intentona Integralista. Os integralistas abandonaram a “a revolução do espírito” e adotaram a “revolução violenta para a tomada do poder.” (CAVALARI, 1999, p. 19)

⁸“A estratégia adotada para isso era referir-se a ABC sempre como ex-AIB.” (CAVALARI, 1999, p. 19)

⁹“Para dirigir essa sociedade os estatutos previam uma diretoria composta por um presidente, dois assistentes, cinco secretários, um tesoureiro, quatro procuradores, um diretor de beneficência, um diretor de estudos, um diretor de cultura física e um superintendente de escolas.” (CAVALARI, 1999, p. 19)

¹⁰A tática violenta dos integralistas já tinha sido posta em prática quando dos confrontos armados contra membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ainda nos idos de 1935, por exemplo. Desta vez, a radicalização tomava outro alvo: o Governo Ditatorial de Vargas.

Em 1938 os integralistas forçaram duas intentonas com o intuito de derrubar o ditador Vargas. A primeira ocorreu em 11 de março, que acabou fracassando “com a tentativa de tomar uma rádio no Rio de Janeiro.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42) Passados dois meses, “enquanto Salgado negociava um ministério com Vargas” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42) – supostamente o Ministério da Educação, que fora reservado por Vargas a Salgado e tendo a recusa por parte do integralista – “ocorreu um novo ensaio golpista contra o Palácio Guanabara e outros alvos civis e militares, o que resultou na prisão de dezenas de militantes.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42) O segundo levante foi liderado por Belmiro Valverde, Olbiano de Melo e Gustavo Barroso, “que tiveram o apoio de opositores a Vargas, como Euclides Figueiredo, Otávio Mangabeira e José Antônio Flores da Cunha.” (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2019, p. 42) Assim, chegou ao fim a AIB enquanto partido político e movimento cultural, dando lugar à ABC, que mal poderia se comparar ao movimento supramencionado e que, também, não teve o mesmo impacto e êxito que a AIB.

CAPÍTULO 2: A AIB EM SANTA CATARINA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Em Santa Catarina, a AIB, para conseguir se firmar enquanto um movimento cultural e partido político de relevância, para ser aceito pela população desse Estado, para ter êxito em suas empreitadas, precisaria encarar as elites políticas dos Ramos e Konder que já há muito se faziam presentes neste território. O movimento-partido que já tinha 2 anos de existência, iria travar forças contra duas famílias políticas tradicionais deste Estado que já estavam à frente do poder durante toda a Primeira República, primeiro os Konder, depois os Ramos; não apenas isso, como também travaria forças contra todo o poderio Liberal já bastante enraizado na tradição política catarinense.

Para compreender o que foi a AIB em Santa Catarina, a sua atuação social, ideológica e cultural em terras catarinenses, bem como as lutas políticas que foram travadas durante as eleições, faz-se necessário o entendimento do que era o cenário político catarinense antes e durante a Segunda República, pois a AIB chegou em um território onde as querelas políticas antecedem e muito a existência do movimento fascista.

2.1. Santa Catarina: disputas políticas entre a Primeira e a Segunda República

O republicanismo em Santa Catarina permitiu uma nova reformulação político-partidária neste Estado e que diz respeito ao fato de que uma leva de políticos pôde se organizar nas fileiras do Partido Republicano Catarinense (PRC) Assim, segundo João Henrique Zanelatto (2012, p. 52), o período que vai de 1889 a 1930 foi comandado pelos republicanos do PRC, onde os rumos político-administrativos deste estado foram ditados pelos ideais dos membros deste partido.

Durante este período, merecem destaque duas rupturas políticas ocorridas em solo catarinense: a primeira, de natureza simplesmente política, ocorreu em 1921 entre o PRC e políticos dissidentes que se organizaram para formar a Reação Republicana, liderada por Nereu

Ramos, político liberal que representava uma família bastante tradicional em Santa Catarina em termos políticos: a família Ramos. A Reação Republicana acabou se transformando no Partido Liberal Catarinense (PLC), em 1927, e dois anos depois acabou culminando na Aliança Liberal (AL). A segunda ruptura diz respeito tanto uma natureza de tipo política quanto institucional, pois diz respeito à “Revolução” de 1930.

Durante o período republicano em Santa Catarina, desde o final do século XIX até o ano de 1937, republicanos e liberais foram os grupos políticos dominantes neste estado; enquanto os republicanos obtiveram o poder durante toda a Primeira República (1889-1930), os liberais o tiveram pelo durante os anos 1933-1937. De 1930 a 1933, Santa Catarina não foi administrada nem por republicanos nem por liberais nativos. Pela lógica, já que os liberais apoiavam Vargas e deram suporte ao golpe de 1930, um deles é que deveria se tornar o novo governador de Santa Catarina. Acontece que Getúlio Vargas, Brasil afora, acabou escolhendo a dedo uma série de interventores para se tornarem responsáveis pela administração de cada estado. No caso de Santa Catarina, em três anos de interventoria, duas personalidades gaúchas foram escolhidas para se responsabilizarem pelo estado como braço direito de Vargas: Ptolomeu de Assis Brasil e Rui Zubaran. Aristiliano Ramos, liberal, franco apoiador de Vargas e pertencente à família Ramos, assumiria a interventoria do Estado catarinense somente em 1933. Para o caso dos interventores gaúchos, trataremos em ocasião específica.

Com exceção dos anos 1930-1933, o período em que um grupo político deteve o poder, o outro foi a sua forte oposição, a sua antítese, o seu antagonismo político. Fica evidente, portanto, que as forças político-partidárias republicanas e liberais coexistiram na arena de disputas político-administrativas de Santa Catarina por quase 40 anos. Na maioria das vezes, a relação entre as forças políticas do Estado se relacionava por meio de querelas, mas também há um interregno relacional de alianças táticas com o intuito de combate ao fascismo que transbordava no Brasil por meio da Ação Integralista Brasileira, que, inclusive, veio se fazer presente em terras catarinenses a partir de 1934.

Pelo fato de Santa Catarina ter sido administrada durante um longo período pelos republicanos, e por um curtíssimo tempo pelos liberais, conseguimos dividir as eras administrativas neste estado em duas partes, podendo a primeira, ainda, ser subdividida: a era da hegemonia republicana, que, sendo subdividida, fica da seguinte maneira: era Lauro Müller-Hercílio Luz, que vai dos primórdios da República até o ano de 1924, e a era da família Konder, que se inicia em 1924, mas que só permite a ascensão de Adolpho Konder enquanto governador

de Santa Catarina no ano de 1926, encerrando-se em 1930 com a eclosão do golpe orquestrado neste ano pela Aliança Liberal, que destituiu os republicanos do poder. A segunda era pertence aos liberais representados pela família Ramos, e ela não se inicia, como já sabemos, em 1930, mas em 1933, e vai até 1937. Sabendo dessas divisões administrativas no poder do estado catarinense, partimos agora à análise mais detida de cada uma dessas eras.

Segundo Zanelatto (2012, p. 52), Lauro Müller, “republicano histórico”, foi o primeiro governador do Estado de Santa Catarina, indicado pelo presidente Deodoro da Fonseca. No seu histórico de cargos políticos, além do cargo supramencionado, temos: “a chefia do Executivo Catarinense por duas vezes (1902 e 1908)¹¹”; outrossim, ocupou o cargo no “Legislativo como deputado federal e senador” (ZANELATTO, 2012, p. 52) Hercílio Luz, também republicano, por sua vez, governou Santa Catarina em três oportunidades: “eleito em 1894; vice de Lauro Müller em 1918, e novamente conduzido ao cargo em 1922.” Além disso, foi também “Senador por três legislaturas e deputado federal em 1900.” (ZANELATTO, 2012, p. 52)

Juntos, Lauro Müller e Hercílio Luz, simultaneamente, controlaram o Partido Republicano Catarinense e a política em Santa Catarina¹². Enquanto Lauro Müller¹³, “chefe supremo do partido, controlava-o da esfera federal”, Hercílio Luz¹⁴ “comandava-o no âmbito estadual” (ZANELATTO, 2012, p. 52)

Esses dois políticos tinham estilos diferentes, o primeiro tinha uma atuação mais voltada para o Legislativo, mesmo exercendo funções executivas, enquanto o segundo tinha uma característica muito mais voltada para o Executivo, mesmo exercendo também funções no Legislativo.” (ZANELATTO, 2012, p. 52-53)

A hegemonia Müller-Luz chega ao fim em meados da década de 1920. Por problemas de saúde, Hercílio Luz, em 1924, deixa “o partido sob a direção da família Konder, que, nas eleições de 1926, chegaram ao governo estadual com Adolpho Konder.” (ZANELATTO, 2012, p. 54) Essas mudanças na administração do poder público em Santa Catarina marcam a transição da primeira para a segunda era da hegemonia política catarinense dentro do

¹¹ "(...) 'a soma dos períodos em que efetivamente esteve no cargo nesses três mandatos não completou quatro meses', pois veio a assumir por duas vezes o Ministério da Aviação e do Exterior nos governos dos presidentes Rodrigues Alves, Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz (...)" (ZANELATTO, 2012, p. 52)

¹² “O poder decisivo no partido estava dividido entre eles e, normalmente, ditavam os rumos, indicavam, definiam os candidatos aos cargos públicos da União e do estado, respectivamente.” (ZANELATTO, 2012, p. 52)

¹³ “Cabia a Lauro Müller a indicação de nomes a governadores, vices, deputados federais e senadores.” (ZANELATTO, 2012, p. 52)

¹⁴ “Hercílio Luz indicava os deputados estaduais.” (ZANELATTO, 2012, p. 53)

republicanismo estadual¹⁵. Assim, o comando político-administrativo de Santa Catarina continuou sob responsabilidade dos republicanos, liderados, agora, pela família Konder¹⁶.

É a partir daí que os liberais da família Ramos entram em cena e ganham um ar de protagonismo para com a história da política de Santa Catarina. Portanto, temos, de um lado, os Konder “representantes do nordeste [catarinense], onde predominavam os imigrantes e descendentes de origem alemã e italiana, que desenvolviam a agricultura com base na pequena propriedade e na indústria”, e, do outro lado, os Ramos, uma família cuja força política e econômica representava o “Planalto Catarinense, onde predominava o latifúndio”, e “eram a oposição ao governo estadual.” (ZANELATTO, 2012, p. 58) A partir de 1926, as disputas políticas pelo poder em Santa Catarina entre republicanos e liberais se intensifica, pois, com a “morte de Hercílio Luz, em 1924, e de Lauro Müller, em 1926, abriu-se espaço para as novas lideranças que já vinham se configurando havia algum tempo.” (ZANELATTO, 2012, p. 54)

A segunda era da hegemonia política em Santa Catarina durou aproximadamente 4 anos justamente em razão do já mencionado golpe de 1930, que foi “iniciado no Rio Grande do Sul” (ZANELATTO, 2012, p. 50-51) e capitaneado por Getúlio Vargas. A insurreição ocorrida no final de 1930 provocou mudanças bastante significativas na estrutura política do estado de Santa Catarina, pois os grupos “que até aquele momento estavam no controle, foram alijados do poder, acarretando mudanças na administração federal, estadual e municipal.” (ZANELATTO, 2012, p. 51)

O afastamento dos políticos republicanos dos cargos político-administrativos em Santa Catarina marca o fim da Primeira República e o início da Segunda República em Santa Catarina, e abre também um vácuo administrativo no estado justamente pelo fato do fator interventoria, como já explicado em ocasião anterior. No ano de 1930, o governador de Santa Catarina era Fúlvio Aducci, sucessor de Adolpho Konder. Segundo Zanelatto (2012, p. 54-55), Aducci ocupou o cargo de governador de Santa Catarina por apenas 27 dias. As destituições em série dos políticos republicanos em Santa Catarina se deram com o propósito de coroar a parcela política deste estado que serviu de capital político para o golpe orquestrado pela

¹⁵ “Os irmãos Konder dominaram o cenário político do norte do estado e controlaram o Partido Republicano e o Governo de Santa Catarina até a Revolução de 30’.” (ZANELATTO, 2012, p. 54)

¹⁶ Enquanto Adolpho Konder era governador de Santa Catarina, Victor Konder era ministro dos Transportes de Washington Luís. (ZANELATTO, 2012, p. 57)

Aliança Liberal e que “vinha fazendo oposição sistemática [aos republicanos] desde o início da década de 1920.” (ZANELATTO, 2012, p. 51)

Com relação à interventoria gaúcha, após a destituição dos republicanos, esperava-se que os liberais da família Ramos viessem a tomar o poder no estado. Vargas acabou surpreendendo todo mundo e escolhendo o general Ptolomeu de Assis Brasil. Brasil “sofreu oposição dos partidos, que não escondiam o desejo de substituí-lo por um catarinense.” (ZANELATTO, 2012, p. 59) Para Vargas, era simples escolher qualquer pessoa para ocupar o maior cargo político-administrativo de um estado; não apenas isso, como as pessoas que ele escolhia sempre eram de outros estados que não aquele que iria governar. “Nascidos em outras regiões do país, os interventores eram vistos como ‘forasteiros’, maleáveis aos desejos do catete.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 364)

A pressão foi intensa, ocorrendo do início ao fim da gestão de Assis Brasil, e acabou surtindo efeito a partir de determinado momento, pois o general gaúcho “se afastou da interventoria sem pedir sua substituição definitiva.” (ZANELATTO, 2012, p. 59) A imprensa catarinense, como *A Pátria* e *O Estado*, começaram a pressionar fortemente o interventor para que pedisse exoneração. A forte oposição a Assis Brasil fez com que o interventor escrevesse “uma carta a Getúlio Vargas solicitando sua exoneração em caráter irrevogável.” (ZANELATTO, 2012, p. 59) Mas, após saber que a Legião Republicana o substituiria por Lucas Boiteux, Assis Brasil tratou de retirar imediatamente sua renúncia, uma vez que não concordara com a escolha do possível futuro interventor catarinense. A Legião Republicana, descontente com o descumprimento da renúncia, endereçou uma carta a Assis Brasil:

Encaminhavam-se os entendimentos; e, com surpresa nossa, quando a imprensa noticiara o convite feito por intermédio do almirante Protógenes Guimarães ao comandante Lucas Boiteux a aceitação deste, V. Exa. se apressou a retirar sua renúncia que nos afirmava ser irrevogável. Vimos nessa sua atitude um gesto de desconsideração, o veto ao nome de um catarinense ilustrado e digno por todos os títulos. Bem deverá V. Exa. compreender como essa sua atitude feriu o brio catarinense. Somos um povo organizado, cômico de sua autonomia, e o golpe ferido repercutiu por todos os recantos do Estado, provocando atitudes decididas e francas que, cada vez mais, crescem assumindo hoje um caráter de suma gravidade prestes a irromper de um momento para outro, como um caudal incontível. (ZANELATTO, 2012, p. 59.)¹⁷

No mesmo ofício, há mais um trecho que merece destaque, e que diz respeito ao fato de os membros da Legião Republicana terem batido de frente com o sistema e pedirem a

¹⁷ Ofício da Legião Republicana Catarinense ao general Ptolomeu de Assis Brasil, de 31/05/1932 PR. LBA, p. 7. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

renúncia de Assis Brasil: “queremos reconquistar a nossa autonomia. É justa a nossa aspiração. Santa Catarina quer governar-se por si própria. A renúncia imediata de V. Exa., pois, se impõe. V. Exa., estamos certos, virá ao nosso encontro aplaudindo-a.” (ZANELATTO, 2012, p. 60)

Graças à pressão da imprensa e de políticos catarinenses, Ptolomeu de Assis Brasil finalmente renunciou ao cargo oficial de interventor do estado de Santa Catarina, em outubro de 1932. A sua saída não foi gratuita, pois no ato de sua retirada, Brasil indicou como substituto o seu irmão, o major Rui Zubaran. Novamente, imprensa e políticos catarinenses que se opunham à interventoria gaúcha tiveram de se mobilizar para conseguir, sob o efeito da pressão, derrubar o segundo interventor em Santa Catarina.

Zanelatto (2012, p. 60) escreve que, tanto em nível local/regional, quanto em nível estadual, os políticos de Santa Catarina tiveram que se mobilizar para conseguir o tão almejado objetivo de derrubada do interventor gaúcho. Rui Zubaram “ficou à frente da interventoria catarinense durante seis meses” (ZANELATTO, 2012, p. 60) e só foi exonerado do cargo de interventor em função da reação dos liberais, que, “apoiados pelo interventor gaúcho Flores da Cunha, o derrubaram.” (ZANELATTO, 2012, p. 68) Com a exoneração de Rui Zubaram, Aristiliano Ramos assumiu o cargo de interventor em Santa Catarina, e imediatamente tratou de substituir “as autoridades estaduais, os prefeitos e intendentes municipais.” (ZANELATTO, 2012, p. 68)

Com Aristiliano Ramos interventor de Santa Catarina, entramos para a terceira era da hegemonia política no estado, desta vez comandada pelos liberais da família Ramos. Passemos a compreender, a partir do próximo tópico, a questão dos Ramos no poder e a chegada da AIB no estado de Santa Catarina.

2.2. A AIB chega em Santa Catarina

João Batista Bittencourt (2002, p. 36) descreve o fenômeno de transição do poder político catarinense da família Konder, isto é, dos republicanos, para os liberais da família Ramos como representando um “delineamento de uma étnico-geografia do poder político estadual catarinense”. Essa reflexão passa a fazer sentido quando analisamos as origens de cada

uma das duas famílias tradicionais no campo da política de Santa Catarina: a família Konder era tradicional no norte e nordeste catarinense, enquanto que a família Ramos era tradicional da serra catarinense, mais especificamente Lages.

Se 1933 é o ano que marca a posse de Aristiliano Ramos, representante dos interesses liberais em Santa Catarina, ao cargo de interventor do estado, 1934 marca a instalação dos primeiros núcleos integralistas em solo catarinense, ou seja, a materialização dos ideais do sigma no estado que tinha, à época, “o terceiro maior contingente de filiados à AIB” (GERTZ, 1987, p. 172), ficando atrás apenas de São Paulo e Bahia.” (ZANELATTO, 2012, p. 38). Não é possível saber em que ano de fato a ideologia integralista chegou a Santa Catarina, mas só o fato de os núcleos terem sido fundada é uma demonstração de organização em fase já bastante avançada – organização tática, política, logística, administrativa, financeira etc.

Embora haja consenso na historiografia com relação ao primeiro ano da AIB em Santa Catarina de maneira oficial, pública, com os núcleos já bem estruturados, o mesmo não ocorre com relação ao local e mês, por exemplo. René Gertz (1987, p. 179) e João Henrique Zanelatto (2012, p. 40) afirmam que os primeiros núcleos integralistas catarinenses se estruturaram a partir do mês de abril de 1934, “quando, por iniciativa de Othon Gama D'Eça, Antonio Portini e Carlos Seabra, constituiu-se o primeiro núcleo de Florianópolis.” Luiz Felipe Falcão (2004, p. 177), por sua vez, aponta para a cidade de Itajaí como sendo foco primordial da proliferação do integralismo e o mês de janeiro como ponto de partida do movimento em terras catarinenses.

Mesmo que não haja concordância entre os autores com relação ao local e a data do primeiro núcleo integralista em Santa Catarina, Florianópolis e Itajaí estão entre as primeiras cidades em que a AIB se fez presente, juntamente com Lages, Joinville e Blumenau. (ZANELATTO, 2012, p. 47) Por isso, é possível inferir que o integralismo chegou em Santa Catarina por diferentes localidades e pessoas que tinham objetivos em comum, que era o do êxito para com a estruturação da AIB em solo catarinense. Em Florianópolis, enquanto o núcleo integralista foi idealizado, posto em prática e liderado por Othon Gama D'Eça, Antonio Portini e Carlos Seabra, em Itajaí, por sua vez, o responsável como secretário teria sido o “jornalista e comerciante Juventino Linhares, proprietário do Jornal *O Farol*, que era um católico fervoroso.” (FALCÃO, 2004, p. 177)

Santa Catarina apresentou um solo fértil para a penetração, expansão e consolidação da ideologia fascista-integralista entre os seus habitantes tanto das áreas urbanas quanto das rurais, “em especial nas zonas de colonização alemã e italiana no Vale do Itajaí e norte do estado,

tornando-se uma das principais alternativas de oposição frente aos grupos políticos que estavam no poder do estado.” (ZANELATTO, 2012, p. 38) A relação entre integralistas, imigrantes e descendentes e o governo do estado será comentada em momento adequado. Abaixo, listamos as cidades em que a AIB conseguiu mobilizar militantes e instalar núcleos:

Com maior ou menor expressão, a AIB se organizou nos municípios de Blumenau, Joinville, Jaraguá, Rio do Sul, Brusque, Hamônia, Rodeio, São Bento, Timbó, Araranguá, Canoinhas, Criciúma, Campos Novos, Itajaí, Florianópolis, Lages, Laguna, Cruzeiro, Curitibanos, Itaiópolis, São Francisco, Palhoça, Caçador, Chapecó, Urussanga, Campo Alegre, Imaruí, Mafra, São José, Tubarão, Concórdia, Orleans, Jaguaruna, Porto União, Tijucas, Parati e São Joaquim.” (ZANELATTO, 2012, p. 40)

O contingente populacional de Santa Catarina na década de 1930 contava com 1 milhão de pessoas¹⁸, das 40 milhões que integravam a totalidade populacional do Brasil. (ZANELATTO, 2012, p. 38) Para melhor organizar os núcleos da AIB catarinense, “a chefia integralista dividiu o estado em várias regiões e, em cada uma dessas regiões, havia um ‘governador regional’. Nessas regiões, estaria o município ou os municípios em que o sigma estivesse organizado.” (ZANELATTO, 2012, p. 47)

Quadro 1 - Organização do Integralismo em Santa Catarina por região

Regiões	Cidade ou Cidades
Especial	Florianópolis
1 ^a	São José. Palhoça. Biguaçu
2 ^a	Brusque. Nova Trento
3 ^a	Blumenau. Hamônia. Timbó
4 ^a	Rio do Sul. Bom Retiro
5 ^a	Joinville. Campo Alegre. São Francisco. Parati.
6 ^a	Jaraguá. São Bento. Mafra. Itaiópolis
7 ^a	Canoinhas. Porto União
8 ^a	Concórdia. Cruzeiro
9 ^a	Chapecó
10 ^a	Lages. São Joaquim
11 ^a	Araranguá. Criciúma. Urussanga. Nova Veneza
12 ^a	Tubarão. Orleans. Jaguaruna
13 ^a	Laguna. Imaruí. Imbituba
14 ^a	Itajaí. Camboriú
15 ^a	Caçador. Campos Novos. Curitibanos

Fonte: ZANELATTO, 2012, p. 47

¹⁸ Na década de 1930, Santa Catarina contava com 43 municípios. Destes, 39 possuíam núcleos e subnúcleos ativos da AIB (ZANELATTO, 2012, p. 48)

O perfil do integralista catarinense é de “uma pessoa jovem entre 30 e 40 anos em processo de ascensão social” (GERTZ, 1987, p. 197; ZANELATTO, 2012, p. 41) e pode ser dividido em três tipos de perfis diferentes: O primeiro grupo¹⁹ é formado por funcionários públicos, militares ou civis, e profissionais liberais; essa classe era oriunda de famílias locais-regionais conhecidas e gozavam de considerável estabilidade financeira; estavam entre a meia-idade e a velhice; o segundo grupo²⁰ era constituído pelos pequenos proprietários e funcionários públicos que não tinham a mesma renda que os membros do primeiro perfil. Os membros do segundo perfil de integralistas eram descendentes de alemães e italianos, com uma faixa etária que ia dos 20 aos 30 anos. O terceiro perfil do integralista catarinense diz respeito aos “pequenos proprietários urbanos e rurais, descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses ou de outras origens, estabelecidos principalmente no Vale do Itajaí e no norte e sul do estado.” (ZANELATTO, 2012, p. 41) Luiz Felipe Falcão (2004, p. 180) aposta na possibilidade de se conceber, ainda, outros tipos de militantes integralistas, onde ganhariam destaque os militares da ativa, estudantes do ensino superior em Florianópolis, assalariados de escassa qualificação em cidades como a própria Florianópolis, em Itajaí e em Laguna, e até mesmo industriais de uma maneira geral.

Entre os três tipos de perfis integralistas, podemos destacar pontos em comum como, por exemplo, a insatisfação dessas pessoas para com os rumos que Santa Catarina e o Brasil rumavam no pós-1930; suas expectativas para uma vida não estavam sendo atingidas e não era possível conceber um horizonte de expectativas favorável, condizente com as condições socioeconômicas que os catarinenses achavam que poderiam ter. A incredulidade com o sistema reinava nos corações e mentes daqueles (não de maneira geral) que ingressavam nas fileiras do sigma. De certa forma, o sucesso da AIB, em Santa Catarina, mais especificamente, deve-se ao fato de que os fatores “socioeconômicos e de político local e regional se combinam para determinar a expansão integralista.” (GERTZ, 1987, p. 174). Além da questão socioeconômica, podemos mencionar o fator puramente ideológico, que se soma ao fator socioeconômico: às insatisfações somaram-se as influências dos autoritarismos europeus,

¹⁹ No primeiro perfil da AIB catarinense, encontramos integralistas que ocupavam cargos na estrutura estadual da AIB: Othon Gama D'êça, chefe provincial; José Vieira da Rosa, chefe 'arqui-provincial'; Carlos Remor, líder da AIB em Laguna; e Juventino Linhares, secretário do núcleo de Itajaí. (ZANELATTO, 2012, p. 40-41)

²⁰ No segundo perfil integralista catarinense, temos: Aristides Largura (inspetor de ensino do governo estadual) e Carlos Brandes (proprietário de farmácia), ambos eleitos prefeitos nas eleições de 1936, em Joinville e Timbó, respectivamente. E, ainda, Ricardo Gruenwaldt (também proprietário de farmácia), que foi eleito vereador e presidente da Câmara de Vereadores em Jaraguá do Sul. (ZANELATTO, 2012, p. 41)

como o nazifascismo. Além disso, muitos dos que passaram a fazer parte do integralismo temiam, ou passaram a temer, fortemente o êxito do comunismo no Brasil. (ZANELATTO, 2012, p. 40-41)

Luiz Felipe Falcão (2004, p. 178) menciona que, para além das insatisfações do povo catarinense com os processos político, econômico e comercial resultados do pós-1930, que acabaram por não atingir suas expectativas, há também a dimensão internacional, global. Abraçar a causa integralista, para além da esperança de uma vida melhor, socioeconomicamente falando, dizia respeito ao fato de poder combater também o comunismo. O espírito do tempo vigente na década de 1930, em Santa Catarina ou qualquer outro lugar dentro do Brasil, estava inclinado a ser anticomunista e antiliberal (mas não anticapitalista). Os catarinenses, em maior ou menor grau, acompanhavam os episódios políticos que ocorriam na Europa e estavam cientes do avanço do comunismo; não desejavam a chegada ou a permanência deste no Brasil, em Santa Catarina ou qualquer lugar próximo deles.

Já foi mencionado em páginas anteriores que o golpe orquestrado pela Aliança Liberal para destituir Washington Luís e colocar Getúlio Vargas no poder presidencial provocou uma mudança bruta nos rumos políticos no estado de Santa Catarina, como em todas as outras unidades federativas do país. Particularmente em Santa Catarina, apesar de os liberais estarem agora à frente da administração, e não mais os republicanos, ainda assim podemos dizer que as velhas oligarquias que administraram Santa Catarina durante a Primeira República ainda estavam no poder no início da Segunda República. Liberais ou republicanos, Konder ou Ramos, a burguesia ainda estava comandando os rumos que Santa Catarina rumaria. Logicamente, se as velhas oligarquias ainda permaneciam no poder, a exclusão política dos trabalhadores continuaria também. Com a contínua inacessibilidade da população com relação à política, “os setores médios em franca expansão não encontravam espaço nem nos partidos regionais organizados no pós-30.” (ZANELATTO, 2012, p. 77) Assim, “muitos indivíduos ficaram sem uma referência de participação política” (FALCÃO, 2004, p. 178)

É nessa constante de vácuo de representatividade política somado à impossibilidade de as pessoas comuns poderem ter voz ativa na política catarinense que a AIB ganha espaço. Diversos são os fatores que explicam o seu sucesso em Santa Catarina, e entre eles, para além dos já elencados anteriormente, está o fato de a organização integralista ter proposto um tipo de política alternativa, se comparada à política vigente das elites catarinenses, que permitiria a “participação política para um segmento social em expansão que se considerava marginalizado

e descrente com a política regional e local.” (ZANELATTO, 2012, p. 78) A AIB desejava passar a impressão de que era uma organização política que nadava contra a corrente da política tradicional e até então vigente e bastante consolidada; que viria a combater o *Statuos Quo* e mudar substancialmente o *Modus Operandi* da política em Santa Catarina; o sigma se apresentava “como uma corrente partidária nova, com propostas e princípios diferenciados que não faziam parte da prática dos antigos partidos.” (ZANELATTO, 2012, p. 78)

De fato, o povo catarinense se via no ostracismo político, e a forma como a AIB se portou perante a incredulidade política dos catarinenses foi fundamental para que pudesse ganhar musculatura. A proposta integralista de “mobilização constante”, “retórica antioligárquica e contestadora do sistema partidário republicano” (ZANELATTO, 2012, p. 77) acabou conquistando os corações arrasados daqueles que mais tarde fariam parte da milícia integralista e que não sentiram as mudanças do pós-1930 em suas vidas de uma maneira positiva.

Cabe mencionar que em seu primeiro ano em Santa Catarina, a AIB estava ainda se estruturando enquanto partido político. Isso não a impediu de participar das eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Constituinte Estadual. A sua nominata de candidatos foi apresentada “um dia antes da realização das eleições.” (ZANELATTO, 2012, p. 63) Abaixo, uma lista de candidatos integralistas, e suas profissões, para a Câmara Federal e para a Assembleia Constituinte Estadual, ambas ocorridas no ano de 1934:

Quadro 2 – Nominata dos candidatos da AIB à Câmara Federal nas eleições de 1934 e suas respectivas profissões

José de Carvalho Ramos	Funcionário Público
Antônio Fedrigo	Comerciante
Juventno Linhares	Comerciante
João Medeiros	Farmacêutico
Walter Herbest	Lavrador
Carlos Gassenfert Neto	Guarda-livros

Fonte: Anauê, 6 de outubro de 1934. Ano I, n. 11 apud Zanelatto, 2012, p. 63

Quadro 3 – Nominata de candidatos da AIB à Assembleia Constituinte Estadual nas eleições de 1934 e suas respectivas profissões

Ivo Stein Ferreira	Médico
Laércio Caldeira de Andrade	Funcionário Público
José Ferreira da Silva	Advogado
Eugênio José Reichert	Carpinteiro
Otto Demarchi	Editor
Adolpho José dos Reis	Varejista
Guilherme Zichmann	Operário
Jacob Vitali	Industrial
Lázaro Umbelino de Brito	Funcionário Público
Emilio Neis	Cirurgião-Dentista
Virgílio Dominelli	Industrial
Augusto Grob	Operário
Enwaldo Baasch	Negociante
Luiz Gonzaga Medeiros	Farmacêutico
Estanislau Makowiecky	Pedreiro Construtor
Adalberto Lessa	Funcionário público
Luiz Cazaniga	Alfaiate
Francisco P. dos Santos	Estivador
Alfredo Baumgarten	Comerciante
Euclides Schmidt Jr.	Tipógrafo
Ewaldo Scheffer	Industrial
Germano Stolf	Agrimensor
Victório Hostin	Comerciante
Ricardo Gruenwaldt	Farmacêutico
Geraldo Azevedo	Comerciante
Afonso Korman	Comerciante
João Vieira Pamplona	Motorista
Jayme Wendhausen	Comerciante
Oslyn Costa	Estudante
Gentil Waltrick	Fazendeiro
Alfredo Fernandes	Industrial

Fonte: Anuê, 6 de outubro de 1934. Ano I, n. 11 apud Zanelatto, 2012, p. 63

As informações que temos a partir dos quadros acima ajudam a explicar em parte o porquê do sucesso da AIB já demonstradas por nós anteriormente: oportunidade a quem não tinha voz no campo político catarinense. Mesmo que muitos candidatos integralistas não

viesses a ser eleitos, ainda assim a possibilidade de oportunidade de participar de um pleito poderia já ser de grande valia para o integralista. Tendo suas oportunidades, o integralista se tornaria ainda mais leal à causa da AIB. E era de lealdade, junto com disciplina, que o integralismo necessitava.

A pluralidade dos ofícios daqueles que participaram das eleições de 1934 pela AIB apenas mostra que o movimento integralista estava agindo diferentemente da forma como os liberais e republicanos vinham agindo desde a Primeira República até aquele momento. É claro que a AIB teria de jogar o jogo conforme as regras para conseguir o poder tão almejado. O começo de tudo, por parte da AIB, foi contrariar a lógica excludente própria da arena política da democracia liberal representadas, em Santa Catarina, pelo Partido Liberal Catarinense e pelo Partido Republicano Catarinense.

Nas fileiras integralistas, temos a presença de luso-brasileiros, alemães, italianos, poloneses (e descendentes). Dessarte, como prova da ampliação de oportunidades para as diversas classes sociais catarinenses dentro do cenário político, nenhum dos nomes presentes nos quadros acima “tinha expressão na política regional”; “nenhum medalhão, nem nome conhecido. Todos gente nova, gente que não se aluga, nem se vende e que colocou os interesses vitais da nacionalidade muito acima das competições e dos interesses de indivíduos.” (ANAUÊ APUD ZANELATTO, 2012, p. 65) Temos, assim, uma leva de populares catarinenses que, utilizando a AIB como uma ponte, um atalho, enfim, iria conseguir furar a bolha da política elitista e excludente de Santa Catarina e poder participar dela por meio das eleições.

É esse o momento de “maior expansão da AIB em todo o estado.” (ZANELATTO, 2012, p. 66) Desse período até 1937, ano em que a ditadura estado-novista de Getúlio Vargas irá diluir a AIB, o partido integralista cresceu consideravelmente, pois se configurou numa “nova força política do estado e não passou despercebida pelo governo estadual nem pela oposição.” (ZANELATTO, 2012, p. 66) Porém, como já vimos em momento oportuno, a AIB é posta na ilegalidade justamente quando começava a demonstrar seu poderio paramilitar.

2.3. Estado interventor, AIB e teuto-brasileiros

Analisando os três perfis de integralistas em Santa Catarina que Zanelatto (2012, p. 41) construiu e ao qual descrevemos a pouco, é possível perceber que a AIB foi fortemente arregimentada por teuto-brasileiros e ítalo-descendentes, além, é claro, de luso-brasileiros e brasileiros de outras etnias e proveniências. Os descendentes de alemães ainda se destacam perante os demais descendentes em razão de o sigma ter tido nas regiões *coloniais* “a maior concentração de integralistas.” (GERTZ, 1987, p. 172)

O integralismo buscou influências externas para poder ter sido o que foi – fascismo italiano e nazismo alemão. Nas fileiras integralistas, Brasil afora, diversos militantes alimentaram simpatias tanto pelo nazismo quanto pelo fascismo, às vezes mais por um do que por outro, às vezes nem por um nem por outro. De forma equivocada, seja no senso comum ou até mesmo no mundo acadêmico, é tido que os teuto-brasileiros aderiram ao integralismo em razão de este movimento ser semelhante com o Nacional Socialismo. Existem diversos problemas nessas alegações.

Em uma breve digressão, buscaremos responder a essas questões da maneira correta ao passo que discorreremos também acerca da conjuntura catarinense e da relação entre governo catarinense, a AIB e descendentes de alemães (teuto-brasileiros). A alegação de que teuto-brasileiros aderiram à AIB em razão do nazismo é fruto de desconhecimento e, ao mesmo tempo, de uma herança de repúdio à presença germânica em Santa Catarina que ocorreu tanto durante a Primeira Guerra Mundial quanto durante a Segunda Guerra Mundial. Essa confusão ocorria exatamente no momento em que teuto-brasileiros ingressavam nas fileiras do sigma, o que não ocorria com ítalo-descendentes da mesma forma como com os representantes do *Deutschtum*.

Em Santa Catarina, as desavenças entre imigrantes, teuto-brasileiros e o Estado é um fenômeno que sempre esteve presente na história de Santa Catarina, já desde o século XIX e início do XX, principalmente entre os anos 1914-1918. Na década de 1920 acabou se tornando um período de franca estabilidade relacional entre governantes e imigrantes alemães e seus descendentes. Com o golpe de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, juntamente com a ascensão da família Ramos em Santa Catarina, os teuto-brasileiros, agora já dizendo respeito

às segunda e terceira gerações após a onda imigratória alemã do século XIX, passaram ao menos duas décadas (1930 e 1940) tendo que se esquivar das opressões do Estado e mascarar suas identidades publicamente em algumas ocasiões quando da proibição do falar alemão em público, por exemplo.

Logo após a tomada de posse de Ptolomeu de Assis Brasil, primeiro interventor em Santa Catarina, foram introduzidos “impostos sobre o capital, que atingiram em especial as indústrias das ‘colônias alemãs’.” (GERTZ, 1987, p. 176) Começava, assim, o processo de opressão do Estado aos teutos. Vargas trouxe consigo projetos de nacionalização que seriam aplicados diretamente no âmbito das salas de aula – nacionalização através da educação em um período em que o sentimento de brasilidade ainda estava em processo de maturação.

Na rede escolar privada, por exemplo, os professores foram obrigados a “submeter-se, dentro de um prazo muito curto, a exames para comprovar seus conhecimentos da língua portuguesa” (GERTZ, 1987, p. 176) graças a um decreto que fora assinado. Aqueles que não conseguissem comprovar o conhecimento no idioma português seria impedido de lecionar, ocasionando o fechamento de muitas escolas, já que em muitas escolas alemãs, “só havia um professor e não havia a possibilidade de substituí-lo.” (GERTZ, 1987, p. 176) Buscando enfraquecer ainda mais a germanidade em Santa Catarina por meio da educação, nas zonas em que os teutos se encontravam (região onde hoje se localiza a cidade de Blumenau, por exemplo, entre outras localidades) houve a instalação de escolas públicas que visariam o enfraquecimento das escolas privadas germânicas, pois, por serem menos custosas, atrairiam muito mais alunos e diminuiria o contingente de discentes nas escolas germânicas.

A quarta medida imposta por pelo interventor em Santa Catarina foi a mais radical: a desanexação do de uma área de Blumenau. Tal desmembramento visava o enfraquecimento da germanidade, pois Blumenau era um dos berços do *Deutschtum* em Santa Catarina. Essa cidade passou por dois desmembramentos num espaço de três anos; o primeiro, por ordem de Assis Brasil, ocorreu em 1931, em que foi desmembrada “uma área de 3.750km² para constituir o novo município de Rio do Sul.” (GERTZ, 1987, p. 177)

O segundo desmembramento ocorreu em 1934 como uma forma de vingança das lideranças liberais que quiseram impor um castigo ao povo blumenauense como um todo que residia na cidade em decorrência de uma derrota dos republicanos para os liberais que organizados na *Coligação por Santa Catarina* nas eleições para a Assembleia Constituinte que ocorreu em 1933 naquela cidade. Quando do segundo desmembramento de Blumenau, o

interventor em Santa Catarina já era Aristiliano Ramos e o governador, Nereu Ramos. Nessa ocasião, até Joinville, outra tradicional cidade com forte presença germânica, pagou o preço de ter parte de seu território desanexado em função também da derrota de republicanos para liberais na cidade.

No caso de Blumenau, a cidade, mesmo após a primeira desanexação territorial, ainda tinha, segundo Gertz (1987, p. 177) 7.000km². Após o segundo desmembramento, a cidade ficou com 1.650km², fazendo surgir os “novos municípios de Gaspar, Indaial, Timbó, Dalbérgia. A população deste último foi punida, adicionalmente, com a mudança do nome tradicional do lugar (Hamonía), medida revogada posteriormente.”

As quatro medidas foram frutos de uma postura que se opunha à predominância e a uma possível autonomia da cultura alemã dentro de Santa Catarina. Não eram atitudes propriamente únicas da interventoria catarinense, mas na verdade havia uma significativa participação direta de Vargas que atuou durante anos para buscar suprimir a germanidade em prol da brasilidade, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Com relação ao segundo desmembramento de Blumenau, Gertz (1987, p. 18) alega que tanto a população alemã residente em Blumenau quanto o governo local entenderam o processo de desanexação territorial blumenauense como “uma medida ‘antialemã’.” (GERTZ, 1987, p. 178)

A interventoria tinha certa autonomia sobre o governo de Getúlio Vargas, ao mesmo tempo que ganhava aval para as atitudes que serão descritas mais adiante. Ainda que os interventores tivessem o aval de Vargas para os atos descritos acima, segundo Méri Frotscher (2003, p. 50), entre o pós-1930 e o fim do Estado Novo (1945), os interventores não se viam na necessidade de consultar o governo federal para suas ações, como as desanexações territoriais, por exemplo. Isso configura as interventorias como sendo pequenas ditaduras, “pequenos regimes de exceção dentro do período de exceção.”

Essa autonomia, apesar de não ter sido oficializada por Aristiliano Ramos, Nereu Ramos, ou por Getúlio Vargas, estava escancarada nos atos governamentais em Blumenau, a cidade mais castigada “pela política empreendida pelos interventores no Vale do Itajaí.” (ZANELATTO, 2012, p. 70) Além da desanexação territorial, entre os anos 1930, no imediato pós-golpe, até 1936, Blumenau teve seis prefeitos nomeados pelos interventores catarinenses.

Com relação à segunda desanexação em Blumenau, a população local não reagiu bem às investidas da interventoria, e, assim que pôde, ocupou as ruas de Blumenau em sinal de protesto. Zanelatto (2012, p. 71) escreve que o comércio e a indústria local fecharam as suas

portas; que foram realizados passeatas e comícios sob o *slogan Por Blumenau Unido*. A interventoria só assumiria o controle da cidade após mais de uma semana, quando a cidade “parecia uma verdadeira praça de guerra.” Para reverter o quadro de instabilidade em Blumenau, o governo do estado enviou à cidade “uma seção da Polícia Militar, armada inclusive com metralhadoras, para ocupar Blumenau” (ZANELATTO, 2012, p. 71), dando fim, assim, à revolta da população daquela cidade, mas não às suas indignações para com o governo catarinense.

A justificativa dada por Aristiliano Ramos sobre o desmembramento da cidade de Blumenau foi a de que estava fazendo “um investimento no sentido de nacionalizar ‘a zona colonial alemã, como também tornar mais rápida, barata e fácil a justiça, facilitando ainda o contato da população não integrada no espírito nacional com as autoridades brasileiras’.” (FROTSCHER, 2003, p. 51) O desmembramento da cidade de Blumenau pode ser visto como uma tentativa de fragmentar e, posteriormente, enfraquecer o *Deutschtum* (germanidade) da população teuta em Santa Catarina. “Nacionalizar a zona colonial alemã” pode remeter à tentativa de afastamento dos teutos da cultura germânica (ou até mesmo o apagamento completo da germanidade em solo brasileiro), aproximando-os da cultura brasileira. Em outras palavras, Ramos estava colocando seu nativismo em prática, utilizando seu posto de interventor (cargo público) para propósitos subjetivos.

Parafraseando Cynthia Machado Campos (1998), Zanelatto (2012, p. 73-74) apontou outras justificativas para a ação de desmembramento de Blumenau a mando de Aristiliano Ramos. Entre os apontamentos, estão “a dispersão e a autonomia do funcionamento das instituições dos núcleos coloniais”; ou, de que as intervenções do Governo Vargas nas regiões de colonização visavam “colocar sob o controle do estado o núcleo industrial significativo construído pelos alemães.”; há um terceiro fator que diz respeito às “preocupações dos governos do Rio de Janeiro com a expansão da língua e da cultura alemã ‘entre os demais habitantes do sul, exercendo influência em meio aos descendentes de poloneses, romenos, italianos e portugueses’.” Podemos simplificar esses eventos numa tentativa de Ramos no que diz respeito à manutenção da cultura brasílica, homogeneizando a população catarinense através da desestabilização do *Deutschtum* por meio da fragmentação de Blumenau; buscou-se “implantar uma unidade nacional dentro de uma ordem.” (ZANELATTO, 2012, p. 75)

O estado estava se comportando de maneira nativista, buscando apagar a identidade germânica em detrimento do sentimento de brasilidade, que estava na sua fase embrionária na

década de 1930. Ao agir de tal forma com essa parcela da população catarinense, sem perceber, Aristiliano Ramos acabou atingindo também populares blumenauenses que nada tinham a ver com o germanismo, pois não eram imigrantes alemães, tampouco teuto-brasileiros, já que a população de Blumenau era bastante heterogênea. Assim sendo, tanto a lógica política elitista e excludente de Santa Catarina quanto a atitude pró-nativista direcionada aos teutos residentes em Blumenau, com a fragmentação desta cidade, foram as centelhas de uma chama maior que estava por vir: a AIB.

Como mencionado por Zanelatto (2012, p. 75), a Ação Integralista Brasileira “veio constituir-se em uma referência de termos de alternativa aos partidos organizados no estado no pós-30.” PRC, PLC, Legião Republicana, enfim, eram partidos que davam sequência à lógica elitista da política catarinense vigente durante a Primeira República. A AIB apenas subverteu o *modus operandi* da política catarinense de tipo oligárquico, porque “apresentava-se genuinamente democrático, possibilitando a participação de todos os interessados em disponibilizar suas energias à causa da AIB, não importando a origem ou o status socioeconômico de seus adeptos.” (ZANELATTO, 2012, p. 76) Outrossim, nas suas fileiras, “arregimentava indivíduos provenientes dos setores médios, cujas aspirações políticas não encontravam respostas nem espaço efetivo nos partidos organizados no estado no pós-30.” (ZANELATTO, 2012, p. 76)

Porém, mesmo o governo atacando as regiões com grandes concentrações de teuto-brasileiros, estes, por sua vez, não aderiram a AIB em massa, e os que aderiram, não foi em função da semelhança entre nazismo e integralismo. Inclusive, houveram querelas políticas e ideológicas entre integralistas, nazistas e teuto-brasileiros. A comunidade teuta, por exemplo, mesmo querendo estar no Brasil e querendo contribuir para um futuro melhor ao Brasil, tinham o desejo de poder manifestar as suas culturas germânicas. A brasilidade dos germânicos seria essa: ser brasileiro, mas ao mesmo tempo poder cultivar a cultura dos seus ancestrais. A AIB era um movimento nativista e que buscava assimilar os teuto-brasileiros à brasilidade, diluindo qualquer tipo de resquício germânico no sul do Brasil. Por isso, temos um ponto que impede a alegação de que teutos ingressaram no integralismo em massa. Se a AIB fez bastante sucesso entre a comunidade teuta, foi em razão das oportunidades observadas pelos descendentes de alemães nas fileiras integralistas no que diz respeito à já mencionada oportunidade de participação política e, conseqüentemente, de poder lutar por melhorias para suas comunidades e famílias; o anticomunismo também se faz fortemente presente no ingresso dos teutos junto

ao sigma, mas não foi um sentimento exclusivo desta etnia, sendo, portanto, um sentimento compartilhado também por ítalo-descendentes, luso-brasileiros, entre outros.

CAPÍTULO 3: A SESSÃO DOUTRINÁRIA INTEGRALISTA COMO PRODUTO D'A GAZETA

O jornal foi um dos recursos utilizados pela AIB para conseguir arregimentar as suas fileiras com militantes integralistas, pois através desta tecnologia, pôde veicular a sua palavra, ideologia, posicionamento político, visão sobre o mundo, frustrações e declarar abertamente aos seus públicos quem eram os seus inimigos de fato. Outrossim, a AIB aproveitou para se lançar como o único movimento, a única ideia possível que traria as mudanças necessárias para o Brasil.

Não foi diferente com relação ao periódico A Gazeta. Por mais que este jornal não se identifique abertamente como sendo integralista, contribuiu para a publicização dos ideais do Sigma para a população da Grande Florianópolis. Ao longo do capítulo poderemos verificar quais os conteúdos eram veiculados nas páginas deste periódico, bem como a sua forma. O saldo da investigação permite inferir que A Gazeta foi cúmplice da AIB uma vez que disponibilizou espaços em suas páginas para escritos fascistas e autorizou a circulação de ideais nocivos à democracia.

3.1. O Jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa histórica

Feitas as devidas considerações a respeito da conjuntura histórica e política da década de 1930 no Brasil, passemos agora a analisar e problematizar a sessão doutrinária integralista presente n'A Gazeta. Para tal análise, faremos uma breve digressão sobre a manipulação e a criticidade necessária no que diz respeito ao trato do jornal enquanto objeto-fonte histórica durante o ato de pesquisa histórica. O escrito de Maria Helena Capelato (1988, p. 13) foi fundamental para o desenvolvimento de nossa escrita, sobre a forma como pudemos enxergar e lidar com o jornal, de uma maneira geral, enquanto objeto e fonte histórica, com mais seriedade, e levando tudo isso para a nossa própria fonte histórica que também é o nosso objeto

de pesquisa histórico. A criticidade e problematizações aplicadas na fonte histórica que escolhemos trabalhar foram possíveis graças a conclusões que tiramos com base na análise de duas breves citações de Capelato em que nos amparamos para poder começar a fazer as nossas próprias análises/investigações/problematizações. É preciso esclarecer que não se trata, aqui, de uma crítica severa à obra como um todo ou à autora. Afinal, não podemos reduzir a sua obra em duas citações. O nosso intuito foi apenas de separar dois trechos pertinentes ao nosso objeto de pesquisa em que identificamos a possibilidade de poder usá-lo como um modelo às nossas pretensões. Os trechos foram escolhidos, analisados, problematizados e o saldo final dessa etapa se faz presente já quando da análise e trato do jornal A Gazeta e da sessão doutrinária integralista.

Segundo a autora, 1) “É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideias, compromissos e interesses.”; e 2) “(...) a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos.” Vejamos: nestes trechos é possível que interpretemos o jornal como algo raso, como se o periódico pudesse dar conta da totalidade do conhecimento histórico, político, econômico etc. Como se o que está na página de um impresso fosse o absoluto em termos de conhecimento, de análise e informação, esquecendo que por trás de cada periódico há uma miríade de mentes pensantes com suas crenças e inclinações políticas. Queremos com isso dizer que o jornal é imperfeito e está fadado a errar em múltiplas situações quando da veiculação de notícias, independente da natureza do escrito. Entre as várias interpretações possíveis, há aquela onde as citações nos permitem compreender os jornais como homogêneos no que tange ao trato por eles dado à realidade brasileira. O trecho *É fascinante ler a história do Brasil* indica exatamente o que foi escrito acima, isto é, como se fosse possível abstrair uma história do Brasil por meio das múltiplas páginas jornalísticas.

O que conseguimos, de fato, apreender e aprender por meio das páginas de jornais sobre qualquer tipo de assunto, é tudo aquilo que determinado jornal, em sua singularidade, nos permite ter acesso. E tudo aquilo que é acessado pelo leitor foi produto de escolha, individual ou coletiva, com influências internas e também externas à estrutura da Empresa-jornal. Por ser um instrumento de manipulação política, econômica e histórica, é crível e necessário pensarmos na influência de pessoas que “não tenham” ligação com determinado jornal para com a escolha daquilo que irá compor uma edição específica de um impresso.

Além do mais, cada impresso possui a sua versão de uma dada conjuntura política, histórica, social, econômica etc. Por isso mesmo, todo e qualquer jornal possui a sua narrativa sobre aquilo que está sendo veiculado a um amplo público. Não se trata da realidade em si, mas de uma faceta manipulada da realidade; trata-se, em última instância, da realidade de um periódico em questão, que busca atender aos interesses de públicos específicos.

O trecho *a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos* é incluído nesse rol de trechos que devemos nos atentar para buscar cada vez mais, de forma atenta e efetiva, meios de analisar nossas fontes e interpretá-las cientificamente. Não se pode confundir a História Científica com os relatos jornalísticos de cunho histórico. Quando estudamos um jornal, estamos buscando compreender os discursos nele presentes, ou seja, queremos apreender a forma sobre como um dado impresso tratou um assunto, evento ou organização política em específico, por exemplo. Outrossim, não se trata somente daquilo que se faz presente em cada página de um jornal, mas também das ausências, dos silêncios, das distorções e manipulações que abundam cada página.

O jornal, como qualquer outra fonte, não trará as respostas prontas a respeito de determinado fenômeno histórico e social analisado pelo historiador. Será necessário, antes de tudo, uma apurada contextualização do material posto em análise; será preciso conhecer sobre quem o produziu e para quem foi destinado; também, é fundamental o entendimento do contexto político, histórico, econômico e social ao qual esteve associado. Ao analisar uma fonte, o historiador estará encarando um quebra-cabeça, e para poder encontrar as respostas que deseja, deverá montar este quebra-cabeça de acordo com as perguntas que lançar a esta fonte, munido do entendimento necessário sobre como lidar com essa série de documentos, isto é, conhecimento teórico-metodológico pertinente ao trato da fonte jornal.

Para reforçar o que fora mencionado, cada periódico produz a sua *verdade*, a sua versão da história; um jornal transmite aos seus leitores uma visão parcial da realidade; não se trata da realidade em si, mas de um mundo em construção a partir da perspectiva de determinado periódico. “O importante, de todo modo, é nunca recair na visão ingênua de que um jornal pode ser encarado meramente como um veículo de informação.” (BARROS, 2019, p. 202) Segundo Barros,

(...) os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, através dessas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem. (BARROS, 2019, p. 183)

Em síntese, Barros propõe pensarmos os jornais enquanto atores politicamente atuantes em meio à sociedade, onde são determinantes para a concretização de projetos político-econômicos de empresários, políticos, militares, entre outros. Aqui, Capelato vem a complementar Barros, sintetizando tudo o que apontamos até agora:

A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes (...). Compete ao historiador reconstituir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplas personagens. (CAPELATO, 1988, p. 13)

Muitas vezes o jornal foi o único meio de informação de uma geração de brasileiros. Pensando no contexto dos anos 1930, ou era o jornal ou o rádio como meios de comunicação pelos quais as pessoas se mantinham atualizadas, isso se levarmos em conta a acessibilidade em massa a essas tecnologias. Em relação ao jornal, ele é um produto de escolhas: o que se fará presente (e como fará) nas páginas e tudo aquilo que ficará de fora é determinado pelas pessoas que são responsáveis pela sua gestão, e também há o fato, como já mencionado, de que há personalidades que possuem poder de influência sobre certos impressos. E quando um determinado conteúdo se fizer presente nas páginas periódicas, antes de ser veiculado, será, supostamente, refinado e formatado para se ajustar ao perfil de um jornal. O trato com o escrito é complexo e o que chega ao público-leitor nem sempre é necessariamente o real, mas a visão dos responsáveis pelo periódico. O retrato de uma sociedade, de alguns indivíduos, enfim, que teremos acesso por meio do impresso dirá respeito somente àquele jornal. É a versão do periódico acerca da sociedade, e não a história da sociedade em si. “A informação transmitida pelos jornais (...) mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos.” (BARROS, 2019, p. 183)

Concordamos com Capelato quando a autora afirma que “Desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política.” (CAPELATO, 1988, p. 13) A imprensa participa ativamente no que diz respeito à formação ou deformação do pensamento crítico de uma dada sociedade. Ela possui o poder de politizar ou despolitizar a massa; isso porque “Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade (...)” (CAPELATO, 1988, p. 13)

O jornal participa da história da sociedade: a envolve em seus propósitos e é envolvido pela conjuntura política, histórica, econômica e social desta mesma sociedade. Ao mesmo tempo em que é produto desta sociedade, o jornal contribui para mudanças substanciais-conjunturais da sociedade em que está inserido. A lógica do lucro também ganha sentido na esfera jornalística. Capelato escreve que “Os artificios de atração do leitor eram empregados tanto com objetivos de lucro, como para fins políticos. (CAPELATO, 1988, p. 16) No nosso caso, por estarmos trabalhando com *A gazeta*, um jornal que se localiza na década de 1930 e que compõe a *Grande Imprensa* florianopolitana, estamos tratando de uma empresa privada. Escreve Capelato que,

Os empresários-jornalistas atuam na esfera privada, orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões e atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, a imprensa tem outra face: é veiculadora de informações, direito público, e nesse papel norteia-se pelo princípio de publicidade, colocando-se como intermediária entre os cidadãos e o governo. (CAPELATO, 1988, p. 18)

“Analisar um jornal contemporâneo é perguntar por sua variedade de autores e realizadores e por sua diversidade de diferentes tipos de leitores. É perguntar, sobretudo, pelas relações entre esses dois universos de complexidade.” (BARROS, 2019, p. 221) Com relação aos conflitos de interesse dentro de um jornal, Barros escreve o seguinte:

Os jornais são conjuntos polifônicos formados por muitos textos. (...) os jornais (...) são de fato construções coletivas, nas quais ressoam muitas vozes. Se o dono do jornal, ou seu editor-chefe, detêm um peso importante ou aparentemente esmagador nas tomadas de decisão relativas às linhas gerais de ação do jornal – sem contar a possibilidade de, a qualquer hora, poderem chamar a si a feitura ou supervisão de editoriais por eles encomendados – é preciso se ter consciência de que o corpo de jornalistas responsáveis pelas diversas sessões do jornal é frequentemente amplo e diversificado, capaz de encaminhar de maneira aberta ou encoberta suas próprias posições diante do jogo político, ainda que necessite interagir com as posições dominantes no periódico. Analisar um jornal é pôr-se em contato com uma obra coletiva e polifônica, que pede que apuremos o ouvida para a escuta das diversas vozes que o percorrem. (BARROS, 2019, p. 220)

E completa:

“À medida que os jornais crescem e se industrializam, amplia-se também sua equipe de produção, e surgem editores-chefes para cada bancada de assuntos mais específicos. Ao lado deles, há ou pode haver uma equipe ou rede de parcerias estabelecida por um certo número de ‘colaboradores’ que oferecem sua contribuição autoral ao periódico, seja esta assumida nominalmente por se tratar de um escritor ou jornalista conhecido, seja diluída em texto de autoria coletiva do qual participam os repórteres comuns. Cada um desses autores possui suas próprias ligações políticas, assim como o jornal, como um todo, também possui a sua conexão política mais geral, quase podendo ser considerado uma grande entidade para certos casos.” (BARROS, 2019, p. 245-246)

Segundo Capelato, “A informação é um direito público, mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado.” (CAPELATO, 1988, p. 18) Portanto, e reforçando, cada notícia veiculada nas páginas de um jornal se faz presente com a finalidade de atender a um propósito que seja do interesse do jornal e de toda e qualquer pessoa que possua algum tipo de poder neste jornal, seja pelo fato de ser dona ou apenas estar localizada em uma área de influência de um dado Jornal. Nada do que compõe um texto jornalístico está em uma página à toa. Um periódico não apenas informa, como também age na consciência das pessoas que o consome.

É claro que a imprensa “constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social.” (CAPELATO, 1988, p. 21) Dito isso, o historiador deve “estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais.” (CAPELATO, 1988, p. 21) Nos bastidores de um jornal, o editorial “é a parte menos digna de fé, a notícia e o anúncio devem ser usados com cautela pois contêm erros.” (CAPELATO, 1988, p. 19) É claro que o jornal é uma verdadeira “mina de conhecimento”, “meio de expressão de ideias” e “depósito de cultura” (CAPELATO, 1988, p. 21), mas deve ser encarado enquanto objeto de estudo *desmonumentalizado* e *dessacralizado*. O ato de desmonumentalizar o documento histórico é pensado por José D'Assunção Barros da seguinte maneira:

Desmonumentalizar o documento histórico, por um lado, é dessacralizá-lo, desfazer seus aspectos edificantes, vislumbrar os interesses humanos, por vezes mesquinhos, que o presidem. Trata-se de deixar de enxergá-lo como ‘arco do triunfo’ e desnudá-lo para que ele possa ser visto como uma criação humana. (BARROS, 2020, p. 41)

A desmonumentalização-dessacralização que operamos no ato de análise d'A Gazeta enquanto fonte histórica/objeto-problema de nossa pesquisa histórica nos permitiu acessar, mesmo que com limitações, certos interesses e demandas que deram sentido à produção de cada edição deste periódico, e, conseqüentemente, da sessão doutrinária integralista. Afinal, “os documentos não surgem, aqui e ali, pelo efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses.” (BARROS, 2020, p. 42) É a ação humana que dá sentido à criação da fonte histórica. Nessa linha, um documento, qualquer que seja ele,

não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais

continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF & TOUBERT APUD BARROS, 2020, p. 44)

Sendo assim, a nossa postura frente ao jornal não deverá ser acrítica, pelo contrário: a análise deverá ter uma grande carga de problematização. As respostas que buscamos encontrar com A Gazeta (e com qualquer outro tipo de fonte histórica) depende muito das perguntas que desejamos lançar à fonte. Por isso, devemos estar cientes de que

o historiador de hoje não costuma mais esperar, dos materiais e evidências que lhes chegam do passado, *apenas* ou necessariamente uma ‘prova’, encarando também as fontes como discursos a serem analisados ou como redes de práticas e representações a serem compreendidas.” (BARROS, 2019, p. 21)

Quando lemos e buscamos problematizar algum texto, precisamos encará-los como sendo não apenas o “testemunho de uma época ou situação” (BARROS, 2019, P. 32), mas também como “discurso a ser analisado” (BARROS, 2019, p. 35) Em razão disso é que um Jornal deve ser lido, encarado e problematizado como sendo um ator político, histórico, social e econômico, que dita o que deve ser lido por uma determinada comunidade de consumidores-leitores, sendo, portanto, decisivo no que diz respeito aos rumos políticos que determinada cidade, estado ou país pode rumar. Como alega Maria Helena Capelato (CAPELATO, 1988, p.15), “Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.”

Munidos agora do entendimento sobre como lidar com um Jornal no ato da pesquisa histórica, analisaremos a Sessão Doutrinária Integralista. Buscamos analisar esta fonte de acordo com as noções de desmonumentalização e dessacralização já trazidas aqui por Barros (2020, p. 41). Primeiramente, é necessário descrevermos algumas características e trazermos à tona algumas informações pertinentes ao periódico A Gazeta.

3.2. Breves considerações sobre A Gazeta

No contexto brasileiro da década de 1930, o jornal e o rádio eram os meios de comunicação pelos quais a população brasileira, de forma precária, conseguia ter acesso às notícias e, assim, se manter, na medida do possível, atualizada/informada. Em termos técnicos, no âmbito jornalístico brasileiro, o século XX foi marcado pela onda da Grande Imprensa, um fenômeno que diz respeito à criação e circulação de grandes jornais no sentido corporativo-empresarial e que era voltada “para a captação de um grande universo de leitores e beneficiados por uma tecnologia de impressão que permitia produzir uma quantidade muito grande de exemplares diários.” (BARROS, 2020, p. 66) A *Grande Imprensa* marcou um novo modelo periódico baseado no princípio da imparcialidade, que, conforme Barros (2020, p. 66-67) “está longe de corresponder à verdade dos fatos, mas que passa a fazer parte do discurso jornalístico.”

Outra característica que marca a Grande Imprensa é o envolvimento de inúmeras pessoas e todo um conglomerado de recursos tecnológicos que contribuem para a intensificação da produção em escala do jornal, permitindo a amplificação de sua comercialização/veiculação diária, semanal e anual. De acordo com Barros (2020, p. 67), na Grande Imprensa, o “maquinário [é] capaz de produzir impressão em larga escala e abarcar um universo muito amplo de leitores, e já com uma sofisticada divisão de trabalho expressa por uma agitada redação da qual participam muitos jornalistas, profissionais e técnicos.” (BARROS, 2020, p. 67) Importante enfatizarmos que “todo texto, seja qual ele for, tem um *emissor* (aquele que produz o texto), um *objeto* (a mensagem ou o conteúdo que é transmitido) e um *receptor* (aquele a quem a mensagem se destina (...)).” (BARROS, 2020, p. 44) Sobre o emissor, Barros nos alerta:

(...) lembremos que que o emissor de um discurso nunca é somente o seu autor nominal, mas também a sociedade na qual ele se inscreve, a sua posição social, os constrangimentos aos quais ele está submetido, e tantas outras coisas que fazem do autor nominal apenas a ponta de um imenso iceberg. Chamaremos a este complexo conjunto que se esconde por trás do autor de um texto (ou de seu emissor) de ‘lugar de produção’. (BARROS, 2020, p. 44)

Não conseguimos acesso a qualquer documento que trate sobre a vida privada e empresarial de Jairo Callado, dono-fundador d'A Gazeta, o que nos limita quando do ato de pensar com profundidade a respeito dos lugares de produção deste jornal; também não tivemos acesso a informações sobre quaisquer outros membros-funcionários que tenham participado do

processo de produção das edições do impresso aqui analisado. No entanto, podemos tratar A Gazeta como um jornal inserido dentro da estrutura da Grande Imprensa em função de sua periodicidade, conteúdos altamente elaborados e a sua quantidade presente nas páginas, o que nos leva a crer sobre a alta complexidade tecnológica utilizada na sua produção.

A escassez de informações não diz respeito somente ao dono-fundador d'A Gazeta ou funcionários que estiveram envolvidos na produção em escala dos periódicos do jornal em questão, mas também está presente em relação aos públicos-consumidores que tiveram acesso aos conteúdos do impresso. Primeiramente, em razão da falta de documentos ou, supostamente, de sua inexistência, não é possível saber quem foram os responsáveis pela sua compra. Segundo, depois de lido, os periódicos geralmente são descartados, fugindo de nós a possibilidade de compreender os impactos dos conteúdos d'A Gazeta naqueles populares que tiveram acesso aos seus conteúdos por culpa do “acaso”. Em terceiro lugar, não é possível trabalhar em cima dos impactos das matérias jornalísticas d'A Gazeta em seus consumidores. Essa já é uma questão deveras complexa e de difícil execução. De qualquer forma, “se temos diante de nós jornais, nada mais evidente do que o fato de que eles foram escritos, editados e prensados para os seus leitores.” (BARROS, 2020, p. 45) Também Barros escreve que,

Para toda fonte, de qualquer tipo, é preciso considerar atentamente esta dinâmica relação, esta dialética trinitária que situa em interação o ‘lugar de produção’ do texto – um lugar que (...) envolve o entremeado de muitos aspectos, desde o autor até a sociedade e as relações de todos os tipos que os envolvem – a ‘recepção’ ou finalidade do texto ou do material na ocasião em que foi produzido, e, por fim, o ‘conteúdo’ ou a mensagem (...). Estas três instâncias de qualquer texto ou produto humano não são estáticas (...); ao contrário, agem uma sobre a outra, em um processo circular. (BARROS, 2020, p. 47)

Entre os lugares de produção do periódico até a sua finalidade e alcance, tivemos acesso somente àquilo que constitui a parte intermediária dele, ou seja, o conteúdo. Justamente por isso é que não conseguiremos realizar aquilo que Barros (2020, p. 51), no ato da investigação histórica de uma fonte jornalística, enfatizou, que é o fato de que o nosso objeto de pesquisa “deve ser cuidadosamente contextualizado e examinado em todos os aspectos que o envolvem.” Que essas lacunas possam ser preenchidas em pesquisas subsequentes, seja por nós ou por outras pessoas engajadas na pesquisa histórica voltada a este periódico e sua relação com a AIB.

Antes de adentrarmos na questão da problematização a respeito da relação A Gazeta-sessão doutrinária integralista, bem como sobre as contradições encontradas acerca da postura

do jornal com relação à sua permissividade em garantir um espaço diário nas suas páginas para a veiculação dos ideais integralistas à população da Grande Florianópolis, faremos uma breve digressão sobre as características elementares d'A Gazeta, para, enfim, irmos de encontro ao objetivo supramencionado.

A Gazeta foi um periódico de circulação regional que abrangeu a região da Grande Florianópolis. Sua circulação se deu de 1934 até meados dos anos 1980. Para nossa pesquisa, o recorte temporal inicia em agosto de 1934 e termina em junho de 1935, período em que a sessão doutrinária integralista se faz presente nas páginas d'A Gazeta de forma abundante, tendo seu espaço destacado nas páginas do periódico quase que diariamente. Dentro desse recorte temporal, foram poucas as ocasiões em que a sessão ficou de fora das páginas deste jornal. Por motivos desconhecidos, após a segunda quinzena de junho a sessão dissipa-se em escritos esporádicos que se misturam com a totalidade de matérias jornalísticas do periódico. Daí em diante não temos mais uma sessão doutrinária propriamente dita, mas apenas uma série de escritos que contemplam o integralismo e que se misturam ao oceano de informações trazidas pelo jornal.

A Gazeta é um jornal de variedades, isto é, um periódico que concentra em suas páginas os mais diversos conteúdos, desde política, geopolítica, política internacional, questões orçamentárias, até merchandisings, fofocas e curiosidades, poesia, temas de cunho comercial e industrial, entre outros. Nos espaços das páginas do periódico consta muitos textos extensos e escritos numa linguagem bastante formal, mas que às vezes é possível verificar algum erro de impressão/digitação, incorrendo a erros ortográficos. Mas nada que impeça a compreensão do sentido de determinado escrito. O tipo de conteúdo d'A Gazeta varia de acordo com o momento, com o contexto nacional e internacional. De 1934 a 1937, por exemplo, muito se lê sobre a Constituinte de 1934, as eleições presidenciais deste mesmo ano e sobre as eleições presidenciais que deveriam ter ocorrido em 1937; também, sobre os conflitos entre Itália e Etiópia, os conflitos no extremo Oriente envolvendo Japão, China e União Soviética, a Guerra Civil Espanhola, os primórdios daquilo que viria a ser a Segunda Guerra Mundial e o desenrolar geopolítico no coração da Europa em razão deste conflito. Cada assunto é contemplado no seu devido momento. O Integralismo também ganha seu espaço nas páginas d'A Gazeta para além da sessão doutrinária: quando dos conflitos entre integralistas e comunista e entre integralistas e aliancistas (membros da ANL), em 1935; o repúdio dos integralistas à Lei de Segurança Nacional, e, principalmente, durante o processo de fechamento dos núcleos e subnúcleos integralistas e o simultâneo encarceramento em massa dos fascistas pelo Brasil afora quando

da instituição do Estado Novo e do consequente processo de ilegalização da AIB, ocorrido progressivamente a partir do ano de 1937.

Já que mencionamos as matérias que tratam do Integralismo para além da sessão doutrinária, há que se dizer que existem dois tipos de conteúdo envolvendo este movimento-partido. O primeiro deles consiste na própria sessão doutrinária integralista à qual trataremos a fundo em um momento adequado. O segundo tipo, não menos importante, é aquele em que o Integralismo e as atividades integralistas são comentados no jornal de forma esporádica às visitas de Plínio Salgado ao Estado de Santa Catarina ou somente de suas passagens pelo Estado catarinense quando de seu deslocamento ou para o Rio Grande do Sul ou ao Paraná. Nosso olhar reside exclusivamente na sessão doutrinária integralista, que, mesmo supostamente escrita por integralistas, também passou por filtragens das equipes d'A Gazeta. Afinal, sendo Jairo Callado um empresário e dono do jornal, não permitiria que qualquer tipo de conteúdo se fizesse presente nas páginas do seu jornal. O Nome sessão doutrinária integralista não foi mencionado em momento algum nas páginas do periódico, nós é que decidimos batizar desta forma o conjunto de escritos integralistas até para deixar evidente determinadas características constantes neste espaço de escritos doutrinários/propagandísticos do fascismo brasileiro. O que consta em cada sessão doutrinária é que os escritos foram produzidos pelo Departamento Provincial de Propaganda (DPP). Ao mesmo tempo que a sessão é um produto integralista, também é uma criação d'A Gazeta. Certamente os escritos passaram por diversas filtragens do jornal antes de se fazerem presentes em suas páginas. O resultado, através do processo de refino dos escritos (presença e ausência de ideias) a disposição das palavras, enfim, tudo que encontramos nas páginas jornalísticas é produto de posicionamentos políticos, ideológicos e empresariais-comerciais dos responsáveis pel'A Gazeta.

Pelo fato de A Gazeta ser um periódico da Grande Imprensa, é possível pensarmos no envolvimento de diversas pessoas no ato de construção e montagem das edições do periódico. Cada mente pensante, turbulenta e inquieta, inclinada a um lado político, contribuiu para com a disposição dos textos da sessão da forma como a encontramos. Analisando a sessão e o jornal como um todo, para além dos escritos da sessão doutrinária, não é difícil encarar o periódico como sendo anticomunista, inclinado à ordem vigente e atraído pelo fascismo enquanto fenômeno global e local, isto é, pelo fascismo integralista. Podemos alegar sem equívoco que o jornal, “esse caderno que agrega um conjunto de textos e que tem forma e materialidade definidas, constituindo um objeto cultural de consumo, normalmente descartável” (BARROS, 2019, p. 186), compõe a quarta força política, juntamente com o Poder Executivo, o Poder

Judiciário e o Poder Legislativo. Ele é um poderosíssimo mecanismo de dominação das massas por meio da manipulação de seus espíritos e paixões. Para muitas pessoas que entraram, entram e entrarão em contato com alguma matéria jornalística, supostamente, trataram, tratam ou irão tratar determinado escrito como sendo a retratação da verdade absoluta acerca de determinado fenômeno. Isso pois o escrito jornalístico é seduzente, penetra o espírito dos leitores de tal forma que os faz acreditar na total imparcialidade e pureza de determinado escrito. Outrossim, o jornal é tido como um elemento de exemplaridade.

O mesmo de sedução, supostamente, ocorreu com a sessão doutrinária integralista. Acreditamos que ela, de alguma forma, seduziu/ludibriou a mente de dezenas (e por que não centenas?) de leitores, ao passo que, também, supostamente, deixou outra parcela extremamente revoltada. Por isso mesmo, os seus discursos precisam ser “decifrados, compreendidos, interpretados.” (BARROS, 2019, 23) para que possamos ser exitosos em nossa odisséia investigativa.

Identificamos um enorme abismo entre o que A Gazeta alega querer veicular, ou sobre suas intenções para com os seus públicos-leitores, e aquilo que realmente é transmitido aos públicos em suas páginas. Em todas as edições do jornal, de agosto de 1934 até junho de 1935, pelo menos, na primeira página, logo ao lado do título do periódico, se faz presente a seguinte fraseologia²¹: “Sem quaesquer ligações políticas.” (A GAZETA, 1934, n. 1, p. 1) Essa autodefesa vem acompanhada de outros breves escritos que aparentam querer firmar de uma vez por todas a identidade d'A Gazeta junto ao povo florianopolitano, pulverizando qualquer tipo de desconfiança a respeito de seu posicionamento político e de seu zelo para com a qualidade dos conteúdos políticos, econômicos, enfim, presentes em suas páginas. A semiótica dessa fraseologia e a sua disposição nas páginas do jornal também podem dizer muito sobre as intenções do impresso. Essa afirmativa em forma de autodefesa localiza-se bem ao lado do título do periódico, buscando reforçar ainda mais a seriedade do impresso para com os seus públicos. Nesse sentido, é visível a tentativa de Jairo Callado em forçar uma aceitação popular de que A gazeta fosse um jornal apolítico, despolitizado, que tinha a intenção apenas de transmitir informações leais aos fatos; de que seria um jornal comprometido com a verdade absoluta. Em outras palavras, um periódico desapaixonado e explicitamente técnico no que diz respeito às suas coberturas jornalísticas.

²¹ Optamos por preservar a grafia original dos escritos impressos nas páginas d'A Gazeta.

Essa postura é reforçada mais a frente com algumas outras matérias semelhantes. Um exemplo prático sobre isso é um escrito que se faz presente na segunda página do primeiro número do jornal, cujo título é “Nosso programma”. Tal escrito ocupa um espaço bastante significativo na página, reforçando a hipótese lançada acima. Segundo o jornal:

Numa época em que o ludibrio e a má-fé chegam a atingir uma espantosa vulgaridade, e, no proprio terreno que palmilhamos, não são raros os jornaes paramentados com as burlescas insígnias de uma independencia assaz discutivel, – muitos e muitos leitores hão de sorrir scépticos, ante nossos declarados propósitos de mantermos *A Gazeta* a quaesquer ligações partidárias. (A GAZETA, n. 1, 1934, p. 2)

Mais adiante, é persistida a autodefesa do jornal:

Mas, tranquilizem-se nossos leitores – essa animosidade e esse arrebatamento não nos vencerão. Muito ao revés, serão apenas outros tantos percalços a sobrelevar, porque, – acreditem ou não – é nosso irremovivel intento o de, a todo o transe, conservar e zelar, e sem tréguas combater por essa independencia de opinião. (A GAZETA, n. 1, 1934, p. 2)

Por fim, um terceiro que chama bastante atenção:

Resaltemos, entretanto, que, embora afastadas das luctas politicas, jamais ha de *A Gazeta* descurar o bem e o interesse público, redobrando a cada passo sua vigilancia, a fim de prevenir o povo catharinense contra as incontestaveis manobras de nossos machiaveis incipientes. Isso, no terreno politico. (A GAZETA, n. 1, 1934, p. 2)

É bastante significativo que estas justificativas/autodefesas estejam já na primeira edição d'A Gazeta. O periódico se antecipou a qualquer tipo de ataque e crítica que pudesse afetar a sua estrutura e moral, e, ao mesmo tempo, se lançou como o periódico que promoveria o jornalismo crítico, técnico, imparcial, sério e leal aos fatos, sem nenhum vínculo com qualquer partido ou organização política. A estratégia do periódico de se firmar enquanto instituição apolítica/apartidária se dá quando busca se aproximar do Poder Público, mostrando-se de acordo a jogar o jogo conforme as regras da arena liberal-democrática presente na administração pública e contribuir para com o progresso desta através da manutenção da ordem:

Quanto á administração pública em geral, procurará *A Gazeta*, consciente de seu precípua dever, colaborar estreitamente com os governantes e demais responsaveis pela administração publica em geral, ora alvitando a adopção de medidas consagradas pela experiencia de outros povos, ora lembrando falhas e prevenindo êrros, ora attendendo ao emprego exacto dos dinheiros públicos; quer ainda criticando actos já consummados, quer auxiliando sincera e decididamente a realização de outras providencias de beneficio colectivo, pela divulgação e pela propaganda civica systematizada. (A GAZETA, n. 1, p. 1934, p. 2)

Já ao fim da matéria, A Gazeta reforça seus interesses, agora se dirigindo mais especificamente ao povo catarinense: “Definida nossa posição na imprensa, resta-nos determinar a attitude de *A Gazeta* frente ao Povo de Santa Catharina – parcella do Povo brasileiro, que nos é particularmente amavel.” E segue: “Jornal profundamente catharinense, propriedade, redigido e orientado por catharinense, será com tenacidade e intransigencia que terçaremos armas na defesa intafigavel dos interesses, das aspirações e da soberania do Povo desta terra (...)” (A GAZETA, 1934, p. 2) Por fim, após criar uma espécie de armadura, uma blindagem contra os possíveis ataques vindos dos seus dissabores, e após mostrar para o quê veio, A Gazeta busca finalizar a sua apresentação com chave de ouro, chamando o povo para o seu lado:

Jornal popular, feito para o povo, *A Gazeta* através de amplo e preciso noticiario e do commentario sereno e justo, imprimindo maior relevo ás cousas catharinenses, não conhecerá fadigas em trazer o público perfeitamente inteirado do grandioso e empolgante momento que, mal e mal apercebendo os effeitos catastróphicos, o Mundo hoje atravessa, perseguindo incauto um destino mais sólido, menos inútil, para a irrequieta Humanidade, jamais satisfeita, jamais saciada do desconhecido, do esquisito sabor da novidade. (A GAZETA, N. 1, p. 1934, p. 2)

Não bastasse a extensão do texto e a persistência do jornal em querer provar ao seu público o seu não alinhamento político-partidário-ideológico com quem quer que seja, na última página desta edição, há um texto destacado em negrito, imenso, e que se localiza no cabeçalho da página, onde é possível ler:

Jornal independente, intérprete de todos os anseios populares, ‘A Gazeta’ abre suas columnas, sem paixões nem preferencias, á mais ampla publicidade dos ideais que animam as diversas correntes de opinião, nos varios sectores da empolgante batalha, em que a Nação se empenhou. E o Povo Barriga-Verde, sciente das reaes intenções e dos interesses em choque, saberá ser o Grande Juiz de todos os pleitos. (A GAZETA, N. 1, 1934, p. 6)

A partir da leitura dessas matérias, verifica-se que a postura do jornal é bastante clara quando do ato de transmissão de informações aos seus públicos: publicização das suas verdades impecáveis dos fatos e tentativa de mascarar/camuflar seus reais interesses. Essas alegações entram em conflito, desembocando em contradições, com o oferecimento de espaços das suas páginas à sessão de doutrinação integralista. Mesmo que A Gazeta não demonstre apoio à AIB abertamente, acaba que ajudando-a para com seus próprios propósitos. Na teoria, A Gazeta se propôs a deixar bastante claro que não está alinhada a nada nem a ninguém; na prática, o

processo foi bem diferente. Oficialmente, este jornal não se alinha ao Integralismo, porém não se pode negar que em momento algum nas suas páginas, entre 1934 e 1935, conste algo como desgosto e/ou oposição para com o movimento fascista. Por haver uma sessão com escritos fascistas e nenhuma outra sessão de alguma outra orientação político-ideológica, podemos concluir que A Gazeta também foi, durante um período de sua existência, um periódico integralista, logo, fascista. É provável, como já alegamos, que houvesse alguém nos seus bastidores que simpatizasse com o movimento. Já que um jornal é formado por diversos profissionais, e que nos anos 1930 era tendência mundial encontrar pessoas que se sentissem seduzidas à ideologia fascista, não é de se estranhar, nem de se surpreender, que no interior da estrutura d'A Gazeta se encontrassem fascistas. Mas não é preciso que um periódico oficialize seu apoio a uma causa para que possamos afirmar que ele possua algum alinhamento ideológico com esta. Até porque o tipo de apoio que A gazeta deu ao integralismo se deu por meio da cessão de espaços em suas páginas para a divulgação dos ideais fascistas em terras catarinenses.

3.3. A Sessão Doutrinária Integralista

Durante o tempo em que se fez presente nas páginas d'A Gazeta, a sessão doutrinária integralista atuou como um elo entre a AIB e A Gazeta com a finalidade de veicular os diversos conteúdos fascistas ao povo da região da Grande Florianópolis. O mais interessante nesta sessão é que não encontramos muitas imagens ou algo semelhante. A totalidade da sessão é composta de textos extremamente formais. É perceptível que, ao longo da leitura, os variados temas vão se repetindo de forma esporádica; o sentido de cada escrito se assemelha bastante apesar da diferenciação das palavras usadas para expressar certo sentimento de angústia ou frustração, desgosto ou revolta para com determinado assunto, movimento político, tendência dos rumos do Brasil etc. É por meio da repetição dos assuntos presentes na sessão que a AIB e A Gazeta permitiram a perpetuação dos conteúdos fascistas a toda uma miríade de consumidores-leitores da região florianopolitana.

Entre os assuntos que se fazem presentes na sessão, temos: a autopromoção e apresentação do movimento integralista; abertura de núcleos e subnúcleos; adesão de militantes

integralistas; atividades festivas e reuniões nos núcleos no Estado de Santa Catarina; escritos de cunho antiliberal, anticomunista, antimaterialista, anti-iluminista, antissemita, e muito mais. Em razão do alto volume de edições e escritos da sessão, optamos por trazer somente o básico de todo o material que, como mencionamos, se repete ao longo do tempo por meio do uso de palavras diferentes, mas cuja finalidade era sempre a mesma: se defender atacando alguém e atacar alguém para se promover.

Na sexta edição d'A Gazeta nos deparamos com um extenso escrito que busca justificar o porquê de o jornal estar abrindo as suas portas para o fascismo integralista:

Iniciamos hoje a secção integralista. No intuito de acolher, nas suas columnas, todos os pensamentos e ideologias que não pretendam destruir a ordem social, A Gazeta franqueou também à Acção Integralista Brasileira este canto para doutrinação ou qualquer outra especie de publicação que interesse ao integralismo. Não é uma excepção, uma preferencia ou um privilegio. O jornal, hoje em dia, tem um caracter informativo, mesmo que possua compromissos partidarios. Por isso deve servir tambem ás varias correntes em que se divida a opinião publica, ainda uma fôrca ponderavel nas democracias modernas, embóra todas as refutações. Somos dos que acreditam que a Democracia-liberal ainda não é um regime fallido. Pelo atravessar, todavia uma crise séria, mas resistirá e ha de sahir fortalecida nos seus fundamentos. De sorte que, franqueando as nossas columnas ao integralismo, não abrimos com isso uma excepção, como já affirmámos; porém acolhemos uma ideologia que já interessa um grande setôr da opinião brasileira. A REDAÇÃO (A GAZETA, n. 6, 1934, p. 2)

O trecho citado nos rende um grande debate. Primeiro, é dito que *No intuito de acolher (...) todos os pensamentos e ideologias que não pretendam destruir a ordem social, A Gazeta franqueou também à Acção Integralista Brasileira este canto para doutrinação ou qualquer outra especie de publicação que interesse ao integralismo.* O tratamento que A Gazeta dá ao integralismo não é o mesmo que dá ao comunismo, notadamente. Aqui, fascismo e comunismo não são tratados como duas faces de uma mesma moeda. A teoria da ferradura não é aqui aplicada. Entende-se, portanto, que, para A Gazeta, o Comunismo é um pensamento e ideologia que pretende destruir a ordem social. Na sequência, está escrito que *não é uma excepção, uma preferencia ou um privilegio. O jornal (...) tem um carater informativo, mesmo que possua compromissos partidarios. Por isso deve servir ás varias correntes em que se divida a opinião publica (...)* A conduta do periódico é a de não demonstrar apoio oficial, mas acaba que apoiando extraoficialmente quando ignora o fato que antes deste escrito, havia declarado não apoiar nenhum partido ou movimento político. Interessante lembrarmos que a AIB viria a se tornar um partido após o Congresso de Petrópolis, em 1935.

O impresso tenta mascarar a sua real posição quando diz que o jornal tem caráter informativo. Ao final do trecho, além de confirmarem a crença na liberal-democracia, demonstram a força que a ideologia integralista já tinha em Santa Catarina: (...) *franqueando as nossas columnas ao integralismo, não abrimos com isso uma exceção (...); porém acolhemos uma ideologia que já interessa um grande setôr da opinião brasileira*. A Gazeta tem a intenção de informar o seu público sobre a AIB, permitir a sua doutrinação e demonstrar o seu apoio à causa integralista. A segunda opção à liberal-democracia seria, supostamente, o fascismo integralista. Ainda que um jornal técnico e informativo, A Gazeta também operou de forma a se tornar um periódico inclinado política e ideologicamente quando resolveu ceder espaço somente ao integralismo e não ao comunismo, ou a qualquer outro movimento ou partido político de qualquer orientação político-ideológica. A escolha d'A gazeta foi feita, e o seu lado político-ideológico, idem.

A AIB aproveitou sabiamente a sessão doutrinária para, de fato, se lançar frente ao público florianopolitano. O primeiro tipo de conteúdo que vamos analisar é a questão da autopromoção e apresentação das intenções do movimento para o público catarinense. O primeiro texto que escolhemos analisar tem o título *Quaes são os fins da A.I.B.!*:

A Ação Integralista Brasileira tem a finalidade de: a) funcionar como centro de estudos de cultura sociológica e política; b) desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro; c) implantar no BRASIL o ESTADO INTEGRAL. Compreende-se por Estado Integral o Estado que realiza: 1) na *ordem politica* um regimen politico-social baseado na doutrina integralista, ou nacional corporativista; 2) na *ordem economica* o regimen da Economia Dirigida do predomínio do social sobre o individual; 3) na *ordem moral* a cooperação espiritual de todas as forças que defendem as idéas de Deus, Patria e Familia; 4) na *ordem intellectual* a participação de todas as forças culturaes e artisticas na vida do Estado. (Art. 2 dos Estatutos da A.I.B.) (A GAZETA, N. 118, 1935, p. 4)

Um texto excessivo e complexo, onde a AIB deixa evidente quais as suas intenções, sem pestanejar. Junto disso, preocupa-se em demonstrar as suas preocupações com um Brasil que, ao seu ver, estava obsoleto. Nesse sentido, o movimento integralista propõe ao leitor pensar quais as funções do movimento, sobre o grau de intelectualidade presente e acerca do projeto de Brasil esperado pelos integralistas por meio do Estado Integral. Quando da explicação do tipo de regime que os integralistas desejavam implantar, acabamos tendo acesso a outros tópicos importantes à ideologia integralista, como o corporativismo, o espiritualismo de base Católica (base religiosa da AIB) e o coletivismo em detrimento do individualismo. A AIB mostra que buscava atingir dois, ou mais, objetivos simultaneamente, mesmo que paulatinamente: se mostrar aos seus públicos/aos públicos d'A Gazeta, e apresentar projetos de

Brasil dentro de sua perspectiva fascista, isto é, o tipo de Brasil ideal, diferente daquele Brasil corrompido pela liberal-democracia e ameaçado pelo comunismo. Mas a maior ênfase se dá na questão intelectual-moral justamente com o intuito de vender uma imagem de um movimento (con)centrado e bastante reflexivo acerca da árdua realidade brasileira, e que buscava, por meio do conhecimento e do pensamento, não pelas armas, a mudança de que o país necessitava.

Em complemento ao trecho anterior, a sessão também promovia escritos onde os integralistas se mostram bastante orgulhosos da AIB em razão das possíveis mudanças que o movimento traria para o país e para a vida do seu povo. Não era suficiente apenas falar sobre os planos da AIB, mas fazia-se necessário mostrar a autoconfiança daqueles que marchavam nas fileiras do Sigma:

Somos o maior movimento da História do Brasil. Pela extensão: ha integralistas desde a Amazonia ao Rio Grande do Sul. Pela profundidade: o integralismo se desenvolve em todas as classes sociais, no campo e na cidade, desde o intellectual ao operario, atravez de todas as profissões. Pela organização: a disciplina e a ordem integralistas são exemplares; a doutrina integralista vem sendo desenvolvida em *estudos*, em livros e jornaes; temos um rumo certo – construir a Nação Brasileira; valemo-nos dos meios mais precisos e adequados – para isso creamos secções de pesquisas; e, assim, localizando as dificuldades e determinando as medidas necessarias, vamos avançando em toda a linha. Pelo valor das duas grandes forças espirituaes que nos amparam: Brasilidade e Moralidade. (...) Somos o maior movimento da História do Brasil! (Manchette d'O *Pharol de Itajahy*, no dia em que essa cidade foi a capital do Movimento Integralista). (A GAZETA, N. 30, 1934, p. 2)

O motivo de orgulho se dá em função do alcance do movimento Brasil afora em um contexto no qual o jornal e o rádio permitiam majoritariamente a atualização da população precarizada. A AIB, segundo o trecho acima, alcançou regiões nortistas e sulistas, penetrou o coração dos pobres e dos não-tão-pobres graças aos investimentos nos estudos promovidos dentro das estruturas integralistas, isto é, nos núcleos e subnúcleos espalhados nas diversas regiões brasileiras, e que geraram impactos na consciência de integralistas que tinham por objetivo a construção de um Brasil utópico, dentro do conjunto de valores sociais e religiosos do fascismo brasileiro. Por tais motivos é que se torna possível, como observado ao fim do trecho, a alegação de que a AIB é a maior organização de massas da direita brasileira até os dias atuais. Pessoas em comum estavam sendo envolvidas por uma ideologia que almejava um país supostamente mais justo e que englobaria nesta justeza a totalidade da população. Um trecho marcado pelo orgulho e euforia na espera de mudanças substanciais na estrutura política, moral, educacional, econômica e social do país.

O título de maior movimento de direita da história do Brasil não é suficiente às ambições da AIB. É primordial aos objetivos integralistas que este seja o único movimento-partido que tenha a capacidade, por meio de sua seriedade e comprometimento com as necessidades do Brasil, de promover as mudanças fundamentais e necessárias que este país precisaria para sair das garras tanto do comunismo quanto do liberalismo. Diferentemente dos trechos jornalísticos postos acima, o próximo escrito é de Plínio Salgado, de acordo com A Gazeta. É o texto do líder máximo do fascismo brasileiro; daquele que seria o responsável por permitir ao Brasil rumar o caminho da Revolução Integralista. De acordo com Salgado,

Somos a unica coisa séria, impressionante, no Brasil de hoje, porque somos a *Revolução*. Temos uma significação muito mais profunda do que o *fascismo*, o *hitlerismo*, o *communismo*, porque somos a consciencia de uma época, porque nós libertamos de velhos preconceitos, porque operamos, ao mesmo tempo, uma revolução objectiva, de recrutamento de massas humanas, e uma revolução subjectiva, uma revolução de pensamento e das consciencias. Somos o unico movimento nacional que publica livros, que mantém cursos de preparação de nossas elites, que mantém departamentos de pesquisas e estudo de nossos maximos problemas. Deante da grandeza geographica do Integralismo (...); e deante da altura cultural e da profundidade sentimental deste movimento, sentimo nos com o direito de dezer: somos a *unica força nacional organizada*. (A GAZETA, N. 125, 1935, p. 3)

A sessão doutrinária buscou mostrar somente o melhor dos integralistas, por isso a questão da autopromoção: ela envolveu um misto de extrema confiança com arrogância, e foi essa a mensagem veiculada aos públicos d'A gazeta. Autoconfiança em razão da vontade de promover uma imensa e intensa Revolução por parte dos integralistas. A arrogância se dá em razão do fato de que a AIB não era grande o suficiente para conseguir suplantar Getúlio Vargas e as Forças Armadas. Ainda assim, em função do trecho acima, o tipo de movimento que os consumidores d'A Gazeta tiveram acesso por meio da leitura de tal trecho, e dos demais até aqui elencados, é o de que a AIB era um movimento forte e com a certeza e audácia de que somente eles, os integralistas, é que iriam poder e conseguir reconstruir um país tão devastado pelo capitalismo internacional como o Brasil

Outrossim, outra mensagem veiculada pelos integralistas a respeito de seu movimento era a de que de que eles eram militantes de um movimento altamente organizado, pois o conhecimento seria a força motriz de cada militante do Sigma. E que através do conhecimento, oriundo de uma estrutura de pesquisas, de publicação de livros e veiculação dos saberes integralistas, se chegaria a noções extremamente profundas sobre os caminhos a serem percorridos com o intuito de concretizar uma Revolução e permitir ao Brasil rumar um caminho que permitiria este país estar em pé de igualdade com os países do centro capitalista. A AIB,

segundo o trecho d'A Gazeta, era a perfeição e não haveria nada mais tão perfeito ou próximo a ela. Pensando em um país cuja população estava ansiosa por mudanças estruturais, alijada dos processos decisórios do seu país, cobiçando melhores condições de vida e tudo mais, a sessão doutrinária buscou saturar o seu público de esperança ao se mostrar um movimento extremamente preparado para lidar com as constantes crises pelas quais o Brasil passava.

Com exceção do anticomunismo e antiliberalismo, em razão de sua notável abundância, todos os demais temas que compõem a sessão se fazem presentes de forma esporádica, o que configura a veiculação das doutrinações e autopromoção integralistas como sendo algo recorrente. Em se tratando do anticomunismo e antiliberalismo, estes aparecem, por vezes, separados, e por vezes num mesmo escrito, onde o Sigma aproveita para se lançar como sendo a única alternativa possível a essas ideologias políticas: a terceira via no cenário político não apenas catarinense, como também brasileiro. Em situações específicas, a oposição integralista aos sistemas supramencionados alcança o antisemitismo, principalmente quando a AIB passa a criticar o capitalismo internacional, associando-o ao judaísmo.

O Integralismo, enquanto ideologia e movimento organizado, era uma força que ainda estava em processo de maturação, estruturação, organização e buscava a aceitação do público. Para o êxito em relação ao seu crescimento por meio de sua capilarização entre os diversos setores sociais e regiões do Brasil, precisaria deslegitimar e desautorizar os outros dois movimentos/estruturas de pensamento supramencionados perante o seu público, e se mostrar a alternativa mais viável naquele momento de incertezas do pós-1930. O primeiro trecho que traremos é de um escrito integralista onde é explicado o combate ao liberalismo:

DA CARTILHA Porque o Integralismo combate o Liberalismo? Porque o liberalismo promete a liberdade e só a garante aos mais fortes, aos que possuem bens economicos suficientes para defender os proprios direitos, pois de nada vale a liberdade sem um minimo de autonomia economica; porque promete a Justiça e cruza os braços ante os conflictos do Capital e do Trabalho. (A GAZETA, N. 16, 1934, p. 2)

Aqui, a AIB faz um apelo evidente ao proletariado, onde demonstra sua indignação com um sistema cosmopolita e que não se dá ao luxo de se importar com as parcelas despossuídas da sociedade. Sendo o liberalismo uma filosofia de pensamento patente no contexto pós-1930 brasileiro, ainda que estivesse sob ataque, o era, por assim dizer, um dos alvos do integralismo, e que precisaria ser combatido de toda e qualquer forma. Uma das estratégias integralistas para tal ato foi a de aproveitar as críticas a este sistema para, como mencionado, se autopromover frente ao proletariado catarinense. Um povo que estivesse carente de representatividade

certamente se sentiria seduzido por uma organização que os visse e gritasse por eles tal qual a AIB aparentava agir.

Apelando ao proletariado catarinense, a AIB aproveitou para associar o liberalismo ao fracasso no desenvolvimento cultural brasileiro em função do *estrangeirismo*, isto é, de culturas externas que estariam inundando a cultura brasileira e fazendo com que a identidade primordial do brasileiro se diluísse, sendo suplantada por uma cultura internacional ditada pelas demandas de um suposto capitalismo internacional. Isso fica evidente no trecho a seguir:

O demoliberalismo isolou os homens na Europa. No Brasil, cortou o processo da nossa formação histórica nacional. O nacionalismo liberal foi o maior erro da nossa política. Só poderia acabar, como acabou, entregando-se ao culto de uma constituição formal, tecida por 'homens estrangeiros á terra' para um 'gigante deitado eternamente em berço esplendido'... (A GAZETA, N. 56, 1934, p. 2)

Novamente, em se tratando da autopromoção integralista, as críticas ao liberalismo continuam bastante presentes. Toda e qualquer ausência no liberalismo se faz presente dentro das estruturas organizacionais, de pensamento e de planejamento da AIB:

O Integralismo é contrário á liberdade? Não. O Integralismo dá á liberdade uma disciplina e uma função de accordo com os interesses da collectividade. A liberdade integralista abrange igualmente todas as classes e todas as esferas. Differe da liberdade liberal que beneficia apenas o economicamente mais forte (...) (A GAZETA, N. 91, 1934, p. 2)

Os escritos sempre vêm acompanhados de elogios ao movimento, de menções às capacidades do Sigma para, em seguida, começar a se fazer presente escritos que buscam desmobilizar algo ou alguém. Outrossim, os defeitos nunca estão presentes dentro da totalidade infra estrutural da AIB, mas somente fora dela. Na visão integralista, o liberalismo é um sistema em decadência, obsoleto, falho e nada representativo para com a classe trabalhadora, em razão não só da oposição integralista frente ao liberalismo, devido à concorrência entre esses dois ao poder, mas também porque os integralistas enxergavam no liberalismo a representação de um sistema fadado ao fracasso, principalmente por causa da já mencionada falta de representatividade popular e pelo pós-1930 não ter atingido as expectativas pelas quais eram esperadas pelos brasileiros. Por ser o sistema vigente naquele momento, o liberalismo seria, portanto, o responsável por manter vivo as falhas estruturais presentes na realidade brasileira que já estavam enraizadas na estrutura política, econômica e social deste país ainda durante a Primeira República. Também, tudo aquilo que a AIB se opunha estava presente na estrutura da liberal-democracia, como a existência de partidos políticos e as eleições:

Em suma: Só o Integralismo salvará o Brasil e promoverá o bem estar do proletariado brasileiro? Sim. Só o Integralismo salvará o Brasil dos males da Democracia liberal, que é um regime em plena fallencia e no qual só os Partidos políticos, a burguezia, os Patrões, etc. têm garantias absolutas e direitos liquidos, e só o Integralismo promoverá o bem estar do proletariado brasileiro, incorporando-a Nação como uma das suas foras potentes, dando-lhe liberdade de trabalho na sua corporação – órgão vivo do Estado. E garantirá, ainda, a proporcionalidade e a continuidade do seu salario pelo Contrato Collectivo do Trabalho; e permitirá que elle possua o seu lar proprio e possa cuidar dos seus filhos, rezar ao seu Deus e cultivar o Amôr á sua Patria e aos seus antepassados. (A GAZETA, N. 103, 1934, p. 2)

Ainda que as críticas ao liberalismo e comunismo constem em excesso, o Departamento Provincial de Propaganda, subordinado à AIB, investiu muito mais em escritos criticando o segundo do que o primeiro. A criticidade ao comunismo também não se compara com a forma com que o Sigma tratou o liberalismo, ainda que os fascistas não tenham poupado palavras para demonstrarem o seu desgosto a estes dois movimentos, ambos inimigos da sua causa. A severidade integralista é muito mais áspera quando direcionada aos comunistas, ainda que fossem apenas uma ameaça se comparado ao liberalismo, que já era o regime institucionalizado e encarregado das decisões político-econômicas do país. No trecho abaixo, liberalismo e comunismo são atacados num mesmo texto:

Que é Integralismo? É a doutrina que defende a dignidade humana contra as explorações do liberalismo e a escravisação do Communismo. O Integralismo é o Estado em que todas as forças da nacionalidade cooperam, harmonicamente, para um objectivo commum, sem que prevaleçam umas sobre as outras e sem que cada uma trabalhe apenas para si ou somente para o Governo. (A GAZETA, N. 91, 1934, p. 2)

O sentido do trecho é, evidentemente, a apresentação dos propósitos integralistas para a construção de uma nova realidade para o Brasil e seu povo. Essa empreitada será possível com a ausência do liberalismo e do comunismo. Para aniquilar seus inimigos, o Integralismo apelou para um processo de deslegitimação dos mesmos, e como já foi mencionado anteriormente, somente o Integralismo possuía a força capaz de mudar as condições materiais pelas quais passava o Brasil (isso na visão integralista). Se o Integralismo buscava defender a dignidade humana, quer dizer, então, que o liberalismo era uma ameaça ao proletariado brasileiro tanto quanto o era o comunismo. Diferentemente da postura d'A Gazeta, que optou em não tratar o comunismo e liberalismo como faces de uma mesma moeda, ainda que tenha agido da mesma forma que a sessão, dando muito mais ênfase aos conflitos entre comunistas e a polícia, do que o equivalente entre integralistas e as forças varguistas, o integralismo, na sessão, o fez.

Em relação ao anticomunismo integralista, pudemos observar que em algum momento na sessão aparecerá algum escrito atacando-o. Toda oportunidade para tal é bem-vinda e necessária aos interesses da AIB; é uma cultura dentro dos escritos da sessão demonstrar as frustrações e indignações integralistas para, em seguida, de forma bastante repentina, associar as desgraças pelas quais o Brasil passava com o liberalismo ou o comunismo. Para Tratar especificamente do anticomunismo, começemos com um trecho da sessão em que se busca dizimar por completo a legitimidade deste dentro do Brasil:

Os 10 mandamentos do comunismo. Que os christãos leiam isto: 1 – Odiar a Deus; 2 – Amaldiçoar o seu nome; 3 – Proibir de guardar o domingo; 4 – Desprezar pai e mãe; 5 – Matar quando fôr útil; 6 – Promover tudo quanto os christãos chamam de deshonestidade; 7 – Tirar a propriedade a todos que tal possuem; 8 – Mentir e jurar falso quando possa ser útil a nossos fins; 9 – Desejar a mulher do próximo; 10 – Fazer todos os sacrificios para introduzir o comunismo em todos os paizes. (A GAZETA, N. 54, 1934, p. 2)

Logo de começo os integralistas apelam para o fator religioso do proletariado e não-proletariado catarinense. Os integralistas utilizaram-se de uma mitologia política para reforçar um imaginário popular anticomunista. Não é possível saber de fato quais as fontes para tais informações, pois elas apenas constam em uma edição da sessão doutrinária. Aparentemente, aqui, o anticomunismo parece ser motivado mais por um medo irracional do que por um rancor que está presente, por exemplo, no antiliberalismo, que tinha lá as suas razões de existir, visto ser o regime vigente à época, a liberal-democracia. Em toda nossa análise da sessão doutrinária integralista, nenhum escrito antiliberal, ou de qualquer outra natureza, chegou a ser bem estruturado, complexo e extenso quanto este primeiro escrito anticomunista que aqui trouxemos de exemplo, ou como outros escritos anticomunistas que traremos a seguir, o que demonstra o interesse do Sigma em querer imediatamente criar um exército de anticomunistas, comprovando que os integralistas estavam realmente preocupados, já entre os anos 1934 e 1935, com a causa comunista.

A propaganda anticomunista chegou ao ponto de os integralistas solicitarem provas sobre diversas questões que faziam sentido no imaginário integralista, como vemos no trecho a seguir:

Aos doutrinadores comunistas que metem aos operarios: desfiamos aos doutrinadores comunistas que nos provem: 1) Que a Russia não esteja transformada numa colonia industrial dos Estados Unidos; 2) Que a Russia tenha exportados mais trigo do que exportava antes do regime sovietico; 3) Que os rebanhos na Russia tenham augmentado ou melhorado com a socialisação comunista; 4) Que o operario russo esteja em situação melhor do que os operarios allemães, italianos, franceses, lusos ou brasileiros; 5) Que o comunismo seja um regime de liberdade e si esse regime poderá resolver as

necessidades do proletariado brasileiro dentro do sentido judaico do marxismo; 6) Si na Russia quem governa seja o operario ou o Partido Communista, organização politica igual aos Partidos da Liberal-Democracia; 7) Porque os communistas, que são caçados a bala pela policia do regime liberal democrático, não atacam os comicios dos partidos pertencentes a esse regime, que os persegue e que os depórta? (A GAZETA, N. 54, 1934, p. 2)

Na verdade, a tentativa de pegar os comunistas no erro nada mais era do que uma simples tentativa de plantar o benefício da dúvida naqueles que entrariam em contato com o escrito. Como A Gazeta não abriu espaço para manifestações comunistas, tampouco deu direito de resposta às duas citações anteriores, o mais crível é pensar a estratégia do aumento do anticomunismo como sendo a implantação do medo através da dúvida aos seus leitores e leitoras. Os integralistas aproveitaram a onda de anticomunismo vigente na década de 1930 para aumentar ainda mais o pavor da sociedade brasileira, inclusive em Florianópolis, e enrijecer este mesmo anticomunismo nessas terras. Pelo que consta nos trechos d'A Gazeta, fica bastante evidentemente que os integralistas temiam muito mais o comunismo do que a própria liberal-democracia, pois o empenho do Departamento Provincial de Propaganda em construir escritos bem estruturados e a sua insistência um tanto cansativa em querer mostrar os erros e deslizes do comunismo deixam claro o temor e pavor dos integralistas para com este regime, ao ponto de exigir provas dos próprios comunistas e, ao mesmo tempo, buscar jogar o povo contra estes por meio de seus escritos. E, como já bem mencionamos aqui, os integralistas aproveitavam cada chance para se autopromoverem. O antiliberalismo e o anticomunismo eram o meio pelo qual a AIB aproveitava para rasgar elogios a si, para poder se lançar como o movimento ideal e necessário para o futuro do Brasil que eles mesmos iriam construir:

O Integralismo, ao contrario do Communismo, mantem a famlia, porque o homem estima o sangue do seu sangue e encontra nos seus paes, filhos, esposas, irmãos e parentes, a consolação que nenhum governo dá na hora dos soffrimentos phisicos e moraes. (A GAZETA, N. 27, 1934, p. 2)

O anticomunismo integralista é tanto que eles chegam a aproximá-lo de vez com o liberalismo, chamando o comunismo de movimento burguês:

O communismo, negação de tudo o que ha de superior no homem, é um phenomenu eminentemente burguez. Tão burguez como o liberalismo. Quem pede liberdade? Mais liberdade? Aquelles que dispõem de recursos sufficientes para ampliar posses, conquistas, areas de opressão, hipertrophia de individualismo anarchico. O operario pede é um pouco de conforto para o seu superior e nobre conceito de felicidade simples e pura, sem as complicações, as ambições, o exhibicionismo, as licenças que são comprehendidas na felicidade burgueza. Por isso é que vemos burguezes, genuinamente burguezes pregarem o communismo. Ricaços, ao lado do marxismo, porque pretendem, de certo, no regime desejado occupar um cargo de técnico em que possam explorar e esmagar os operarios. Sim, é o que elles querem. Explorar os

trabalhadores e gozar a vida. Essa a [é] mentalidade comunista, que não tem a sua base em um ideal de justiça, e de fraternidade social, mas em surdos instintos sexualistas, em agudos instintos de rapina e de esmagamento dos verdadeiros trabalhadores." (A GAZETA, N. 52, 1934, p. 2)

Aqui, a questão nem é tanto a de aproximarem marxistas-comunistas da burguesia, mas a tentativa de seduzir o público com tais anedotas. A estratégia caluniosa era de grande valia para os interesses fascistas a fim de ganharem adeptos às suas causas e popularizar cada vez mais a AIB. Para os propósitos integralistas, não era suficiente aproximar os comunistas da burguesia (inter)nacional, mas também apresentar anedotas sobre moralidade e crença. Enquanto constrói um imaginário acerca do comunista, os integralistas aproveitam para tentar uma ousada aproximação com o trabalhador catarinense por meio de palavras elogiosas. Tudo o que o integralismo estava fazendo era o preparo do terreno para que pudesse caminhar através dele sem ser ameaçado num futuro não muito distante:

O fenomeno comunista é mais um fenomeno burguez do que proletario. A mentalidade marxista, presupõe uma mentalidade materialista, scèptica, roída dos males do fim da Civilização, carcomida de vicios, de displicencias, de tedio, mentalidade que o operario desconhece. Porque o espirito do operario tem uma pureza que se origina da sua própria instrução primária, do seu modo de vida, da sua interpretação directa do objectivo, sem esses requintes que o burguez conhece no seu commodismo, na sua crueldade fria, no seu desrespeito às coisas mais sagradas. O burguezito néga mais facilmente a Deus do que o operario. O plutocrata renega mais facilmente a familia do que o trabalhador dos campos os das frabricas. O argentario 'blasés', com um largo tirocinio dos gosos materiaes, renega mais facilmente as pêias moraes que lhe circunscrevem limites á capacidade de urufruir o lado lascivo e material de vidas." (A GAZETA, N. 54, 1934, p. 2)

Concluindo a questão do anticomunismo integralista, e dando continuidade à questão do apelo ao trabalhador, mencionamos anteriormente a respeito do medo integralista com relação ao comunismo. Esse medo fica bastante claro quando os integralistas passam a querer evidenciar, também por meio de anedotas, um regime no qual o trabalhador não terá liberdade para poder sustentar a sua família de acordo com os seus ganhos no seu trabalho. Aliado a isso, aproveitam para também criticar o liberalismo, mas nada áspero tal qual as críticas ao comunismo. Na sessão, vemos a AIB apelar para o íntimo do trabalhador catarinense, buscando agir em seu subconsciente através do medo da fome e da não liberdade, da corrosão da família e das crenças religiosas e pessoais.

No regime comunista o operario tem algum direito alem da sua quóta de trabalho? Não. No regime comunista o operario apenas recebe uma quóta correspondente á natureza do seu trabalho, pouco importando ao governo o numero de boccas que elle tenha a sustentar. Não póde, ainda, constituir o seu peculio, nem possuir um lar proprio. O seu trabalho não é livre. O operario, no regime comunista, muda apenas de Patrão: este, na liberal democracia, é o individuo; no communismo o Patrão é o governo, que

é o unico proprietario, o unico industrial, o unico capitalista! (A GAZETA, N. 54, 1934, p. 2)

Em conexão com os temas já abordados, o último tópico que trabalharemos é a questão do apelo integralista ao proletariado. Já vimos a sua presença nos tópicos anteriores, como na questão do anticomunismo, antiliberalismo e autopromoção. Durante a análise dos escritos integralistas, os temas se envolveram muito, a todo o momento, o que nos impede de trabalhar com este último tópico como se fosse um caso isolado dentro da sessão doutrinária integralista. O apelo ao proletariado por parte do integralismo é concretizado quando age em cima daquilo que os trabalhadores mais demonstravam carência: melhores condições de vida e de trabalho, bem como melhores remunerações. Ainda que demonstre preocupar-se com os interesses dessa classe social, a AIB aproveitava para buscar arregimentar as suas fileiras e afastar ainda mais o seu nome e imagem do fascismo por meio da sua autopromoção. Assim sendo, o apelo ao proletário nada mais era do que uma oportunidade para se lançar frente a este público e aos demais, mostrando para parcelas da população catarinense que estava realmente comprometido com mudanças estruturais dentro do nicho de interesses do proletariado catarinense:

'Queremos o operario, com garantia de *salarios adequados ás suas necessidades*, interessando-os nos lucros conforme o seu esforço e capacidade, de frente erguida; tomando parte em estudos, de olhar illuminando como um homem livre; tomando árte nas decisões do governo, como um ente superior.' (E ha quem diga que o Integralismo é contra o operario?) (A GAZETA, N. 16, 1934, p. 2)

Em junção com as causas trabalhistas e de remuneração, o Sigma agiu em cima das pautas educacionais, que, segundo o trecho a seguir, não constam como algo isolado. Pelo contrário, a questão da educação às massas populares consta como um complemento à questão do trabalho e da qualificação/instrução do corpo de trabalhadores como um todo, para que pudessem trabalhar de uma forma em que pudessem contribuir para o desenvolvimento do Brasil:

Como se deve encarar a gratuidade do ensino? O ensino deve ser gratuito em seus grãos primario e secundario. Os estudantes que mostrarem capacidade terão garantida a continuação dos estudos. A Universidade deve ter uma função importantissima na seleção dos valôres, pois o Integralismo só comprehende a unidade segundo a hierarchia da intelligencia e da capacidade. A cultura deve ser proporcionada ás massas populares. O desenvolvimento da industria e o desenvolvimento economico dos trabalhadores exige ampla instrucção profissoinal. É preciso que a fabrica não se separe da escola, assim como é preciso que o Capital não se separe do Trabalho. Só uma nova organização social baseada na solidariedade de todos dentro da Nação, poderá garantir ao filho do trabalhador manual a possibilidade de desenvolver a sua personalidade, sem sacrificios pessoas e da sua familia. É necessario que o *Estado* sirva ao povo. (A GAZETA, N. 17, 1934, p. 2)

Ainda que demonstre estar interessado em supostamente ajudar a classe trabalhadora no que tange à questão educacional e acessibilidade à mesma, o Sigma prepara o terreno para não deixar uma dada situação fugir do seu controle. Por exemplo, quando menciona sobre a universidade, reforça o fato de que esse tipo de instituição possui um papel importante para com os valores dentro do prisma integralista. Ou seja, evidentemente que a AIB demonstrou estar preocupada com os brasileiros que tinham suas oportunidades subtraídas pelo sistema, mas tal preocupação terminava onde começava os interesses integralistas; ao mesmo tempo, nas entrelinhas, informava o leitor de que nada seria reformado em vão, isto é, sem estrar em conformidade com os valores e intenções integralistas para com o Brasil. No último trecho que decidimos analisar, em seu escrito, a AIB fez questão de fazer uma junção de apelo ao proletariado e anticomunismo. O trecho seguinte, no entanto, possui uma ênfase ao público catarinense, constituindo, portanto, uma apelação mais direta e assertiva:

Operarios de Santa Catharina O Integralismo é o unico regime que atende as nossas legitimas aspirações, porque vos dá tando quanto necessitae, mantendo o nosso deus, a nossa Patria e a nossa familia! O internacionalismo nem foi possivel na propria Russia. O homem amará sempre a terra do seu berço, o filho de seu sangue e o deus que lhe dá consolação nas livres amarguras. Não vos illudaes! Essas falsas doutrinas sociaes nunca vos poderão fazer prosperos e felizes. Nós desafiamos aos communistas que nos provem ao contrario. (A GAZETA, N. 34, 1934, p. 2)

Ao mesmo tempo em que direciona a mensagem diretamente ao povo catarinense, a AIB aproveita para botar em prática a sua autopromoção quando afirma que é o *único regime que atende as nossas necessidades*. Não foi suficiente apenas apelar ao povo trabalhador e se elogiar: era necessário reforçar o seu anticomunismo para poder garantir, em uma tentativa incerta, uma maior adesão de populares da Grande Florianópolis nas fileiras integralistas. Nesse sentido, o Sigma buscou comover a população florianopolitana elogiando a si mesmo, reforçando os seus inimigos e demonstrando interesse em melhorar a vida dos despossuídos desta região. A última consideração que temos a fazer sobre a busca da AIB em sensibilizar o proletariado catarinense é a seguinte: por mais que o Sigma apelasse para o proletariado, dava pouca importância a esta classe social. A relevância da classe trabalhadora residiria na questão da arregimentação da própria AIB enquanto movimento-partido, principalmente durante as eleições, tanto federal quanto estadual, período em que a AIB poderia alcançar o poder que tanto almejava. A classe trabalhadora exercia o papel de massa de manobra para os interesses fascistas, e como constituíam um número considerável de pessoas, seria de grande valia para o integralismo.

Todos os trechos que analisamos até aqui demonstram a essência política, ideológica, visão de mundo, interesses da AIB. Tudo o que foi divulgado teve o aval d'A Gazeta. Portanto, este periódico também é responsável por uma suposta arregimentação do Sigma em solo catarinense, mais especificamente na região da Grande Florianópolis. Só nos é possível ler os escritos integralistas graças à permissão que A Gazeta deu para a criação e manutenção da sessão doutrinária integralista por um período de quase um ano.

Considerações Finais

Este trabalho, sem tentar esgotar o assunto, pretendeu analisar os discursos integralistas presentes naquilo que batizamos de sessão doutrinária integralista, e verificar quais tipos de discursos se fazem presentes nela para ir de encontro aos nossos objetivos que foram propostos para esta pesquisa: verificar a contradição narrativa e de postura d'A Gazeta, uma vez que em suas primeiras edições, procurou se mostrar um periódico apolítico, a-ideológico, apenas divulgador de informações jornalísticas que seriam pertinentes ao povo da Grande Florianópolis de uma forma que acabou evidenciando a sua tentativa em não se comprometer com aquilo que imprimia em suas páginas, quando, na verdade, a busca em não se posicionar politicamente fora já um posicionamento político. Outrossim, o fato de permitir em suas páginas escritos de um grupo fascista fez com que A Gazeta se tornasse uma empresa que se aliou aos interesses do fascismo brasileiro em terras catarinenses. Um periódico que abre as portas para o fascismo não pode ser chamado de outra coisa que não seja fascista. Não é preciso que uma determinada empresa se defina como fascista ou que seja somente simpatizante, mas sem ter ligações estreitas, para que esteja hábil a contribuir com os interesses do fascismo. E aqui, A Gazeta pode muito bem não ser um veículo de informação autenticamente integralista, no sentido de ter se declarado integralista, mas pode, como foi o caso, ser altamente contribuinte com os interesses da AIB e, sendo assim, ter parcela de responsabilidade na tentativa de corroer com a já falha e desgastada democracia liberal brasileira da década de 1930.

Procuramos, ao longo deste trabalho, trazer informações pertinentes ao desenvolvimento da AIB no seu curto período de existência enquanto movimento cultural e depois como partido político, bem como descrever o contexto histórico-político brasileiro e catarinense desde a década de 1920 até o final da década de 1930. Essa narrativa serviu de base para aquilo que consideramos como a parte original e singular deste trabalho à qual mencionamos acima a respeito das contradições d'A Gazeta e sua aliança com o integralismo em Santa Catarina. Por conta do excesso de escritos integralistas, muito material teve de ficar de fora para que pudéssemos dar conta de nossa empreitada investigativa-analítica. Trouxemos somente o necessário, o que consideramos fundamental para com o ato de comprovação daquilo a que nos propomos neste trabalho. A Gazeta não foi um periódico oficialmente e publicamente integralista, no sentido de ter se firmado enquanto tal, e mesmo que tenha buscado, ainda nas primeiras edições, justificar suas posições alegando não ser um periódico alinhado aos interesses fascistas, segundo nossas conclusões, o foi de fato em razão de todos os conteúdos integralistas que veiculou em nas suas páginas. Se a sessão doutrinária integralista influenciou de alguma maneira a popularização da AIB em terras florianopolitanas, o aumento de militantes nas fileiras do Sigma, o aumento do anticomunismo e a insatisfação para com o sistema vigente, A Gazeta deve também ser imputada por isso, afinal, os textos da sessão são tanto integralistas quanto d'A Gazeta, pois foi essa (as equipes editoriais) quem realizou os filtros de escritos, possivelmente os refinou e excluiu o que não precisaria se fazer presente em suas páginas. Contudo, há muito o que ser pesquisado com relação ao periódico A Gazeta, seus posicionamentos políticos, principalmente o seu anticomunismo, que possivelmente serviu de gatilho para permitir escritos integralistas em suas páginas; há muito o que pesquisar dentro da própria sessão doutrinária integralista, pois há muito de anticomunismo e antiliberalismo, mesmo A Gazeta sendo simpatizante a este regime, como apontado no início deste trabalho. Compreendendo A Gazeta, abrir-se-á oportunidades para podermos compreender o jornalismo catarinense da década de 1930, bem como o próprio *modus operandi* do jornalismo brasileiro e suas possíveis relações com o fascismo integralista no mesmo período.

Fontes

A GAZETA: A VOZ DO POVO. N. 1-111. 1934.

A GAZETA: A VOZ DO POVO. N. 112-250. 1935.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

BARROS, José D'Assunção. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas*. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019

BITTENCOURT, João Batista. *Estado Novo, Cidade Velha: o governo ditatorial de Vargas desde Laguna*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Tese de Doutorado em História).

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. Coleção Repensando a História. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

FALCÃO, Luiz Felipe. *A guerra interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização)*. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. 2ª ed. Letras Contemporâneas, 2004.

FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. 2003. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Segunda República (1930-1945)*. Coleção O Brasil Republicano. V. 2. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Editora Contexto, 2016. 91

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Giselda Brito. A Ação Integralista Brasileira e a ditadura de Vargas. In: MARTINHO, Francisco Palomares; PINTO, Antonio Costa (orgs.). *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TRINDADE, Héliqio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1979.

ZANELATTO, João Henrique. *De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas*. Criciúma: Unesc, 2012.